

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS



Dissertação

O Perfil da Cultura Política da cidade do Rio Grande em 2008

Paulo Sérgio Mansija Pinto

Pelotas, 2009

Paulo Sérgio Mansija Pinto

O Perfil da Cultura Política da cidade do Rio Grande em 2008

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto

Pelotas, 2009

Dedicatória

Dedico esta dissertação à minha esposa, companheira e guru, Cristina Friis, ao meu sogro e segundo pai, Mogens Trap Friis, à minha mãe Maria Mansija (*in memorian*), ao meu pai Breno Pinto (*in memorian*), à minha irmã Marta Medeiros e aos meus amigos pelo tempo de ausência.

Em especial, as minhas duas gurias do Mestrado em Ciências Sociais, Lourdes Helena e Liana, pelos momentos passados em aula, pelos estudos em grupo e pelas boas risadas no café.

Aos meus amigos Barby Martins, Fabiana e Farnei Coelho pelo apoio, cervejas e discussões filosóficas acerca da natureza humana.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto, orientador desta dissertação, por todo empenho, sabedoria, compreensão e, acima de tudo, exigência. Gostaria de ratificar a sua competência, participação com discussões, correções, revisões e sugestões que fizeram com que concluíssemos este trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas: Daniel de Mendonça, William Hector Gómez Soto, Maria Thereza Rosa Ribeiro, Beatriz Ana Loner e Alfredo Alejandro Gugliano.

Aos demais professores e funcionários do Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas que dedicaram horas de trabalho gratuito e de qualidade para a formação cidadã.

Aos meus familiares que sempre me deram amor e força, valorizando meus potenciais.

A todos os meus amigos e amigas que sempre estiveram presentes me aconselhando e incentivando com carinho e dedicação.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a execução desta dissertação de Mestrado.

“Os homens fazem a sua própria história, mas não o fazem como querem... a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.”

Karl Marx. O 18 Brumário e cartas a Kugelman.

Resumo

A Cultura Política, segundo Almond e Verba (1963), são as orientações especificamente políticas, as atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel do cidadão na vida pública. À medida que se explicita os padrões de distribuição de orientação para a ação política, a Cultura Política ajuda a ligar tendências individuais às características de um sistema. Nesse âmbito, objetivou-se sondar a cultura política do cidadão riograndino, partindo-se da hipótese da cultura política do cidadão riograndino revelar-se personalista e pragmática, marcada por fenômenos como o descrédito e a desconfiança em relação à política e aos políticos, além de um forte sentimento de ineficácia política. Tais fenômenos revelariam uma cultura política fragmentada e cética. Utilizou-se como aporte metodológico a pesquisa quantitativa, constituída de uma amostra por conglomerados (setor censitário) de 400 eleitores da área urbana. Aleatoriamente definiu-se, em um universo de (x_n^o) setores da cidade, (x_n^o) de setores a pesquisar. Estipulando-se 10 questionários ao setor mínimo, 15 ao intermediário e 20 ao máximo. O *survey* compõe-se de 24 questões por instrumento formulário, buscou sondar variáveis relacionadas às características sócio-demográficas, interesse por política, preferência partidária, decisão do voto, fatores na escolha eleitoral, voto para prefeito e para vereadores, confiança nas instituições políticas e participação política dos cidadãos. Os dados colhidos pela pesquisa empírica corroboraram a hipótese, no entanto, a pesquisa expôs peculiaridades do sistema político local não previstas. O maior óbice à pesquisa é a complexidade de se apreender a realidade, assim demandando pesquisas em tempos alternados para comprovar a regularidade do comportamento político, por isso a sondagem de um momento.

Palavras-chave: Cultura Política; cidadão riograndino; sondagem; ceticismo.

Abstract

The Culture politics according to Almond and Verba (1963) is to the orientations specifically politics, the attitudes with respect to the system politician, its diverse parts and the paper of the citizen in the public life. To the measure that if explicit the standards of distribution of orientation for the action politics, the Culture Politics helps to bind individual trends to the characteristics of a system. In this scope it was objectified to investigate the culture politics of the riograndino citizen, breaking of the hypothesis of the culture politics of the riograndino citizen to show personalist and pragmatic, marked for phenomena as the discredit and the diffidence in relation to the politics and the politicians, beyond a strong feeling of inefficacy politics. Such phenomena would disclose to a culture fragmented and skeptical politics. It will be used as the quantitative research arrives in a set methodological, constituted of a sample of conglomerates (tax sector) of 400 voters of the urban area. Randomly it was defined, in a universe of (xn^o) sectors of the city, (xn^o) of sectors to search. Stipulating 10 questionnaires to the minimum sector, 15 to intermediary and 20 to the maximum. Survey composes in 24 questions for instrument form, searched to investigate 0 variable related to the partner-demographic characteristics, interest for politics, partisan preference, decision of the vote, and factors in the electoral choice, vote for mayor and councilmen, confidence in the institutions politics and participation politics of the citizens. The data harvested for the empirical research had corroborated the hypothesis; however, the research displayed peculiarities of the system local politician not foreseen. The biggest obstacle to the research is the complexity of if apprehending the reality, demanding research in times thus alternated to prove the regularity of the behavior politician, therefore the sounding of a moment.

Keywords: Political Culture; Riograndino citizen; *survey*; scepticism

Lista de Figuras

Figura 1	Distribuição populacional em Rio Grande – homens e mulheres.....	51
Figura 2	Distribuição da população pesquisada por faixa etária.....	53
Figura 3	Distribuição da população pesquisada quanto à escolaridade.....	54
Figura 4	Distribuição ocupacional da população pesquisada.....	56
Figura 5	Classe social da população pesquisada, segundo corte de critério Brasil.....	59
Figura 6	Hábitos que revelam interesse por política da população pesquisada.....	61
Figura 7	Ambiente de comunicação da população pesquisada.....	64
Figura 8	Serviço Público: Segurança Pública no bairro e na cidade, na avaliação da população pesquisada.....	67
Figura 9	Serviço Público: Assistência Médica no bairro e na cidade, na avaliação da população pesquisada.....	68
Figura 10	Serviço Público: Transporte Coletivo no bairro e na cidade, na avaliação da população pesquisada.....	70
Figura 11	Serviço Público: Saneamento Básico no bairro e na cidade, na avaliação da população pesquisada.....	72
Figura 12	Serviço Público: Educação no bairro e na cidade, na avaliação da população pesquisada.....	74
Figura 13	Confiança nas instituições da população pesquisada (parte 1).....	76
Figura 14	Confiança nas instituições da população pesquisada (parte 2).....	79
Figura 15	Avaliação da atuação dos políticos em geral pela população pesquisada.....	81
Figura 16	Interesses dos políticos em geral, conforme a população	

	pesquisada.....	83
Figura 17	Interesses dos candidatos ao governo municipal, conforme a população pesquisada.....	85
Figura 18	Interesses dos candidatos à Câmara Municipal, segundo a população pesquisada.....	86
Figura 19	Participação política e social da população pesquisada.....	88
Figura 20	Votaria se voto obrigatório, conforme a população pesquisada.....	90
Figura 21	Importância do voto na opinião da população pesquisada.....	91
Figura 22	Influência pessoal, na concepção da população pesquisada.....	93
Figura 23	Opinião sobre como vota o riograndino, conforme os pesquisados	94
Figura 24	Motivação para o voto, conforme os entrevistados.....	96
Figura 25	Fatores decisivos na escolha dos candidatos, conforme a população pesquisada.....	97
Figura 26	Desempenho do governo municipal 2001 – 2004, segundo os entrevistados.....	100
Figura 27	Desempenho do governo municipal 2005-2008, na avaliação dos entrevistados.....	101
Figura 28	Partido de preferência, conforme os entrevistados.....	102
Figura 29	Motivo para reeleição ao governo municipal, na avaliação dos pesquisados.....	104
Figura 30	Intenção de voto para Prefeito dos entrevistados, em 2008.....	105

Lista de Tabelas

Quadro 1	População estimada e recenseada do município do Rio Grande (RS), no período 1996-2000.....	50
----------	--	----

Sumário

Resumo	5
Abstract	6
Lista de Figuras	7
Lista de Tabelas	9
Introdução	11
Capítulo 1 – Cultura Política: principais abordagens teóricas	28
Capítulo 2 – Aspectos metodológicos	41
2.1 - Instrumento de coleta.....	43
2.2 – Seleção e treinamento dos inquiridores.....	44
2.3 – Plano amostral.....	45
2.4 – Execução.....	47
Capítulo 3 – Resultados: padrões atitudinais e longitudinais	50
3.1 – Aspectos sócio-demográficos da amostra.....	50
3.2 – Interesse pela política.....	61
3.3 – Serviços públicos.....	66
3.4 – Confiança institucional.....	76
3.5 – Participação política.....	87
3.6 – Comportamento Eleitoral.....	93
Capítulo 4 – Elementos da Cultura Política do riograndino	107
4.1 – Orientações Cognitivas.....	109
4.2 – Orientações Afetivas.....	112
4.3 – Orientações Avaliativas.....	114
Conclusão	120
Referências	125
Apêndice	131

Introdução

A expansão da democracia no século passado fez com que renascessem os estudos sobre a Cultura Política com foco nas fundações culturais da democracia. O início do estudo sistemático é creditado a Almond e a Verba, em “*The Civic Culture*” (1963). Os autores explicitam que o emprego de noções e conceitos relacionados à cultura política tem uma história tão antiga quanto o interesse do homem acerca de assuntos políticos.

Nesse âmbito desenvolveram-se inúmeros debates em torno das teorias da cultura política, desde os pioneiros Almond e Verba, até as mais inovadoras construções teóricas. Esse aporte teórico vem sendo usado para tentar explicar a estabilidade ou não dos regimes governamentais.

Por intermédio do elemento cultural transmutado na dimensão subjetiva do indivíduo, das suas percepções e dos comportamentos na seara política e não-política, tentam-se achar respostas de como se desenvolveram os sistemas políticos e sua estabilidade.

Muitos politólogos afirmam e reconhecem o caráter preditivo da Cultura Política, no qual, por meio do estudo empírico das atitudes e das orientações dos indivíduos frente aos objetos políticos, poder-se-ia antecipar as condições de consolidação de um regime democrático.

Mesmo que a função preditiva tenha inúmeros críticos, a Ciência Política contemporânea tem em consideração que valores culturais são elementos importantes na análise do comportamento político e na compreensão do funcionamento das instituições democráticas. Segundo Easton (1968, p. 46), a “abordagem do comportamento representa o início de uma fase de teorização nas

Ciências Sociais como um todo, associada, no entanto, aos princípios e métodos da ciência empírica”.

Há também uma divisão entre os cientistas sociais sobre quais são as variáveis que teriam mais impactos e quanto aos fatores que conduzem à formação de valores e crenças compatíveis com a democracia. Todavia, é consensual entre esses investigadores a afirmação de que a estabilidade desta forma de governo passa, necessariamente, pela internalização, por parte da população, de um conjunto de normas e de práticas democráticas compatíveis.

Nesse sentido, a dissertação a seguir centra-se em traçar o perfil dos elementos da cultura política do cidadão do município do Rio Grande (RS), por meio da aplicação do método *survey*, no qual 400 eleitores locais foram entrevistados.

* * *

Guiando-se pelo aporte metodológico e crítico da teoria culturalista da Cultura Política, na qual, as interações entre as orientações subjetivas e o sistema político condicionam as atitudes e os comportamentos políticos e não políticos do cidadão, a presente dissertação vem a inquirir: qual ou quais mecanismos de formação das percepções estabelecem um padrão de cultura política na cidade do Rio Grande?

Com base nos estudos recentes da Cultura Política, realizados em âmbito nacional e regional, que identificam a prevalência e permanência sob novas roupagens de formas tradicionais do agir político brasileiro vigente, como o clientelismo e o personalismo. Orientadas tais investigações pelo enfoque histórico-estrutural aliado à dimensão culturalista da cultura política, configura-se como hipótese a percepção de que a cultura política do cidadão riograndino segue a tendência do que foi verificado naqueles estudos. Ou seja, a cultura política do cidadão riograndino revela-se personalista e pragmática, marcada por fenômenos como o descrédito e a desconfiança em relação à política e aos políticos, além de um sentimento de ineficácia política. Tais fenômenos revelariam uma cultura política fragmentada e cética, sendo o personalismo “eleitoral” a consequência maior deste processo, comportamento que seria guiado mais por critérios de eficiência na administração pública.

O objetivo central é a possibilidade de sondar a cultura política do município do Rio Grande, em período pré-eleitoral de 2008, a partir da interação orgânica entre

elementos histórico-estruturais, e predisposições atitudinais e comportamentais do cidadão.

Dentre os objetivos específicos, figuram: (1) identificar as percepções, motivações e atitudes dos riograndinos em relação ao sistema político local; (2) compreender a lógica do comportamento dos cidadãos riograndinos frente aos *inputs* e *outputs* característicos da política da cidade do Rio Grande; (3) analisar a influência do ambiente estrutural do sistema político local sobre as orientações subjetivas dos cidadãos riograndinos;

A investigação social e a construção do conhecimento na área das Ciências Sociais implicam na contextualização do problema de pesquisa e na determinação de sua relevância. Contexto e metagenda são definidos por Brunner *et al.* (1993, p. 20) como um “conjunto de condições mais gerais que marcam a orientação de uma sociedade através de seu sistema político, a organização e funcionamento de sua economia e as idéias, crenças e valores predominantes em sua cultura”. A metagenda, tema-foco em torno do qual se estruturam, ordena-se e expressam-se os assuntos de interesse público, opera como um marco de significação e identificação do objeto de pesquisa e das temáticas relevantes a serem estudadas.

De acordo com os autores, contexto e metagenda contribuem para definir as instâncias diretoras, capazes de incidir decisivamente na condução da sociedade para enfrentar e resolver os problemas derivados da metagenda pública (Idem). A pesquisa aqui discorrida pode ser inserida na metagenda das orientações subjetivas dos cidadãos riograndinos acerca do sistema político local e dos comportamentos políticos que refletem dessas percepções. Orientações que são influenciadas pelo contexto conjuntural e histórico, nas suas variantes sociais, políticas e econômicas.

Em um país como o Brasil, de passado político conturbado, cenário de períodos ditatoriais singulares, o enraizamento de reflexões e atitudes autoritárias parece entranhar-se na idiosincrasia do brasileiro, chegando a causar estranheza, passados mais de 20 anos da redemocratização. Como explicar este paradoxo, em tempos de democracia, de constituição cidadã, de liberdades individuais, em que se pode agir com menos ímpeto democrático do que alguém jamais imaginou para o país. Nesse contexto, definiu-se a metagenda de radiografar a cultura política do cidadão riograndino.

Os estudos sobre a cultura política do ponto de vista espacial (local) são relevantes para compreender e caracterizar os aspectos do sistema político e as relações de poder que se estabelecem.

Nesse âmbito, o estudo das teorias da Cultura Política é um dos campos de análise que mais se desenvolvem na Ciência Política contemporânea. Diferentes autores têm proposto alternativas teórico-metodológicas para explicar a forma como os cidadãos se comportam perante os fenômenos do "mundo político" e, mais especificamente, como estruturam seus valores e percepções. Essa dissertação aventurou-se em uma incursão nesse debate, focalizando a relação entre a variável da cultura política e do comportamento eleitoral e, assim, serem estabelecidos alguns padrões para a compreensão do "eleitor riograndino".

Entretanto, a abundância de estudos sobre a cultura política existentes nas sociedades ocidentais contrasta com o que tem ocorrido em nível local, onde, para além de serem escassas as análises baseadas em inquéritos por amostragem, não se destinam a conhecer os fatores subjetivos que entram na explicação do comportamento político. Assim, o presente trabalho foi desenvolvido pela pauta da relevância social da matéria, na medida em que busca mapear as percepções, as orientações subjetivas que refletem no comportamento político do cidadão riograndino.

A pesquisa faz-se novel no cenário histórico-político do município do Rio Grande. No afã de incrementar a discussão sobre a realidade da esfera política municipal, a temática discorrida embasa uma pretensão norteadora. Dessa forma, espera-se contribuir com o entendimento da sociedade em geral, e sobre quais os mecanismos "lógicos" dos munícipes são postos em plano.

Espera-se, assim, uma contribuição considerável ao estudo da micropolítica, ou seja, essa perspectiva revela ser mais que uma dimensão na escala espacial (a do lugar) ou que uma temporalidade (a do cotidiano), abrindo a história à experiência que se espreita no cotidiano em que a sociedade riograndina está inserida. Incluindo-se na crescente quantidade e qualidade dos novos estudos que são realizados no país regularmente, mais do que uma contribuição teórica, almeja-se com a assunção desta dissertação uma fonte de conhecimentos sobre a lógica da cultura política dos cidadãos da sociedade riograndina.

O estágio de conhecimentos referentes ao tema "cultura política" é inexistente sobre a cidade do Rio Grande. O tema quase sempre é tratado de modo

generalizado, por compartilhar uma identidade gaúcha, o município quando sob foco principalmente eleitoral, é estudando na esteira das conclusões sobre os fenômenos políticos verificados na capital gaúcha.

Não se pode olvidar, por derradeiro, a intenção desta disposição investigativa que se apresenta, em engendrar este futuro trabalho como fonte de pesquisa e investigação, em referência a consulta, tanto acadêmica, quanto profissional.

* * *

A perspectiva teórico-metodológica que se utiliza nesse estudo da cultura política riograndina não implicará descartar os estudos pioneiros de política comparada de Almond e Verba (1963; 1989), os esforços em explicar a consolidação e a perenidade dos regimes democráticos no Brasil e na América Latina de Álvaro Moisés (1995) e os estudos da formação e desenvolvimento da cultura política gaúcha de Baquero e Prá (2007), por exemplo.

A opção metodológica leva em consideração as seguintes dimensões que influenciam a Cultura Política: a dimensão empírica (reconstrução da estruturação atitudinal), em que se assenta este trabalho, margeada pela influência, mas não determinação, dos aspectos da dimensão histórico-estrutural da formação e do desenvolvimento da comunidade-alvo desse estudo, do contexto conjuntural hodierno à pesquisa realizada, sendo mais um condicionante à cultura política da cidade em exame. Todas essas dimensões são perpassadas por uma racionalidade paternalizada, um juízo estruturante e estruturado, imbricado as demais dimensões.

Em síntese, a Cultura Política será entendida como o processo pelo qual as atitudes e as orientações dos cidadãos são estruturadas em relação ao sistema político e às instituições de maneira geral (ALMOND e VERBA, 1963). Condicionando, mas não determinando esse processo estão a evolução histórico-estrutural e o contexto conjuntural da pesquisa realizada.

Na presente metodologia em uso, considera-se que os processos de socialização infantil, ocorrido principalmente no interior das famílias e das instituições escolares, não se perdem, mas podem ser facilmente alterados pelos contatos que os indivíduos travam diretamente com o sistema no quadrante conjuntural da socialização adulta.

Dessa forma, mesmo considerando-se a influência dos processos de

socialização, e ao mesmo tempo reconhecendo o poder do contexto histórico-estrutural e conjuntural na formatação da cultura política, optou-se por não incluir a variável socialização. Opção esta que segue a metodologia aplicada por Almond e Verba (1963) em seus estudos pioneiros, nos quais esses teóricos consideraram o processo de socialização, mas não o desenvolveram como variável, pois tinham como enfoque principal o contexto histórico-estrutural. Talvez essa seja uma das maiores limitações desse trabalho dissertativo.

A partir dos dados da base empírica fornecida pelo *survey* tem-se a fotografia de um momento. Dessa forma, a perspectiva empírica reconstrói a estruturação das predisposições atitudinais e comportamentais dos cidadãos. No entender de Baquero (2007), o estudo da cultura política, valores, normas, atitudes e crenças devem ser diferenciados, por se tratarem de disposições psicológicas que desempenham diversas funções. Valores, segundo Rodrigues (2007) são categorias gerais que contemplam várias atitudes, dotadas também de componentes cognitivos, afetivos e predisponentes de comportamentos, diferindo das atitudes por sua generalidade. Uns poucos valores podem determinar uma infinidade de atitudes. Por exemplo, o valor religião pode determinar atitudes em direção a Deus, à Igreja, à família. Os valores operam, é claro, nos indivíduos quando eles tomam decisões de se comportar de certas maneiras. Assim uma das facetas dos valores de um sistema de valores é orientar as percepções e a conduta dos indivíduos na sociedade.

Outro componente atitudinal, segundo Rodrigues (*Idem*), é a crença, ou seja, são as cognições e as idéias – suas convicções - das pessoas em determinadas situações com a educação, o trabalho, a família, as amizades, a política, a religião, a vizinhança, o esporte, o lazer e em todos os tipos básicos de situações sociais numa sociedade. Tais situações: trabalho, diversão, amizades, esporte etc., envolvem crenças que nascem da aplicação de valores. Portanto, nossas crenças sobre o que realmente existe e ocorre podem ser influenciadas pelos nossos julgamentos de valor. Isso, segundo o autor, não é ruim, mas inevitável em questões humanas.

Já as atitudes podem ser definidas sucintamente como uma organização duradoura de crenças e cognições em geral, dotada de carga afetiva pró ou contra um objeto social definido, que predispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos a este objeto. As atitudes contêm um elemento cognitivo (o objeto tal como conhecido), um elemento afetivo (o objeto como alvo de sentimento pró ou contra) e um elemento comportamental, ou seja, a combinação de cognição e afeto

como instigador de comportamentos, dadas determinadas situações (RODRIGUES, ASSMAR e JABLONSKI, 1999, p. 100).

As atitudes possuem em componente ativo, instigador de comportamentos coerentes com as cognições e os afetos relativos aos objetos atitudinais. As atitudes humanas são propiciadoras de um estado de prontidão que, se ativado por uma motivação específica, resultará em um determinado comportamento.

As atitudes envolvem o que as pessoas pensam, sentem e como elas gostariam de se comportar em relação a um objeto atitudinal. O comportamento não é apenas determinado pelo que as pessoas gostariam de fazer, mas também pelo que elas pensam que devem fazer, ou seja, normas sociais; pelo que elas geralmente têm feito, isto é, hábitos; e pelas conseqüências esperadas de seu comportamento.

O comportamento das pessoas, desde a hora de votar até a de comprar um produto, é influenciado por suas atitudes, que, por sua vez, são moldadas por seus valores e crenças comuns. No entender de Rodrigues (2007), normas sociais são padrões ou expectativas de comportamento compartilhado pelos membros de um grupo. Compreende especificação das atitudes ou comportamentos desejados, fiscalização pelos membros do grupo da obediência aos comportamentos desejados e a aplicação de sanção ou punição quando os membros do grupo não adotam os comportamentos desejados, contrariando as normas sociais.

Para Rodrigues, Assmar e Jablonski (1999), valores e crenças são genéricos demais para regular e orientar o comportamento de maneira precisa. Eles nos dão apenas uma visão e perspectiva comuns, habilitando-nos aos comportamentos gerais, mas não nos dizem precisamente o que fazer. As normas compensam essa deficiência dos outros sistemas, informando-nos o que é esperado e apropriado numa situação específica.

Baquero (2007, p. 107-108) sintetiza a aplicação do corte atitudinal:

Enquanto valores e normas dizem respeito a padrões internalizados de comportamento, atitudes e crenças se referem à avaliação ou convicção da pessoa a respeito de um objeto específico. Da mesma forma, as fontes e os processos de formação de orientações são diferentes. Valores e normas são internalizados durante a infância e a adolescência, por meio do processo de socialização política; atitudes e crenças são formadas pela interação entre os valores e normas socializadas cedo na vida e no comportamento do(s) sujeito(s).

Os estudos da interação humana, no campo da Psicologia Social, informam que a disposição do arcabouço estrutural, ou seja, institucional, assim como do momento conjuntural em que estão inseridas tais estruturas, condicionam os padrões atitudinais dos cidadãos em relação ao objeto social. Baquero (2007) exemplifica o caso da obediência à lei, no qual a norma de que se deve obedecer à lei é fomentada via processo de socialização. No entanto, a atitude em relação à lei depende de como as instituições que a promovem se comportam e de como são percebidas pelas pessoas. Assim, do ponto de vista da estruturação de uma cultura política, as orientações políticas dos cidadãos são influenciadas tanto pelo processo de socialização quanto pela forma como as instituições desempenham seu papel de mediadores das demandas entre Estado e sociedade.

Conforme o explanado, a cultura consiste num todo formado por uma parte externa e outra interna. No âmbito do recorte externo, aportam as atitudes e as crenças que interagem com o ambiente e podem ser facilmente modificadas. No âmbito do recorte interno encontram-se normas e valores que dificilmente podem ser alterados. Esse entendimento serve de justificativa à divisão dicotômica mais comum nos estudos da Cultura Política, qual seja, a repartição entre os institucionalistas e os culturalistas (BAQUERO, 2007, p. 108).

Para os institucionalistas são as instituições que mudam as orientações dos cidadãos. Já para os culturalistas, os valores e as crenças têm um peso maior no processo de construção dos padrões atitudinais e na construção dos processos políticos (Idem). Almond e Verba, quando da revisitação dos seus estudos pioneiros de Cultura Política (1989), admitem explicitamente a reciprocidade de influência entre estrutura e disposições atitudinais. Baquero (2007) complementa esse quadro de condicionamento mútuo, argumentando que em países como o nosso, em processo de consolidação democrática, com uma base material que apresenta graves problemas sociais e econômicos, há um reforço na mutualidade de influência. Salaria que, em um ambiente como o delineado, tanto os valores internalizados pelas pessoas na infância e na adolescência em relação à política, quanto às atitudes desenvolvidas por elas nessa arena são congruentes, em um sentido negativo.

O outro vértice da construção metodológica apresenta a dimensão histórico-estrutural, sendo essa tomada em duas subdimensões: uma institucional (estrutural) e outra social. As subdimensões têm como base a historiografia da cultura sócio-

política narradas por: Leal (1978), Faoro (1979), Pesavento (1980) e Nunes (1987), recorrente nos estudos de Moisés (1995) e Baquero (2007), reforçados pelos dados do Núcleo de Pesquisas (Nupesal/UFRGS) acerca da história sócio-política brasileira e gaúcha. O objetivo na utilização desses dados foi à tentativa de poder traçar as características e eventos mais marcantes da vida histórico-estrutural brasileira e regional e os seus efeitos na cultura política brasileira contemporânea.

Ressalva-se que o uso dos estudos do desenvolvimento histórico-estrutural brasileiro e gaúcho aplicado a essa dissertação é usado em suas constatações finais, em seus resultados. Nesse patamar, a sociedade gaúcha e riograndina são tomadas como “fruto” de uma evolução política, social e econômica dominada por uma mesma classe social e a utilização do chamado relato positivista, que privilegiou a aparência dos fenômenos sociais em detrimento das “vinculações orgânicas” entre as estruturas econômicas, os agentes sociais e as formas de dominação política e ideológica. Segundo Baquero (2007), a política gaúcha esteve sempre mais orientada à modernização econômica e a autonomia política do Estado do que aos problemas sociais do habitante sul-rio-grandense.

A despeito da mitificação do gaúcho como o “centauro dos pampas” e a glorificação da sociedade gaúcha em ser pioneira em processos democrático, e assim passado ao imaginário popular pela ótica da classe dominante, a historiografia contemporânea vem redimensionando e reconstruindo a trajetória da sociedade sul-rio-grandense.

A histórica política, social e econômica do Sul provém de traços atávicos a sua formação, segundo os cientistas políticos e historiadores: uma estrutura social razoavelmente simples, com a representação da personagem do estancieiro como típico representante da sociedade gaúcha de antanho, o caudilhismo; predomínio do latifúndio e da economia agropecuária, do estatismo e do clientelismo na dimensão política e de uma participação política frágil e incipiente.

De acordo com Baquero (2007), mesmo as transformações pelas quais passou a estrutura socioeconômica gaúcha após 1930 (início de processo de urbanização e de industrialização) e depois de 1950 (com a nova etapa de desenvolvimento industrial), não provocaram alterações substanciais na estrutura de poder que vigorava até então.

Para Pesavento (1980, p. 87-88), mesmo que a ideologia de antanho tivesse sido arrefecida não correspondendo à estrutura que com a modernização passou a

vigorar. Esse descompasso foi anulado em função da absorção pelo sistema, que se rearticulou, e que precisava pela volta ao passado de imergir na tradição cultural política de cerne conservador. Garantindo os antigos privilégios das elites, com a aparência liberal para aceitação das massas.

Delineado esse quadro histórico-estrutural sintético, deixa-se de reproduzir normativamente, e essa foi uma das críticas apontadas ao paradigma teórico originário de Almond e Verba (1963), modelos que não contextualizam a nossa realidade. Para Baquero (2007, p. 14), essa metodologia alternativa, baseada em um modelo compreensivo, evitaria produzir um conhecimento reativo castrador de caminhos alternativos para incorporar as tentativas do novo. Sobre essa matriz estrutural o cidadão riograndino desenvolveu sua cultura política.

O recorte político conjuntural contemporâneo à realização do *survey* recebeu as influências do período pré-eleitoral de 2008 (eleição do Executivo e do Legislativo municipal). O contexto político da cidade encontra-se delineado pela perenidade de uma família no controle do Executivo Municipal, que governa com amplo apoio da Câmara de Vereadores e com substancial apoio da população ao governo em exercício.

Passados 12 anos de mandato do patriarcado peemedebista, a cidade do Rio Grande encontra-se em franco processo de desestagnação. Pululam empregos em abundância, mas falta mão-de-obra qualificada. A projeção da arrecadação da receita coloca o município riograndino entre os primeiros colocados em PIB do estado do Rio Grande do Sul.

No quadro político-partidário o fenômeno da “dinastia Branco” tende a cooptar até mesmo muitos partidos que não estão à direita do *continuum* político. Mais do que a busca por espaço, da representatividade ideológica partidária na esfera política, os partidos cooptados no âmbito municipal sofrem a pressão de serem pró-governo e em consonância com a maioria, e assim sofrer o risco de perderem suas identidades em favor de um partido catalisador, o PMDB.

Apesar de o panorama econômico ser favorável à cidade, potencializando o seu desenvolvimento, aparece recorrente na mídia impressa, radiofônica e televisiva local, os casos de empreguismo e de nepotismo no Executivo e no Legislativo municipal. Contudo, mesmo as comprovações do “familismo” aparentam não suplantar a grande identificação e apoio da população aos candidatos da família

Branco. Devendo-se ressaltar que o contexto conjuntural hodierno à pesquisa realizada é mais um condicionante a cultura política da cidade em exame.

Considerando o exposto, a cultura política tratada nessa exposição metodológica não é um fator que independe completamente da eficácia de outros elementos. Constatada a complexidade das disposições atitudinais dos cidadãos frente ao objeto político, ou seja, os condicionamentos apontados, a Cultura Política deve ser tomada, ao mesmo tempo, como uma variável dependente e independente. Ela se articulando em grau mais ou menos intenso tanto com as variáveis estruturais e instrumentais como com aquelas especificamente políticas, e contribui de modo decisivo para explicar por que um regime político se consolida, ganha continuidade no tempo e adquire (ou não) estabilidade. A cultura política não é suficiente para sozinha levar à mudança de um regime político, mas, claramente, é um elemento indispensável da sua construção social.

Pesquisas realizadas pelo *World Values Survey* (W.V.S.) apontam que mudanças importantes nos valores políticos de nações ou grupos podem também ser produzidas pela ação intencional de lideranças políticas. Seja por meio de ações, doutrinas, ensinamentos ou criação de instituições, personagens relevantes em um cenário podem alterar significativamente a cultura política dos membros de um grupo ou país.

Os meios de comunicação também desempenham um papel importante na socialização política, isto porque além de proporcionar uma variedade de informações sobre os objetos e fatos políticos, também atuam na formação de idéias que dependem de um longo período de exposição (ALMOND e POWELL, 1972. p. 47). Essas últimas constatações também foram levadas em conta na análise investigativa desse escrito dissertativo.

* * *

A complementar este texto introdutório, é importante trazer ao leitor algumas informações sobre o município do Rio Grande. A cidade portuária do Rio Grande foi fundada no dia 19 de fevereiro de 1737, data que também marca o início da ocupação portuguesa no território que viria a ser o estado do Rio Grande do Sul.

Desde o início da sua fundação, o município sempre mereceu atenção especial da metrópole portuguesa. Motivados pela localização estratégica,

portugueses e espanhóis digladiaram-se em disputas sobre a posse da península arenosa no extremo sul do Brasil. O território da primeira cidade gaúcha foi esculpido entre o doce das lagoas e lagunas litorâneas e a salmoura das águas do Atlântico Sul. A natureza moldou no canal do Rio Grande – ligação entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, uma “barra” natural origem da vocação portuária da então Vila de Rio Grande de São Pedro.

Com o intento de tomar posse de fato e de direito do extremo sul do Brasil, situação destinada com a assinatura dos diversos tratados firmados entre os países ibéricos, por volta de 1753, a Coroa portuguesa iniciou a colonização da Vila marítima com a chegada de algumas dezenas de casais açorianos. Os ilhéus, com a promessa de terras e de insumos, são os menos beneficiados com a política ilusória de distribuição de terras do Império português. Militares que guerrearam nas batalhas de conquista e reconquistas do continente de São Pedro receberam imensos latifúndios.

Em 1760, a vila do Rio Grande se tornou a primeira capital da Capitania do Rio Grande de São Pedro. Porém, a invasão espanhola no município, iniciada em 1763 e que se estendeu por 13 anos, decretou a transferência da jovem capital para a paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre.

Uma estatística de 1781 registrava 841 propriedades espalhadas pelo vasto pampa e a concessão de sesmarias de inicial política imperial acentuou-se com a política dos “protegidos” dos governadores gaúchos. Teve o início do poderio da aristocracia rural, para muitos autores a glória e a decadência da metade sul do Estado gaúcho. Formou-se uma sociedade estamental entre peões, índios, mestiços, militares e estancieiros.

Em 1804, a burguesia comercial-financeira obteve a autorização da Coroa Imperial portuguesa para instalação de uma Alfândega. Já em 1823, Rio Grande contava com um porto construído e devidamente dragado, e que oferecia condições de atracamento a navios de maior porte.

A partir da década de 1850, o comércio atacadista de importação/exportação ganhou impulso e fez crescer o movimento de mercadorias no único porto marítimo da Província Sulina. Em 1855, já eram realizados estudos para melhorar as condições de navegação e segurança da barra, com o objetivo de diminuir a demora na entrada e saída das embarcações. Mas só em 1908, já na República, iniciou-se a

construção dos molhes que fixaram o canal de acesso ao porto, obra concluída em 1916.

Rio Grande civilizou-se, impulsionado pelo comércio. Burgueses aventureiros deslocavam-se de suas plagas em busca da facilidade dos negócios desenvolvidos na região. Se inicialmente a disputa foi pela fixação do domínio da península, com o decorrer do tempo a batalha tomou outras direções. A população da cidade riograndina era uma das mais cosmopolitas do Brasil, o ciclo do charque estabeleceu no município junto o capitalismo financeiro e uma gama de serviços oriundos dessa prática.

Ao contrário dos territórios charqueadores, na sede do município, a relação escravagista ganhava outros contornos. Muito antes de ser aventada a possibilidade da compra da alforria, os negros da cidade eram “empregados” no comércio ambulante de produtos importados da França e da Inglaterra, como: pescadores, marinheiros e em diversos serviços comissionados. Servidão que possibilitou a compra da liberdade de muitos, em virtude da economia de suas comissões e serviços.

A vila de Rio Grande, o mais importante núcleo depois da capital, era um centro de comércio legal e ilegal, tinha seis ruas e becos sem calçamento e um comércio concentrado na Rua da Praia, paralela o canal da barra: 204 lojas de fazendas, 15 armazéns de atacado, três boticas e oficinas de serviços [...] [QUEIRÓZ, 1987, p. 12].

Durante a Guerra dos Farrapos de 1835 a 1845, com Porto Alegre ameaçada pelos revoltosos, Rio Grande torna-se novamente capital da então Província do Rio Grande. Os legalistas se protegiam dos farroupilhas pela linha d'água do Canal São Gonçalo e recebiam reforços por mar. O império, sabendo da importância comercial e estratégica do território peninsular, nunca o cedeu frente aos farrapos. Em 10 anos de guerra a vila riograndina permaneceu sob a guarda do imperador.

Com o nascimento da república pouca coisa mudou: em 1890, os eleitores que viviam nas zonas de criação de gado ainda podiam sustentar o poder político no Rio Grande do Sul. Nas áreas tradicionais da campanha, ainda se concentravam 60% dos votos que elegeriam deputados e o presidente da província na primeira eleição republicana.

Seja como governo de Júlio de Castilhos ou com a ditadura de Borges de Medeiros (1898-1928), a cidade do Rio Grande sempre se beneficiou em ficar submetida ao mando dos ditames governamentais positivistas, em especial, a encampação do porto do Rio Grande (1918) de controle da *Cia. Francesa*.

É também do início do período republicano brasileiro o incremento da diversificação industrial riograndina: tecelagem, charutos, conservas alimentícias, velas (em 1913, havia 18 estabelecimentos industriais). Porém, é do final do período imperial a instalação da primeira fábrica da Província, inaugurada em 1874, a Fábrica de Tecidos Rheingantz.

Em 1917, iniciou-se no município a construção do Frigorífico Swift, que influenciou decisivamente o fluxo migratório para a cidade, fazendo crescer a antiga vila dos Cedros, hoje bairro Getúlio Vargas e teve papel importante na vida econômica e social do Rio Grande. A partir de 1920, a indústria diversificou-se ainda mais com o crescimento da indústria do pescado, bolachas e bebidas.

Em virtude do crescimento do emprego industrial, cresceu também a organização operária da qual é digna representante a histórica União Operária, espécie de central que congregava diversos sindicatos. De 1890 a 1919 ocorreram 14 greves em Rio Grande, o maior número registrado no interior do estado. Jornais operários como o *Echo do Operário* denunciavam o quadro insalubre aos quais os trabalhadores eram submetidos.

Com o golpe de Estado em 1937, a implantação do Estado Novo sob a ditadura de Getúlio Vargas, nas décadas de 1930 e de 1940, a sociedade gaúcha e riograndina encontravam-se em expansão, o ambiente agropastoril favorecia a movimentação social e econômica, principalmente em uma cidade pólo regional como Rio Grande. Em 1937, foi fundada a Refinaria de Petróleo Ipiranga, com grande apoio do governo federal.

A crise estrutural econômica na década de 1950 atingiu o município e empresas sediadas em Rio Grande transferiram sua produção aos grandes centros urbanos, em busca de melhor infra-estrutura. Rio Grande, em 1958, sofreu com um surto de fechamento de fábricas, fazendo mais de sete mil desempregados. Os políticos locais, antes sob o mando da ditadura, herdeiros da política paternalista de Vargas, não conseguiram ter influência e capacidade para salvar Rio Grande do colapso econômico.

Os anos 1960 marcaram um período de estagnação e de decadência econômica, gerando um grande empobrecimento da população trabalhadora com o fechamento de um maior número de fábricas. A ditadura militar, instalando-se no Brasil, em 1964, percebendo a localização estratégica do município e o valor do seu porto, fez investimentos estruturais, construiu o chamado superporto e melhorou o acesso rodoviário na tentativa de atrair indústrias para que se instalassem nos terminais portuários, transformando, ainda, a cidade em "Área de Segurança Nacional". Neste período, houve um aumento da degradação ambiental, ocasionada por dejetos industriais não controlados.

A coincidência de Rio Grande ser terra natal do "bruxo" do regime militar, ou seja, do principal teórico do regime militar brasileiro, o general Golbery do Couto e Silva, também evitou um maior desprestígio do município. Apesar desses fatos, o fenecimento político dos mandantes locais decresceu em razão proporcional à capacidade econômica do município.

Nos anos 1970, a matriz econômica pesqueira da cidade começou a esmorecer, maiores investimentos estatais no porto não foi suficiente para alavancar à economia riograndina. A mão estatal controladora do porto não conseguiu transformar o porto da cidade em um corredor de exportação gaúcho. O sucateamento da maquinaria e a falta de recursos de dragagem no canal de acesso ao porto desviaram as mercadorias para os portos platinos e catarinenses.

Com a redemocratização em meados dos anos 1980, a decadência econômica da cidade é proporcional à perda de influência política dos representantes riograndinos na esfera estadual. O parlamento municipal não reflete ainda a militarização partidária, girando em torno da dicotomização MDB e Arena, agora então os novos PMDB e PDS, conforme se pode constatar na tabela 1 em apêndice.

Na década de 1990, a população do município em pleitos da escolha do Legislativo e Executivo Municipal pareceu optar pelo voto personalista, no qual a influência da mídia radiofônica pareceu determinar, quase sempre, o sucesso do candidato no pleito. A maioria dos candidatos que possuíam programas nas rádios locais foi eleita. O fim da década desencadeia o ápice da personalização do voto, pela figura do ex-vereador Wilson Mattos Branco, o PMDB local se perpetua no poder até os dias de hoje, sem dar sinais do menor arrefecimento.

Depois de décadas de declínio econômico, hoje, Rio Grande passa por uma reestruturação da atividade portuária, ampliando-a e modernizando-a, colocando-se como um dos principais portos brasileiros e importante porto do Mercosul. Foi desenvolvido o pólo naval, com os estaleiros, culminando na construção de uma plataforma petrolífera, a P-53.

Com área de aproximadamente 2.500 hectares e uma privilegiada localização no retroporto, possui toda a infra-estrutura necessária para a instalação de indústrias de grande porte, sendo dotado de moderna malha rodoviária e ferroviária, de sistemas de energia elétrica e de rede de abastecimento de água, garantida por um canal adutor com extensão de 24 quilômetros. Abriga hoje indústrias de fertilizantes, e de processamento de soja e pescado, dispondo de extensas áreas para a instalação de novas empresas.

A economia é caracterizada por acentuada predominância do setor secundário, numa ampla interação com o sistema viário, liderado pelas instalações portuárias. No entanto, outros setores tiveram grande influência no desenrolar das atividades econômicas, contribuindo com etapas para o desenvolvimento integrado do município como a agricultura, a pecuária, a pesca, o comércio e o turismo.

* * *

O trabalho está estruturado da seguinte forma: no capítulo introdutório são apresentados o tema, o problema, a contextualização do problema, a justificativa, os objetivos e as hipóteses, bem como os aspectos metodológicos que guiam essa dissertação.

No capítulo 1 são abordadas as principais perspectivas teóricas da Cultura Política, desenvolve-se uma breve explicação sobre os enfoques de estudo das diversas dimensões que abrangem as teorias da Cultura Política. Igualmente, expõe-se a corrente teórica que direciona os estudos aqui em pauta.

No capítulo 2, apresentam-se os fundamentos metodológicos e suas justificativas que balizam essa investigação dissertativa. Para isso, discorre-se sobre os métodos utilizados que fundamentaram a escolha metodológica do presente trabalho.

Na seqüência, no capítulo 3, analisam-se os dados coletados pela pesquisa empírica, com base em *survey* realizado em período pré-eleitoral de 2008. Os

elementos coletados foram observados através de disposições gráficas e tabelares, onde a tabulação dos dados foi transformada em índices avaliados pela perspectiva da escala percentual simples.

No capítulo 4, as informações coletadas são discutidas à luz do aporte teórico-metodológico escolhido para guiar o estudo dissertativo em tela. Pretendendo-se traçar um perfil da cultura política do cidadão riograndino.

Capítulo 1

Cultura Política: principais abordagens teóricas

A literatura das Ciências Sociais é uniforme no sentido de demarcar a evolução do conceito de Cultura Política, embora haja discrepâncias quanto à (in)dependência/(i)limitação da variável cultural. Em geral, a teoria política tem mostrado que as noções primordiais do conceito foram fruto da história do desenvolvimento político da humanidade.

Ao atentar-se para obras clássicas da política, percebe-se que os conceitos e categorias da Cultura Política estão pressupostos. Do idealismo de Platão com a sua “A República”, ao afirmar que as formas de governo variam, assim como variam as predisposições dos homens. Ao empirismo aristotélico que, segundo Almond e Verba (1989), seria o mais moderno culturalista político, pois estabelece conexões entre as variáveis da cultura política e as variações de estratificação social e desempenho governamental.

No espectro do enciclopedismo, pode-se citar Montesquieu que, em seu “Espírito das Leis”, recorreu a variáveis culturais para explicar que o temperamento dos habitantes de determinado país definiria o sistema político e legal. Ainda no mesmo esteio, tem-se Rousseau, que afirmava existir esculpida nos corações dos cidadãos uma lei, mais poderosa e mais importante que a lei propriamente dita, seria a força do hábito, do costume (Idem, p. 5). Não menos importante, Alexis de Tocqueville, que em “A Democracia na América” já afirmava que o comportamento do povo deveria ser considerado no estudo das causas da manutenção da democracia (CHEVALLIER, 2001).

Almond e Verba (1989) já ressaltavam que os conceitos e as categorias da teoria da Cultura Política como subculturas políticas, cultura política das elites, socialização política e mudança na cultura, fazem-se patentes, de forma subentendida nos trabalhos dos pensadores políticos.

Para José Álvaro Moisés (1995), os estudos da Cultura Política podem ser divididos, em três dimensões. A primeira derivou dos estudos antropológicos nas décadas de 1930 e 1940, expondo tanto a estabilidade, quanto as transformações dos regimes políticos em termos de pretenso caráter nacional dos povos. Composta essa corrente pelos adeptos da doutrina de Franz Boas, como os antropólogos: Ruth Benedict, Margaret Mead e Geoffrey Gorer.

O ponto de convergência para essa corrente é a Escola de Cultura e Personalidade, baseada na existência de características naturais, congênitas para cada povo, compostas tais particularidades por valores, crenças e práticas, constituindo o conjunto a cultura da nação, o seu caráter nacional. Essa configuração levaria a um determinismo e a um reducionismo psico-antropológico com base em aspectos vagos como ambiente, clima e raça.

Segundo Gonzáles (2006), para esta vertente os atributos naturais de cada povo ou raça constituem a sua cultura numa visão exacerbada de determinismo cultural, que não deixa margem para a ação humana, a intervenção de lideranças políticas na adoção de normas de procedimento. Conforme Moisés (1995), haveria um substrato estático, imutável.

Somando-se a esse caráter petrificador da teoria em tela, Rennó (1998) ressalva que a relação entre um padrão atitudinal e a política tornou-se atrofiado em decorrência do aparecimento de métodos de pesquisa mais neutros e acurados. Essa concepção da Escola Culturalista – como ficou conhecida – adotou posturas clichês pelos seus pontos de vista apriorísticos, nos quais os povos germânicos seriam caracterizados pela belicosidade da cultura, o que explicaria o nazismo; os latinos seriam dados aos sentimentos passionais, não racionais, o que corroboraria os regimes autoritários nos países ibero-americanos, e excluiria qualquer possibilidade de democracia na Europa Ibérica e na América Latina.

A segunda dimensão de estudo da Cultura Política se subdivide em dois enfoques, ambos advindos na esteira do economicismo de direita e de esquerda. A acerba de Esquerda, na tradição marxista, muito em voga no Brasil nos anos 1960 e 1970, explicitava que as atitudes, valores, crenças e ideologias estariam

determinadas pela infra-estrutura. Assim, em última instância, os homens eram moldados pelos processos de produção e a classe social dominante e o *status* étnico produziram os valores comuns, dessa forma assegurando a manutenção do *status quo* do estrato dominante. Mais do que uma variável de dependência material, a cultura política seria um epifenômeno, assim um componente supérfluo de estudo (MOISÉS, 1995). Os valores fundamentais de cada época histórica são produzidos pela classe dominante com a finalidade de garantir seus interesses estratégicos, não havendo sentido em se falar de autonomia dos valores políticos ou do seu compartilhamento por setores sociais diferentes. A Cultura Política aqui, ao contrário da perspectiva anterior, é tomada como uma variável dependente.

Dentro da perspectiva esquerdista Gramsci é um capítulo à parte. Este filósofo político italiano revolucionou a teoria marxista, ao introduzir os conceitos de bloco histórico e hegemonia política, concepções perpassadas pelo elemento da cultura política. Conforme Coutinho (1981), a formação de um bloco histórico, modelo político-cultural no qual a classe dominante (elite dirigente) tenta manter seu poder na sociedade em relação às outras classes sociais, utilizando-se do recurso da ideologia. A hegemonia política desse bloco político seria exercida por meio da coerção estatal (normas e leis) e pelo consentimento (culturais, morais e intelectuais). Assim, nasceria a estabilidade institucional do sistema político pela disseminação de padrões de comportamento favoráveis ao *establishment*.

De outra forma, também enfatiza o papel das lideranças políticas que, pela qualidade de suas iniciativas e dos modelos político-culturais que lhes correspondem, podem introduzir as inovações necessárias à fundação da nova sociedade. Logo, os valores e idéias seriam as armas da ação revolucionária para desfazer a hegemonia política da classe dominante, levar a um antagonismo entre as classes sociais e criar uma crise orgânica no Estado.

Já a acerba de Direita tem como base os argumentos da Teoria da Escolha Racional. Esta se fundamenta no fato de que indivíduos fazem suas escolhas nos marcos da racionalidade instrumental, ou seja, pesam custos e benefícios e utilizam coerentemente os meios disponíveis para maximizar seus interesses próprios. Os autores desta tradição contribuíram para consolidar a visão de que cidadãos comuns são capazes de tomar decisões consistentes e razoáveis.

Fundada a partir de trabalhos de economistas que passaram a se interessar por assuntos políticos, nessa concepção do social há o predomínio da visão

utilitarista do comportamento, o *homo sociologicus* cede espaço ao *homo economicus*. A Teoria da Escolha Racional é explanada por diversos autores no âmbito das Ciências Sociais e, embora haja diferenças substanciais entre as teorias racionalistas, os teóricos dessa teoria convergem para a perspectiva materialista. Os agentes visam à maximização dos seus interesses individuais, tomados em consideração a cálculos de custos e benefícios, manifestando-se esses em ganhos proporcionados pelo voto, pela riqueza, pelas oportunidades no mercado de trabalho, passando por outras dimensões da vida social, mais ou menos mensuráveis em quantidade e sujeitas a constrangimentos de recursos materiais (FIGUEIREDO, 1991).

A terceira dimensão, perspectiva a qual se filia esta dissertação, aparece como uma reação às deficiências empíricas ou ao caráter pouco científico dos modelos analíticos que predominavam na Ciência Política norte-americana até os anos 1940. Da forma que é mais conhecida atualmente, foi introduzido na Ciência Política pelos estudos de dois norte-americanos, Gabriel Almond e Sidney Verba, em 1963. Para eles, o termo Cultura Política “refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel do cidadão na vida pública”.

A teoria formulada por Almond e Verba (1963), com o estudo da cultura cívica da democracia, caracteriza-se pela interdisciplinaridade, pois funde elementos da História, da Filosofia, da Antropologia, da Sociologia da Psicologia e, obviamente, da Política. Reúne a tradição sociológica de Max Weber, Talcott Parsons e outros, a psicologia social de Lippman, Wallas e Lazarsfeld; bem como a contribuição de cientistas sociais como: Ruth Benedict, Margaret Mead e Harold Lasswell, como componentes explícitos da fundamentação teórica do conceito.

Entre as contribuições de Almond e Verba em *The Civic Culture* (1963), destacam-se a generalização da “noção de que as orientações intersubjetivas da ação, como parte do ambiente político da sociedade, é condição relevante a ser levada em conta na análise da relação entre os cidadãos e a comunidade política” (Idem, 1963). Estes autores acreditavam que a estabilização do regime democrático ocorria na medida em que um conjunto de disposições político-culturais favoráveis à democracia se estabelecia, adotando assim, uma perspectiva que atribui à Cultura Política o *status* de uma variável independente de qualquer outro fator. Contudo, nos seus trabalhos empíricos, esses analistas não se limitaram a apenas diagnosticar,

procuraram também mostrar alguns fatores que tiveram um papel importante nos processos de transformações observados.

A obra "*The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*" (1963) consiste, na perspectiva contemporânea, do elemento impulsionador dos estudos da cultura política. Muitos estudiosos se perguntam de por que somente na década de 1960 do século passado definiram-se as análises de cultura política.

Há alguns fatores que explicariam o desenvolvimento tardio de um conceito em evolução desde a era clássica. Os autores, que revisitaram seus escritos em 1980, expõem que a fé na crença iluminista e liberal – e suas teorias – de que a humanidade estaria inevitavelmente fadada ao progresso material e moral, na segunda metade do século XIX foi estimulada pela revolução industrial, pelas reformas sociais e políticas na Grã-Bretanha, pelo exemplo americano e por teorias evolucionárias. As hecatombes globais que assolaram a humanidade abalaram o credo liberal: crise de 1929, duas guerras mundiais, regimes totalitários e perda da liberdade arrefeceram as teorias liberais (ALMOND e VERBA, 1963, p. 6-10).

Com isso, a explicação do fenômeno político precisava de novos horizontes teóricos. Essa incapacidade teórico-metodológica estimulou os cientistas sociais a desenvolverem e/ou aprimorarem suas teorias e metodologias frente à nova realidade social.

Outro fator que contribuiu com o desenvolvimento dos estudos da cultura política foi a invenção somente nos anos 1960 de uma nova técnica de pesquisa, o *survey*, ou "catalytic agent in the political culture conceptualization and reseacrh". (Idem, p. 15) O *survey* revolucionou os métodos de pesquisa, deu mais confiabilidade aos dados das amostras coletados respaldado pelos métodos da estatística. De uma maneira geral, à época, os processos e técnicas de pesquisa no meio empírico abasteceram e foram abastecidos pelo fluxo no desenvolvimento da Ciência Social.

Como síntese do exposto até então, pode-se observar duas perspectivas claras. De acordo com Fucks (2003), de um lado, em uma perspectiva "culturalista", sugere-se que a orientação subjetiva dos cidadãos (tolerância, confiança, igualdade, competência política) constitui-se em variável fundamental para entender o (bom ou mal) funcionamento das instituições políticas democráticas.

De outro lado, em uma vertente "institucionalista", dominante na Ciência Política, acreditando que a estrutura política (desenho institucional, desempenho

governamental, regras e normas legais) é a responsável por produzir nos cidadãos determinadas disposições subjetivas (e. g.: apoio ou desconfiança em relação ao regime democrático). Assim, reconhece a autonomia dos arranjos institucionais e constitucionais com relação às características culturais da sociedade. Há aqui uma ênfase nos efeitos macro políticos concernentes aos diferentes desenhos institucionais e constitucionais. Segundo essa corrente tanto é possível prever os padrões de interações entre os agentes racionais, quanto determinar os resultados esperados dessas interações.

Há, ainda, a vertente que procura enfatizar a importância de fatores sócio-econômicos na definição da performance das instituições democráticas e por consequência na estabilidade da democracia na região. Estabelece-se uma relação entre modernização econômica e social com desenvolvimento político. Essa corrente predominou no campo dos estudos da cultura política na fase de transição dos regimes totalitários para os regimes democráticos na América Latina. E há, por fim, uma gama grande autores que se detêm em estudos contemporâneos de Cultura Política sob essa ótica de observação economicista.

Pondera-se que tanto uma, quanto outra posição tem seus méritos e suas críticas, não há consenso e quiçá nunca haverá. Hoje surgem, correntes de estudo da Cultura política que mesclam “cultura” e “instituição”, ao mesmo tempo em que o indivíduo molda as instituições, àqueles recebem o contra-fluxo e são moldados por àquelas. Uma talvez, filosofia pós-estruturalista das pesquisas sobre Cultura política.

Alem destes enfoques citados, os modelos de análise da Cultura Política também costumam variar segundo uma problemática bastante comum aos estudos das Ciências Humanas, que é a dicotomia entre as abordagens individuais e as coletivas. Embora a noção de Cultura Política não esteja presente nas teorias de ação racional ou nas teorias de fundo individualista, como o existencialismo, ela é bastante utilizada, seja nas concepções inspiradas no funcionalismo parsoniano, na teoria do sistema político de Easton, no pluralismo “dahliano” e, até mesmo, no modelo marxista. Isso porque todos utilizaram o conceito nos seus modelos interpretativos, embora com pressupostos teóricos distintos (MOISÉS, 1995).

Na obra seminal de Almond e Verba a Cultura Cívica aparece como uma categoria ou uma classificação de Cultura Política. Ou seja, a Cultura Cívica seria como uma forma específica de Cultura Política, a mais propensa ao surgimento e ao desenvolvimento estável de regimes democráticos. Um específico tipo de Cultura

política como requisito necessário para a constituição e consolidação da democracia, assim a democracia americana e britânica seriam os modelos dessa tese (PATEMAN, 1992).

O objetivo de Almond e Verba era entender como essa cultura cívica teria sido absorvida ou não nas sociedades contemporâneas.

Já o conceito de Cultura Política de Almond e Verba que se depreende em “*The Civic Culture*” (1963), sendo definido originalmente como “[...] the particular distribution of the patterns of orientation toward political objects among the members of the nation [...]”, ou seja, um conjunto de orientações políticas subjetivas que poderiam explicar a motivação subjacente às ações praticadas pelos atores, neste caso específico, tendo como referência os objetos políticos (Almond e Verba, 1963, p. 13). Refinando o conceito Almond e Verba (Idem) deixam claro que Cultura Política estava delimitada às atitudes e orientações dos cidadãos em relação aos assuntos políticos, “The term political culture thus refers to the specifically political orientations – attitudes toward the political system and its various parts, and attitudes toward the role of the self in the system” (Ibidem).

Em *The Civic Culture Revisited* (1989, p. 27), Almond e Verba expõem a construção da definição de Cultura política visando uma maior abrangência do fenômeno político:

In *The Civic Culture* the definition of the concept was adapted to the analysis of the cultural properties assumed to be associated with democratic stability. Consequently the elaboration of the concept stressed political knowledge and skill, and feelings and value orientations toward political objects and processes – toward the political system as a whole, toward political parties and elections, bureaucracy, and the like. Little or no stress was placed on attitudes toward public policy.

Almond e Verba (1963) partem da hipótese de que os valores, sentimentos, crenças e conhecimentos, ou seja, as orientações subjetivas dos indivíduos que vivem sob um determinado regime político são importantes para explicar a manutenção, consolidação ou transformações do mesmo. Através do método de pesquisa *survey*, os cientistas argumentaram que as orientações postas seria algo passível de apreensão empírica pelas pesquisas de opinião. O fulcro da pesquisa era, por meio de um estudo que se estendeu por cinco países (Estados Unidos,

Inglaterra, Itália, Alemanha e México), determinar o grau de congruência entre esse conjunto de variáveis subjetivas e o sistema político.

A metodologia usada era o cruzamento entre as variáveis subjetivas com a classe de objetos políticos que resultariam três diferentes tipos de cultura política: a paroquial, a súdita e a participante. Vamos ao esquema classificatório proposto pelos autores e análise.

No campo das orientações subjetivas advém de três orientações: a) da relação dos indivíduos com o objeto político, abrangendo os aspectos cognitivos (conhecimento preciso ou não de objetos e crenças sobre o sistema político); b) afetivos (sentimentos sobre o sistema político, como os sentimentos de ligação, envolvimento, rejeição e outros, a respeito de objetos políticos); c) avaliativos (juízos e opiniões sobre o sistema político – objetos políticos), que usualmente envolvem aplicação de padrões de valores aos objetos e fatos políticos.

Os objetos políticos, por sua vez, são definidos como o sistema político em sua totalidade, com suas estruturas de incorporação (*inputs*) e satisfação (*output*) de demandas individuais e coletivas, assim como o próprio indivíduo em seus papéis e atribuições políticas (ALMOND e VERBA, 1963, p. 14). Como exemplos, teríamos os partidos políticos e instituições legislativas, dentre outras, como estruturas de encaminhamento de demandas (*inputs*) e os órgãos responsáveis por políticas públicas como estruturas de satisfação das demandas (*outputs*). Nítido, assim se faz a influência de David Easton em analisar a política em termos de sistema.

De acordo com esses aspectos, os autores definiram três tipos principais de cultura política. Uma cultura política “paroquial” (*parochial*), típica das sociedades tradicionais, os indivíduos não têm expectativas em relação ao sistema político, e suas poucas orientações têm um caráter mais afetivo do que cognitivo. Os papéis e as instituições políticas não existem ou coincidem com papéis e estruturas econômicas ou religiosas.

Em uma cultura política “sujeição” (*subject*), os indivíduos possuem orientações sobre o sistema político que são mais estruturadas, mas estas não consideram sua participação ativa no sistema. Nestes casos, os indivíduos têm uma atitude passiva em relação ao sistema e um sentimento de competência político muito limitado. Conhecimentos, sentimentos e avaliações estão voltados para o sistema político incumbido das decisões. De tendência passiva, corresponde aos regimes autoritários. Finalmente, em uma cultura política “participante/participação”

(*participant*), os indivíduos têm orientações explícitas sobre o sistema político como um todo, adotando uma postura mais ativa sobre seu papel na sociedade. Característica dos sistemas nos quais as percepções, sentimentos e avaliações sobre o sistema político visam, além do sistema, a posição ativa de cada um (ALMOND e VERBA, 1963, p. 17-23).

Apesar de Almond e Verba insistirem que esta classificação não implica tratar as culturas políticas como homogêneas, ela é utilizada pelos autores para identificar o grau de congruência ou incongruência entre a cultura política e as estruturas do sistema político. Segundo este modelo, as culturas paroquial, sujeito e participante seriam mais congruentes, respectivamente, com uma estrutura política tradicional, uma estrutura política centralizada-autoritária e uma estrutura política democrática. Em outras palavras, um sistema democrático pressupõe uma “cultura cívica” (Idem, 1963, pp. 13-30).

Segundo Kuschnir (1999) esse conceito de cultura política concentra-se na importância do processo de socialização como a família, a escola e o trabalho, na definição do comportamento político. A suposição que permite estabelecer a relação entre o processo de socialização e o comportamento político nos modelos de cultura política exige o reconhecimento de que as respostas dos atores a situações sociais objetivas não ocorrem em um estágio único, onde nenhum componente subjetivo intervém. Ao contrário do que propõem os modelos básicos da teoria da escolha racional, hoje dominantes na ciência política, as respostas se dão através de orientações mediadas pela avaliação subjetiva que o ator realiza destas situações sociais.

Após a publicação da obra conjunta de Almond e Verba, o conceito de cultura política juntamente com seus pressupostos, é acerbado por inúmeras críticas. As críticas giram em torno dos seguintes eixos: determinismo, etnocentrismo, ocidentalização da história e normativismo dos pressupostos dos escritos “*The Civic Culture*”.

A repreensão ao determinismo não concorda que há um determinado tipo de Cultura Política como requisito necessário e absoluto para a constituição e consolidação da democracia, no caso, a Cultura Cívica existente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha (PATEMAN, 1992).

Assim, o conceito de Cultura Política foi originado a partir de uma concepção normativa de sociedade baseada em um determinado tipo de experiência histórica

vivenciada por determinados países. Dito de outra forma: o conceito original, além de ser etnocentrista, não consegue dar conta das realidades não consideradas em “*The Civic Culture*”. Essa perspectiva não considera que as diferentes Culturas Políticas são frutos de diferentes experiências históricas e que não necessariamente caminham para a mesma conformação institucional. Além disso, coerente com a Ciência Política norte-americana da época do pós-guerra, Almond e Verba defendem a democracia liberal como modelo ideal de sociedade. Dessa forma, as críticas apontam num mesmo sentido: em vez de enquadrar as diferentes sociedades em uma tipologia construída *a priori*, os estudos de Cultura Política deveriam servir para que se construa uma compreensão da realidade que considerasse as diferentes experiências históricas.

Entretanto, concordando-se com Castro (2000) se as proposições de Almond e Verba não conseguiram abranger as inúmeras situações que a realidade expõe, os autores inauguraram uma nova forma de analisar e explicar a política. Desse ponto em diante, há uma evolução na proposta teórica da temática. Alguns teóricos da Cultura Política ainda seguem os preceitos do “*The Civic Culture*”, tomando as realidades singulares das sociedades em uma tipologia construída *a priori*. Muitos estudiosos, incluindo Almond e Verba revisitando seus escritos, perceberam a complexa realidade do social, da cultura cívica. Voltemos aos formuladores da teoria da cultura política que concordaram com grande parte das debilidades apresentadas por seus críticos.

Em uma versão revisitada editada vinte anos depois, Almond e Verba (1989, p. 398) reconheceu a imprudência que foi analisar cinco nações: “There are a number of problems with such a broad scope [...] *The Civic Culture*, by focusing on a broad problem of cross-national relevance, ignores significant aspects of political situation in each of the nations studied”.

De acordo com Rennó (1998), percebe-se que esse conceito vem experimentando muitas variações, desde a grande popularidade que teve na década de 1960. Neste período, análises inspiradas na revolução comportamentalista fundadas na crença da capacidade dos estudos empíricos na Ciência Política em diagnosticar a realidade, estiveram no auge.

Durante a década de 1970, os estudos da Cultura Política sofreram uma estagnação com a hegemonia das teorias “econômicas” da política. Os modelos de análise da escolha racional deram contribuições importantes, mostrando as

interações entre economia e política, entretanto, subestimaram os aspectos político-culturais, chegando-se a deixar de lado as variáveis que se referem, por exemplo, às identidades partidárias, religiosas ou valores políticos dos atores. (Idem)

Segundo Kuschnir (1999, p. 2), após o recuo nos anos 1970 e 1980, as abordagens da Cultura Política reaparecem nos anos 1990, apesar das desconfianças que esta dimensão ainda provocava entre alguns estudiosos da Ciência Política.

Almond e Verba já reconheciam o limite teórico de suas pesquisas, observando que a Cultura Política não explica tudo sobre política e que pessoas com valores e habilidades diferentes podem apresentar, em situações distintas, diversos comportamentos. Além disto, afirmam que a cultura política não é imutável, pois, “novas experiências podem mudar as atitudes dos indivíduos” (ALMOND e VERBA, 1963).

A desconfiança na abordagem culturalista do fenômeno político deve-se, em grande parte, pelo perfil de autonomia da variável axiomática frente às perspectivas estruturais do comportamento político.

José Álvaro Moisés (1995, p. 82) inclui-se na categoria de politólogos que refutam a crítica comum dirigida à Cultura Política, de que, nessa perspectiva, os fenômenos dos valores políticos são tratados como um dado, uma variável independente de determinações externas, incorrendo assim, de um modo inverso, no erro cometido pelas abordagens de cunho exclusivamente estruturais do comportamento político. Este estudioso procura mostrar que, apesar dos fatores estruturais significarem uma parte importante na natureza da ação política, eles constituem efetivamente apenas uma parte do fenômeno. Deste modo,

sem desconsiderar a importância dos nexos de explicação causal decorrentes” das análises estruturais, ele advoga que: “a dimensão político - cultural [...] e a intervenção consciente de elites e não elites no processo político - exerce um papel decisivo na explicação dos comportamentos políticos [...] (MOISÉS, 1995, p. 87).

O autor mostra que as recentes abordagens no campo do comportamento político estão voltadas para os padrões de atitudes, opiniões e orientações da ação política, imprimindo continuidade no tempo a tais padrões, mesmo sem torná-los imutáveis diante da ação transformadora. Logo, resulta em conseqüências políticas

extremamente relevantes, precisamente, para a viabilização de instituições democráticas (Inglehart *apud* Idem).

Processos clássicos de democratização sugerem que, mesmo admitindo-se a existência de certa margem de autonomia na sua formação, os valores, as atitudes e os procedimentos políticos se reforçam a partir da interação entre o comportamento e o funcionamento das instituições políticas. Algo que implica tanto em processos de aprendizagem do seu uso, como de ressocialização política induzida pela experiência, mas ambos sedimentam-se com o passar do tempo e com a continuidade dos processos que constituem os sistemas políticos (Ibidem).

Para efeitos dessa dissertação tem-se que a causalidade pode ser de mão dupla, ou seja, de que existe uma determinação recíproca entre os elementos institucionais e subjetivos. Por essa abordagem, ao invés da busca pela determinação em última instância de um pelo outro, a análise das relações entre os dois é que fica privilegiada.

Com fundamento nessas críticas Almond e Verba (1989), enfatizam que uma das características da cultura política é a não determinação do fenômeno cultural. Ou seja, a cultura política certamente afeta a estrutura governamental e o seu desempenho, porém não o determina, apenas o constrange. Segundo os autores (1963, 1980), há um influxo mútuo, pois, de um lado, atitudes e comportamentos políticos influenciam a estrutura social e política e o desempenho governamental e, de outro, estruturas e desempenhos governamentais influenciam atitudes e comportamentos de grupos e de indivíduos. Com base nessa influência recíproca entre estruturas e seus resultados, de um lado, e valores e atitudes políticas, de outro, contribui para que se possa elevar-se a cultura política como um elemento variável e mutável.

Considerar a plasticidade do fenômeno da cultura política, não implica dizer que a mudança naquela seja de fácil realização. Estudiosos da Ciência Política já afirmavam, antes do auge dos estudos da cultura política, que requer um tempo mudar a forma como os indivíduos percebem o sistema político e o governo, e a forma como se percebem no processo político. Lapsos esse que será determinado pelo tipo de experiência, pela vivência política e pela intensidade desse processo.

A relação entre cultura política e aperfeiçoamento da democracia torna-se complexa a partir do momento em que há, no interior da sociedade, uma variedade de clivagens distintas que disputam entre si a hegemonia política. Este fato parece

estar bem presente na sociedade brasileira, principalmente levando-se em conta que sua estrutura organizacional é marcada por práticas autoritárias e centralizadoras que teimam em persistir, apesar dos avanços no processo de consolidação da democracia brasileira.

O intento desse capítulo não fora extinguir uma revisão teórica sobre a temática em pauta, mas sim expor como o tema Cultura política desenvolveu-se e vem sendo analisado.

Capítulo 2

Aspectos metodológicos

Pesquisas de opinião são usadas, quando se pretende investigar um determinado assunto aos olhos de certa população. Em grande medida, são como “fotografias”, ou seja, o registro, em um dado momento, daquilo que os indivíduos de determinada população (associação, empresa, região etc.) pensam e vêem.

Uma pesquisa de opinião não abrange somente a área de Estatística, mas será dada aqui maior ênfase a esta parte, conseqüentemente, ao aspecto quantitativo, embora muitas pesquisas de opinião que são desenvolvidas, por exemplo, nas Ciências Sociais, enfatizem o aspecto qualitativo.

As abordagens teórico-metodológicas da corrente culturalista utilizam as técnicas da pesquisa quantitativa, assim como as técnicas da pesquisa qualitativa, tendo em vista serem complementares entre si e coerentes com os seus pressupostos epistemológicos. Dessa forma, o estudo desenvolvido nesta dissertação propõe a combinação do método quantitativo e qualitativo.

De acordo com a classificação proposta por Gil (1990), a pesquisa efetuada pode ser classificada como inicialmente descritiva, pois expõe as características de determinada população ou fenômeno. Ainda segundo o autor estão incluídas no grupo das pesquisas descritivas as que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes, crenças e hábitos de uma população (Idem, p.46).

Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação. Assim, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da pesquisa explicativa.

Num segundo momento da análise dos dados empíricos, utilizou-se da predominância da pesquisa explicativa. Segundo Gil (Ibidem), essa pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Um tipo de pesquisa que aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Geralmente, constitui-se no sucedâneo de outra pesquisa descritiva. Posto que a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado.

Quanto aos procedimentos, isto é, quanto ao modelo conceitual e operativo da pesquisa, o trabalho dissertativo em pauta pode ser classificado basicamente como uma pesquisa de campo, sendo conduzido um levantamento de percepções do tipo *survey*, com auxílio de formulário, para se obter a explicação do fenômeno da cultura política, objetivo geral a ser pesquisado.

Um levantamento, no entender de Gil (Ibid.), caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujos comportamentos se desejam conhecerem. Procedendo-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

O estudo da Cultura Política, das atitudes e valores intrínsecos a essa esfera do comportamento político favoreceu o surgimento da pesquisa empírica sistematizada na área da Ciência Política, especialmente a partir da década de 1960, com a introdução do método *survey*.

As atitudes, os valores, as crenças e os hábitos de uma determinada população tornam-se fatores de análise importantes na explicação dos fenômenos sociais e políticos, e as tendências, regularidades e previsibilidades do comportamento político passaram a ser instrumento de exame empírico por meio de técnicas quantitativas.

De acordo com Baquero (1997, p. 46), a “abordagem do comportamento representa o início de uma fase de teorização nas ciências sociais como um todo, associada, no entanto, aos princípios e métodos da ciência empírica”.

Nos estudos da Cultura Política, o uso da técnica de levantamento de dados *survey* é a mais corrente, segundo Rennó (1998), pois permite tratar o viés empírico com maior objetividade. A partir de 1980, a técnica *survey* passa a ganhar um uso corrente com a formação primeiramente do *European Values Survey group* (EVS)

Sob a liderança de dois cientistas políticos Jan Kerkhofs e Ruud de Moor. Inicialmente, o plano amostral abrangia somente a Europa Ocidental e sob a direção de Ronald Inglehart, o antigo grupo assumiu dimensões mundiais, sendo criado o *World Values Survey*.

2.1 - Instrumento de coleta

O estudo em pauta guiou-se, mas não se determinou pelos padrões formais elaborados pelo W.V.S. O instrumento de coleta de dados utilizado na obtenção dos dados empíricos substituiu o tradicional questionário inquisitivo do *survey* pelo instrumento do formulário. Muitas vezes utilizados indiscriminadamente, os dois instrumentos de coleta de dados são diferentes em essência. Segundo Gil (1990), o questionário determina-se por um grupo de perguntas que serão respondidas por escrito pelo pesquisado. E, por outro lado, o formulário é um instrumento de coleta de dados em que o inquiridor formula questões previamente elaboradas e anota as respostas.

A justificativa para a escolha da técnica do formulário deve-se as dificuldades previstas já no projeto de pesquisa e confirmadas com a aplicação da prova (pré-teste) em campo. Em exemplo: segmentos da população seriam marginalizados da pesquisa proposta se fosse aplicado o método do questionário, no qual os interrogados devem preencher o instrumento e entregá-lo ao pesquisador, desvio inaceitável ao objetivo da dissertação em tela, considerando o número expressivo de analfabetos e analfabetos funcionais expressos pelos dados do Censo IBGE para a cidade do Rio Grande.

Outro fator a ser considerado é a amplitude das condições de pesquisa. Na prática, o formulário revelou-se extremamente dinâmico, a mobilidade conferida pela técnica ao inquiridor permitiu abrandar as adversidades de lugar e de tempo. A impossibilidade da aplicação do questionário em face de esse segmento da população apontado, entre outros óbices relatados, contribuiu decisivamente para o uso do instrumento formulário nesse trabalho dissertativo.

Ainda de acordo com Gil (Idem), o formulário reúne dupla vantagem, por ser um instrumento de pesquisa intermediário entre o questionário e a pesquisa, poder ser aplicável ao mais diverso segmentos da população e possibilitar a obtenção de

dados facilmente tabuláveis e quantificáveis, constituindo-se, assim, técnica mais utilizada nas pesquisas de opinião, na qual a pesquisa de cultura política está inserida. De acordo com Appolinário (2004, p. 100), o formulário é um instrumento ou técnica de pesquisa próprio da coleta de dados de uma investigação científica de natureza teórico-empírica.

No tangente às perguntas que integram o formulário, elas foram elaboradas tendo em vista outras pesquisas de cultura política pertencentes a órgãos privado e públicos, assim como de banco de dados de instituições universitárias.

A padronização final respeitou o convencionado nos moldes do *World Values Survey* que, por sua vez, inspiraram-se nos estudos e *surveys* comparativos desenvolvidos pioneiramente, em 1963, por Almond e Verba. Na obra seminal dos estudos da cultura política, “*The Civic Culture, Political, Attitudes and Democracy in Five Nations*” constam dois apêndices que comprovam a afirmativa desbravadora e inicial dos autores (1963, p. 526-549).

O formulário é do tipo estruturado, composto por 24 questões, as quais se alternam em fechadas (são apresentadas alternativas de resposta) e abertas (as respostas são livres, sem restrições), buscando-se sondar variáveis relacionadas às características sócio-demográficas, interesse por política, preferência partidária, decisão do voto, fatores na escolha eleitoral, intenção de voto para prefeito e para vereadores, confiança nas instituições políticas e participação política dos cidadãos entre outras características.

2.2 – Seleção e treinamento dos inquiridores

Os inquiridores foram selecionados por já terem experiência prévia com a disciplina de metodologia científica, sendo que a maioria havia participado de levantamentos realizados anteriormente na cidade do Rio Grande. O grupo de inquiridores constituiu-se de quatro acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

O grupo de pesquisa recebeu o treinamento necessário, realizado pelo autor da dissertação. O treinamento da equipe realizou-se nas dependências da própria universidade. A empreitada contou com financiamento pessoal do autor desse escrito dissertativo que, em troca, ofereceu-se a disponibilizar tal atividade de

pesquisa como integrante no cômputo de horas complementares, necessárias à formação do acadêmico de Ciências Contábeis.

No treinamento, foram apresentadas as linhas gerais da pesquisa, incluindo a importância dos dados empíricos, características da população estudada, objetivos e metodologia empregada. Os detalhes metodológicos foram discutidos, tendo como referência material entregue pelo professor-supervisor da equipe. A partir da leitura do manual, procederam-se as orientações para entrevista e preenchimento do formulário. Com a finalidade de padronizar os conceitos utilizados na pesquisa, foram apresentadas algumas definições básicas a respeito de conceitos e constructos utilizados na pesquisa.

Ao todo, foram contabilizados quatro encontros. Na parte final do treinamento, utilizou-se de simulações de situações hipotéticas de entrevistas e discussão das reações mais adequadas por parte do inquiridor. Por derradeiro, e não menos importante ao desenvolvimento do estudo dissertativo, cada membro da equipe de pesquisa fora designado para aplicação do pré-teste em campo. Determinou-se dentro do universo a ser pesquisado Xn° de indivíduos pesquisados, correspondente em proporção a Yn° de formulários aplicados. Após a aplicação da pesquisa piloto, seguiram-se os ajustes finais para a confecção da versão definitiva do instrumento de coleta de dados.

2.3 – Plano amostral

Quando é promovido um levantamento extenso, como o que se realizou, uma questão básica é fazer a amostragem, ou seja, estudar algumas unidades ou censo, todas as unidades. Normalmente, o leigo acredita que se as perguntas são formuladas somente a algumas pessoas, o resultado pode fornecer uma visão incompleta da realidade.

Visando maximizar a precisão do objeto de pesquisa e minimizar o custo de tempo, escolheu-se a amostragem em detrimento do censo. O que não implicaria dizer que este tenha sido aliado dessa pesquisa. Trabalhou-se com o censo do IBGE/2000 como fonte de pesquisa, mas não como instrumento de coleta de dados.

Nos trabalhos por amostragem é mais fácil reduzir o erro não amostral em pesquisas como as de opinião. Por exemplo, como a pesquisa por amostragem demanda menor tempo que o censo, seria possível treinar melhor o pesquisador de

campo (entrevistador), poderia ser obtido entrevistas mais completas, com menos erros etc. O planejamento pode ser realizado de modo a minimizar o erro amostral, erro decorrente de se trabalhar com amostra e não com a população toda, frente ao orçamento disponível. O trabalho de coleta pode ser realizado com maior cuidado na amostragem que no censo, por decorrência do treinamento e da racionalização do tempo disponível.

A amostragem escolhida foi à probabilística, na qual se identifica a probabilidade de sortear o elemento amostral, permitindo a extrapolação dos resultados para toda a população. Como ela é composta a partir de uma escolha ao acaso, todos os elementos da população têm uma chance real e conhecida de serem selecionados. A segurança na escolha probabilística está na garantia de objetividade, sendo o acaso, e não as preferências ou os caprichos do pesquisador, o fator determinante na escolha das pessoas.

A área geográfica sobre qual incidiu a coleta dos dados para a amostragem foi à cidade do Rio Grande, município que contém, atualmente, segundo dados do IBGE/2007 uma população estimada em 194.351 habitantes e em 133.507 eleitores.

A unidade amostral, ou seja, o ambiente onde se encontra o elemento amostral, foi determinado levando em conta a tipologia de amostragem probabilística por conglomerados. Na amostra por conglomerados, cada conglomerado é visualizado como uma espécie de miniatura da população; portanto, será tanto melhor quanto maior a heterogeneidade da população. Conglomerados podem ser quarteirões, domicílio etc.

Dessa forma, optou-se por trabalhar com os setores censitários que compõem os conglomerados pesquisados pelo censo do IBGE/2000 da cidade do Rio Grande. Os setores censitários são demarcados pelo IBGE, obedecendo a critérios de operacionalização da coleta de dados, de tal maneira que abranjam uma área que possa ser percorrida por um único recenseador em um mês e que possua em torno de 250 a 350 domicílios (em áreas urbanas).

Os setores censitários selecionados para a amostra foram: 01; 02; 04; 05; 06; 14; 15; 16; 20; 26; 29; 30; 46; 47; 48; 50; 51; 52; 53; 81; 83; 84; 86; 124; 128; 129; 130; 132; 162; 163; 164; 175; 186; 237 e 238. O estudo dos setores censitário foi possível mediante solicitação de ofício à representação do IBGE na cidade do Rio Grande.

Na amostragem probabilística, o público alvo do qual foi extraído uma amostra (a população) são os cidadãos da cidade do Rio Grande, entendidos na pessoa dos eleitores locais com idade igual ou superior a 16 anos (elemento amostral). No âmbito da população riograndina foi delimitado um numerário de 400 respondentes (eleitores). Esse universo de pesquisados procede conforme a rigorosa orientação de tabela amostral constante em Gil (1990, p. 101), para uma população superior a 100 mil habitantes, como é o caso do Rio Grande. Tendo como percentual de erro em 5%, para mais ou para menos e um índice de confiança de 95,5% da amostra retirada daquele universo pesquisado.

2.4 – Execução

A pesquisa quantitativa foi realizada no período de agosto de 2008 a outubro do mesmo ano. A sondagem precedeu as eleições municipais para prefeito e vereadores de 2008.

Numa população de 194.351 habitantes e de 133.507 eleitores foram colhidas 400 amostras aleatoriamente, o que implica em dizer que se procedeu a um sorteio que contemplava todos os setores censitários do município riograndino, conforme divisão realizada pelo IBGE para o censo de 2000.

No universo de mais de 100 mil eleitores foram realizados 525 formulários, com 400 eleitores diferentes, abrangendo 35 setores censitários diferentes, numa média de 15 formulários por setor.

O número excedente de formulários captados junto ao eleitorado riograndino está dentro da previsão de “quebra”, ou seja, formulários incompletos, defeituosos ou que impossibilitavam a leitura dos dados.

Para melhor visualização do mapa territorial da amostra, estabeleceu-se conforme o setor censitário sorteado um bairro ao qual àquele está inserido. Em suma, na prática, selecionaram-se por sorteio algumas regiões censitárias, em seguida algumas sub-regiões e finalmente, alguns lares. Esse processo possibilitou ao pesquisador potencializar o preenchimento dos formulários, vide a escolha dos lares pesquisados.

Nessa pesquisa de cultura política desceu-se ao nível do indivíduo e obtiveram-se suas opiniões para que se tenha uma síntese, algo que reflita o

comportamento médio da amostra, de modo a que se possa dizer: os indivíduos, em sua maioria, pensam desta ou daquela maneira sobre este assunto.

A restrição da pesquisa a esses setores censitários visou a uma maior amplitude de cobertura da zona urbana do município de Rio Grande. Porém, riscos na segurança dos pesquisadores em campo ocasionaram uma protelação do tempo estimado na coleta dos dados. Na fase de tratamento estatístico, o grupo de pesquisa se desfez por razões múltiplas, sendo que a finalização do procedimento estatístico ficou a cargo do professor orientador e autor do trabalho, o que conseqüentemente gerou um maior tempo na tabulação e tratamento dos dados.

A seguir, apresenta-se o roteiro de definição, planejamento, execução e finalização do plano amostral da dissertação que se apresenta.

- Idéia;
- Definição de objetivos, motivações e expectativas; contexto, prazo para execução, recursos disponíveis;
- Temas definidos, população especificada;
- Nível de precisão especificado
- Elaboração do formulário;
- Plano amostral especificado, Amostra dimensionada;
- Estabelecimento de regras para a obtenção de amostra representativa;
- Sorteio da amostra;
- Plano amostral definido;
- Planejamento do trabalho de campo;
- Tarefas definidas, material preparado (formulários);
- Treinamento dos pesquisadores;
- Equipe de coleta treinada;
- Realização do pré-teste;
- Revisão do questionário, do plano amostral, da organização do trabalho de campo;
- Coletas de dados;
- Formulários preenchidos;
- Plano tabular;
- Fechamento de questões abertas (se houver) e codificação do questionário;
- Questionários codificados;
- Digitação de dados;

- Banco de dados preliminar;
- Crítica da digitação;
- Banco de dados corrigido;
- Amostra validada;
- Processamento de dados;
- Resultados estatísticos (tabelas, gráficos);
- Interpretação dos resultados para aproveitamento no trabalho dissertativo

Dentro do esquema de trabalho apresentado se faz necessário acrescentar alguns esclarecimentos. Algumas das etapas previstas puderam ser realizadas simultaneamente, o que dependeu do trabalho em equipe disponível e demais recursos. Outras fases também podem ser realizadas em conjunto.

Capítulo 3

Resultados: padrões atitudinais e longitudinais

3.1 – Aspectos sócio-demográficos da amostra

A população da cidade do Rio Grande segue, em termos de distribuição, o delineado pelo IBGE em suas pesquisas mais recentes. O Instituto colheu dados que apontam um leve predomínio do número de mulheres em relação ao de homens (96.109 a 90.379), situação que prevalece, em linhas gerais, no país e no Rio Grande do Sul. O município é amplamente urbano (179.155 pessoas), pois apenas 7.333 pessoas residem em áreas consideradas rurais (3,9%) (IBGE, 2001).

Ano	1996	1997	1998	1999	2000
População	178.256	180.271	182.318	184.388	186.488

Quadro 1 – População estimada e recenseada do município do Rio Grande (RS), no período 1996-2000

Fonte: FEE – Fundação de Economia e Estatística/RS.

A pesquisa dispensada para essa dissertação constatou o ligeiro predomínio do habitante do sexo feminino, em um percentual que alcança 52% da população do município. De outro lado, a população masculina perfaz uma taxa de 48%. Em cotejo com os índices da pesquisa do censo do IBGE verifica-se que coincidem os percentuais auferidos tanto pela pesquisa acadêmica, quanto pelo órgão estatístico.

A taxa de distribuição auferida pelo IBGE para a distribuição da população entre homens e mulheres redundou em 48% para os primeiros e 52% para essas últimas.

O intuito da pesquisa não é segmentar os dados obtidos, como por exemplo: em gênero, e sim tomar a amostra em sua totalidade. Contudo, a preocupação da percepção da cultura política por gênero é mote desde os tempos pioneiros de Almond e Verba. Em seus estudos, na primeira metade do século passado, esses cientistas políticos, concluíram por uma participação política feminina apática, conservadora e suscetível aos apelos personalistas, estéticos, emocionais da vida política e das campanhas eleitorais (ALMOND e VERBA, 1963, p. 388).

Pede-se ponderação à conclusão dos dados de Almond e Verba e a quaisquer outros que mostrem a condição alienada da mulher. Os estudos de gênero na área das Ciências Sociais são recorrentes em demonstrar que o desinteresse por política seja equivalente entre os gêneros sexuais. Como aponta Prá (2007, p. 118), há o perigo de que tomemos tais afirmações como estereótipos, alimentando a incompetência feminina para a atividade política, pois, “diante da vulnerabilidade que ainda marca a luta pela equidade social e pela igualdade entre os gêneros, tem de se admitir que hoje se continue vivenciando uma realidade adversa para homens e mulheres”.

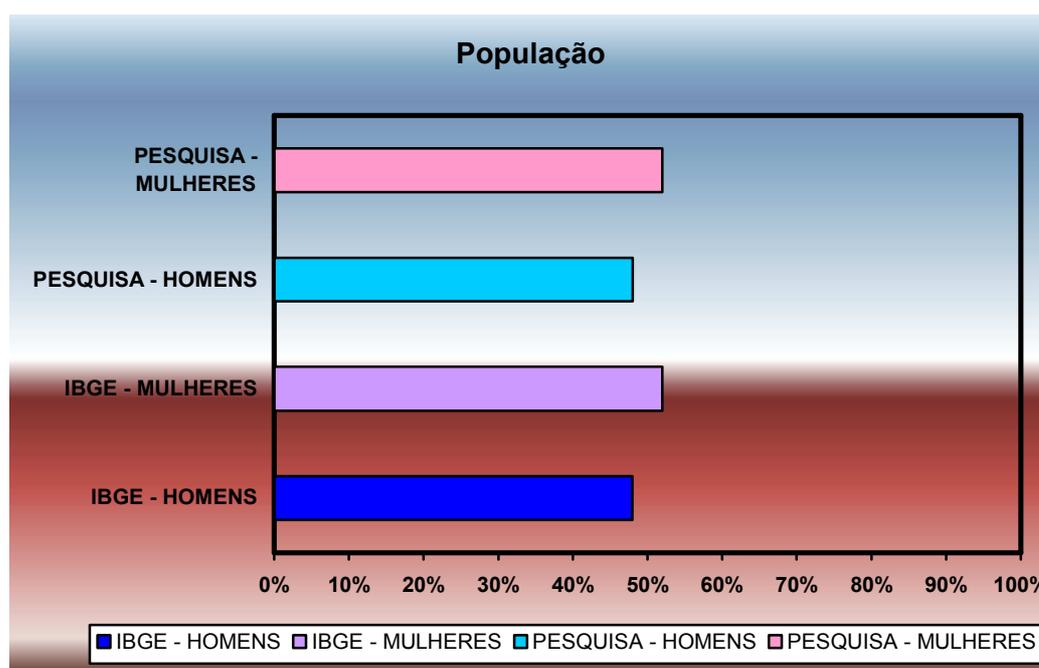


Figura 1 – Distribuição populacional em Rio Grande – homens e mulheres
Fonte: Pesquisa e IBGE (2001).

Contudo, um caso curioso vem se sucedendo nos últimos anos no município em exame. A implantação de diversos empreendimentos privados e estatais demandou mão-de-obra especializada que não se encontrava na cidade do Rio Grande e região. Inúmeros trabalhadores fizeram uma migração sazonal, deslocando-se, principalmente da região sudeste, para trabalhar a implantação do pólo naval. Por ser sazonal, ou seja, envolver contratos temporários para determinada empreitada, tanto o recenseadores do IBGE, quanto a equipe de pesquisa não detectaram alterações no panorama distributivo do sexo masculino e do feminino.

Novos empreendimentos multimilionários aportam na cidade, esforços do governo municipal, estadual e federal somam-se na tentativa de qualificar os trabalhadores da zona sul do Rio Grande do Sul, mas há ainda um déficit muito grande de especialistas. Nesse âmbito, Rio Grande ainda continuará a receber milhares de migrantes, há projetos em andamento de construção de grandes bairros operários na zona retro portuária e adjacências.¹ Assim, as circunstâncias levam a crer que tanto o número de habitantes, quanto o perfil distributivo homem-mulher pode estar na iminência de ser alterado.

¹ - Zona de extensão das atividades portuárias localizadas não distantes dos terminais portuários. Geralmente destinadas à implantação de terminais de carga e descarga, assim como de empreendimentos periféricos que contribuem na sustentação da matriz produtiva da região.

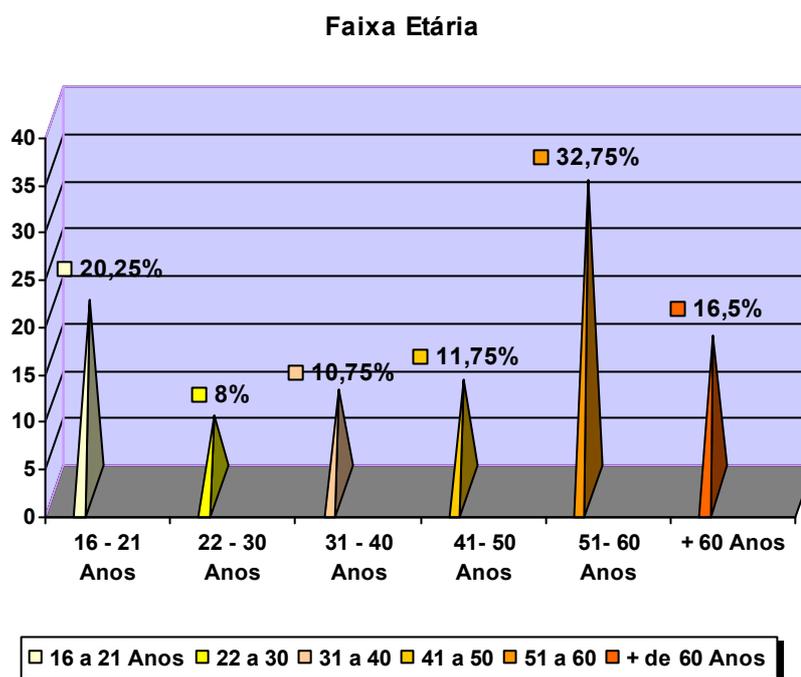


Figura 2 – Distribuição da população pesquisada por faixa etária

Fonte: Pesquisa

Quanto à faixa etária da população pesquisada, os dados coletados pela amostra apontam um pesquisado de idade adulta, podendo ser caracterizado como um indivíduo que já alcançou a maturidade etária, com mais de 40 e menos de 60 anos.

Ao se analisar o gráfico acima, em percentuais isolados pode-se constatar uma presença de jovens entre 16 e 21 anos e, em outra extremidade etária, uma população mais idosa.

Questionar-se-ia se o fator horário de coleta de dados possa ter influenciado na caracterização da população resultante. Haja vista que, a maior parte dos dados coletados foi apurado em horário vespertino, ou seja, entre as 14 e as 17 horas. Dessa forma, não favoreceria a coleta de informações de uma gama indivíduos que se encontrava em horário de labuta. Contudo, o caráter randômico das cotas amostrais é caracterizado pela aleatoriedade, assim outros horários de pesquisa também se sujeitariam às vicissitudes da vida moderna.

O estudo com fulcro na etariedade é corrente nas Ciências Sociais, especificamente na temática cultura política, os estudos comparativos entre uma e

outra faixas revelam as particularidades das clivagens etárias. Kruschke (2005), Baquero (2007) e Inglehart (1997) usam da segmentação etária como metodologia.

Sabe-se que mesmo jovens, adultos e idosos, incorporando ao longo de suas vidas os valores de uma ideologia dominante, mudam-se os seus contextos sociais, os padrões de socialização. Inglehart (Idem), por exemplo, constatou a adesão dos jovens por valores pós-materialistas, enquanto a população adulta era marcada por valores materialistas.

No caso da presente dissertação, almeja-se o exame da cota etária como um todo. Entretanto, conforme o exposto, estudos vêm demonstrando que o elemento etário, mais do que um componente aditivo ao perfil sócio-demográfico de uma pesquisa, é meio qualificativo dos estudos de cultura política.

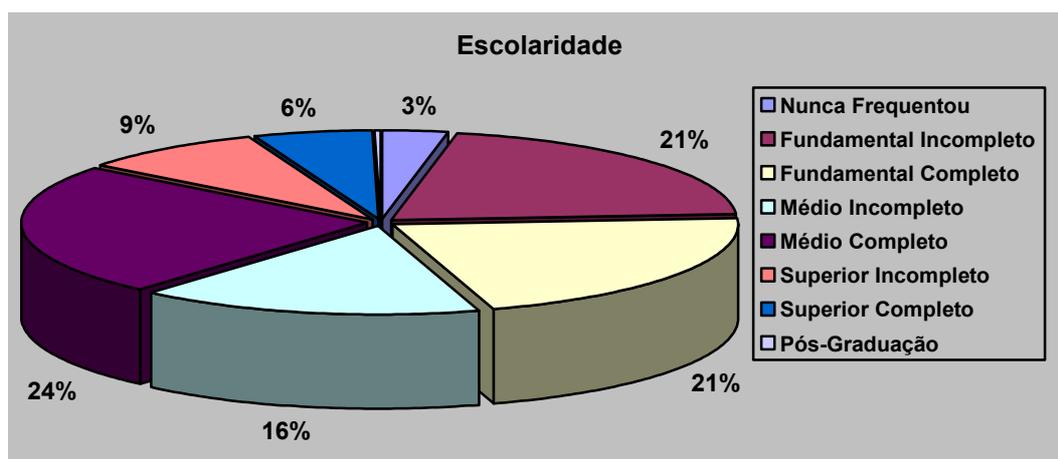


Figura 3 – Distribuição da população pesquisada quanto à escolaridade
Fonte: Pesquisa

O nível de escolarização da amostra auferida expõe um equilíbrio. Somando-se os indivíduos que nunca freqüentaram os bancos escolares, incluindo-se os analfabetos, os cidadãos que cursaram ou cursam o ensino fundamental (completo e incompleto), atinge-se um patamar de 45% do total da amostra.

Em um setor intermediário da amostra evidencia-se a presença dos sujeitos que possuem o ensino médio incompleto (ou em desenvolvimento) e o ensino médio completo, obtendo estes um alcance de 40%.

O grau mais avançado de escolarização, de acordo com a pesquisada realizada, descreve 15% da população investigada.

É inegável a importância da escolarização no processo de formação social do indivíduo, ainda que se considere a escola como “aparelho ideológico” a serviço de um “bloco histórico”, a educação formal seria componente indispensável na avaliação da formação das percepções, atitudes e comportamentos dos indivíduos.

A Psicologia Social, mesmo creditando autonomia ao sujeito social, descreve a influência normativa do processo de socialização escolar. A escola, de forma ativa ou omissa, acaba por direcionar o comportamento do futuro cidadão, inclusive nos assuntos referente à política.

Conforme Baquero (2007), a análise dos padrões de comportamento social e político dos indivíduos não podem se dar, no entanto, de forma desvinculada de uma compreensão das múltiplas relações do sujeito com o mundo. E dentro destas associações, o papel da escolarização é elemento indissociável na formação das crenças e atitudes dos indivíduos. Almond e Verba (1963) constatam que o acesso a níveis e padrões mais elevados de escolaridade influencia a forma como os cidadãos percebem o sistema político. Dessa forma, a avaliação da escolarização e condição *sine qua non* para o desenvolvimento de muitas teorias da cultura política.

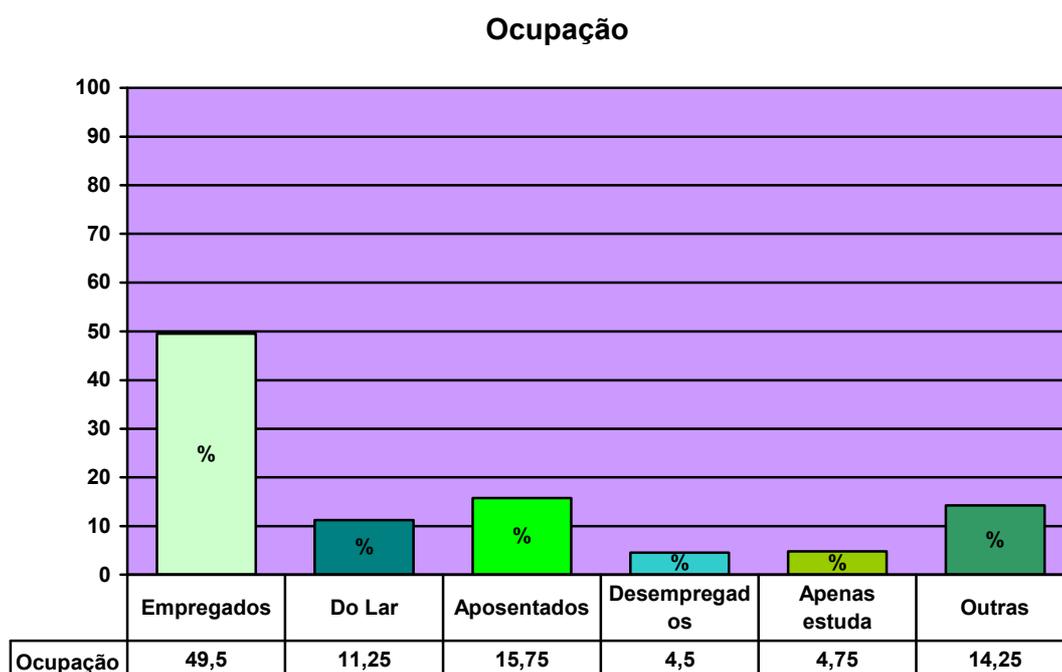


Figura 4 – Distribuição ocupacional da população pesquisada

Fonte: Pesquisa

De acordo com a amostra recolhida na pesquisa que originou essa dissertação, no que se reporta à ocupação do cidadão riograndino, apresentou-se o seguinte quadro: quase metade da população pesquisada tem emprego formal, o que representa um índice de 49,5%. Emprego formal é aquele registrado em Carteira Nacional de Trabalho (celetista), sob os cuidados da justiça trabalhista ou vinculado a um estatuto (estatutário), orientados pela justiça comum. Tanto celetistas, quanto estatutários têm as regras de trabalho definidas em atos documentados, que repercutem na órbita trabalhista e previdenciária.

O segmento dos aposentados figura como o segundo maior índice, ou seja, 15,75% dos pesquisados se declararam aposentados. Há algumas considerações a se fazer a partir desse percentual.

O trabalhador da cidade em foco, em sua maioria, lida no cotidiano com a insalubridade e a periculosidade em suas funções, pois tanto o setor primário, como o terciário sujeitam o trabalhador a aqueles riscos.

O setor pesqueiro, apesar de encolher a partir da década de 1980, ainda continua a empregar grande quantidade de mão-de-obra, grande número dessa

exposta a quase nenhum tipo de prevenção de acidente de trabalho. Hoje, pescadores fazem jus a seguro-desemprego, seguros e aposentadoria.

O setor terciário é caracterizado pela indústria química, especificamente na manufatura de fertilizantes. Mesmo com a implantação de normas mais severas de prevenção a acidentes de trabalho, o ambiente a que o trabalhador é exposto compromete a vida útil de atividade.

Por fim, o aumento da expectativa de vida, fato crescente em todo país, e mais acentuadamente no Rio Grande do Sul, contribui sobremaneira no aumento do número de aposentados.

Na classificação “outras” foram incluídas toda uma gama de pessoas economicamente ativas, mas que, quer pela sua condição informal, quer pela sua condição jurídica, não se classificou como trabalho. O que não implica em menor valia da atividade desenvolvida pelas pessoas inseridas nesse rol. Esse setor congrega 14,25% da amostra coletada e atinge o terceiro maior percentual na questão ocupação.

Nesse âmbito temos desde micro e pequenos empresários, autônomos, a todo um grupo de trabalhadores informais como: catadores, diaristas e ambulantes, por exemplo.

Outro percentual representativo é o da categoria “do Lar” ou comumente conhecido por donas-de-casa. Sob essa nomenclatura, inserem-se exclusivamente mulheres, que fazem dos afazeres domésticos sua única ocupação no momento da realização da pesquisa. Sob essa denominação classificou-se 11,25% das pessoas pesquisadas.

Percebe-se, dessa forma, o relevante percentual de mulheres retiradas do mercado de trabalho. Segundo Prá (2007), apesar de ter aumentado a presença de mulheres no mercado de trabalho e na condição de “chefes de família”, diminuindo-se as diferenças salariais entre gêneros, ainda se mantém a tendência das mulheres receberem menor remuneração do que os homens. Ainda a segregação ocupacional e o caráter discriminatório do mercado de trabalho permanecem como obstáculos a serem superados.

Outro índice a ser observado é o do contingente de indivíduos que somente estudam, cerca de 4,75% dos pesquisados descreveram-se como tal. Nesse item podem-se observar algumas particularidades afetas a esse segmento populacional.

Rio Grande conta com grande número de universitários, locais ou advindos de outras cidades e estados. Soma-se a isso, o grande número de cursos qualificatórios oferecidos pelos governos federal, estadual e municipal. Atualmente milhares de vagas em cursos são oferecidas aos jovens dentro dos programas Prominp² e Planseq³ naval em Rio Grande.

No extremo do gráfico tem-se o segmento dos desempregados, que conformam um total de 4,5% da cota amostral ocupação auferida. A taxa de desemprego na cidade do Rio Grande revela-se baixa, comparando a média nacional de 7,9% em 2008, conforme indicam as pesquisas do IBGE (2008).

O grande complexo industrial absorve toda demanda de mão-de-obra, contudo, a falta de qualificação profissional faz com que empresas recém instaladas tragam trabalhadores das mais diversas partes do Brasil.

² - Segundo o sítio do Prominp na internet, este define-se como “Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural”, instituído pelo Governo Federal através do Decreto nº 4.925, de 19 dez. de 2003, com o objetivo de maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior. O Programa conta com a coordenação geral do Ministério de Minas e Energia e com a coordenação executiva da Petrobras, empresa do governo federal. Disponível em: <http://www.prominp.com.br/paginadinamica.asp?grupo=245>. Acesso em: 12 ago. 2008.

³ - O Planseq naval é um dos muitos Planos Setoriais de Qualificação e Inserção Profissional, integrante do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A estratégia é um esforço conjunto das três esferas governamentais, as ações de qualificação social e profissional são implementadas de forma descentralizada, por meio de Planos Territoriais de Qualificação (em parceria com estados, municípios e entidades sem fins lucrativos), de Projetos Especiais de Qualificação (em parceria com entidades do movimento social e organizações não-governamentais) e de Planos Setoriais de Qualificação (em parceria com sindicatos, empresas, movimentos sociais, governos municipais e estaduais). O objetivo dos Planos Territoriais é atender demandas por qualificação identificadas com base na territorialidade. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnq/conheca.asp>. Acesso em: 12 ago. 2008.

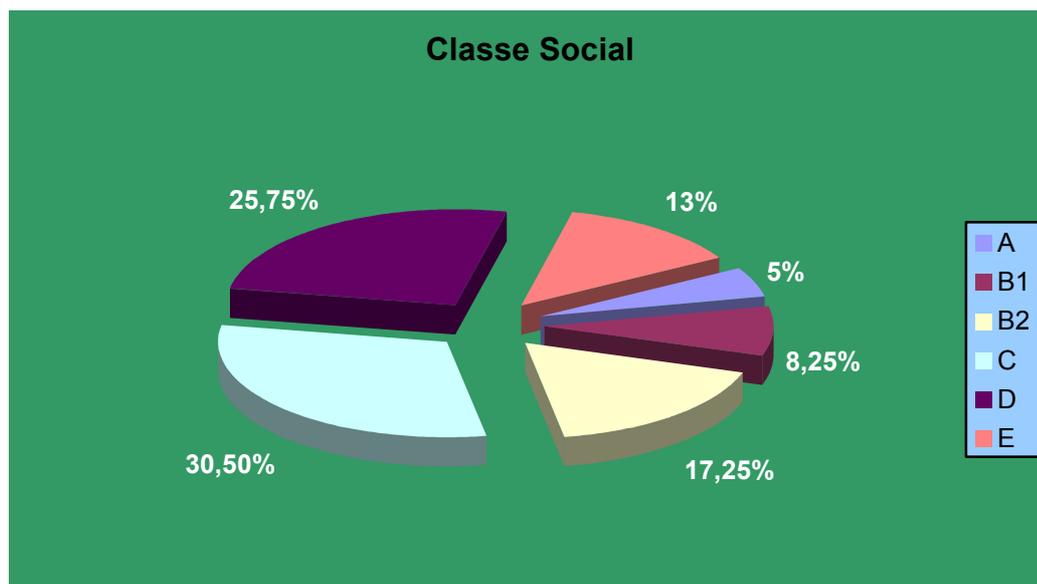


Figura 5 – Classe social da população pesquisada, segundo corte de critério Brasil
Fonte: Pesquisa

De acordo com o levantamento feito, os dados coletados expuseram a contemplação de todas as camadas do estrato social riograndino. A particularidade da classificação do levantamento de classe social deve-se pela opção metodológica de se obter a classificação societal pelo método do CCEB – geralmente tratado por Critério Brasil⁴ – estima o poder de compra dos indivíduos e das famílias urbanas com base no LSE (Levantamento Socioeconômico) do IBOPE, classificando-os por classes econômicas.⁵

Os cidadãos integrantes da classe denominada “A” correspondem a uma porcentagem de 5% da população consultada, as pessoas que integram essa camada são denominadas de classe alta.

As classes B1 e B2, denominadas por algumas metodologias como classes média alta e média média, alcançam uma taxa respectivamente de 8,25% e 17,25% dos dados coletados no quesito classe social.

⁴ - A partir de uma amostra probabilística, o estudo levanta às características físicas de cada domicílio pesquisado, os dados demográficos de todos os moradores, a posse de diversos bens, a utilização de serviços e a renda familiar, permitindo a definição da classe econômica segundo o sistema de pontos do Critério Brasil. Por não ser fornecido pelos censos oficiais, o perfil de classe econômica de cada uma das regiões pesquisadas é a informação que se destaca no LSE, mas as suas centenas de tabelas e infinitas possibilidades de cruzamentos geram outros dados também relevantes, e revelam um panorama inédito das populações pesquisadas.

⁵ - O Critério Brasil é uma produção da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas. Disponível em: <http://www.abep.org/>. Acesso em: 05 abr. 2007.

Conforme dados do IDESE (2005)⁶, a cidade do Rio Grande vem acentuando seus índices de crescimento, no fator classe o município apresenta taxas que, apesar de ainda não ser o desejado pelas políticas públicas desenvolvimentistas, mostram sinais de crescimento das classes intermediárias.

A porção de cidadãos classificado dentro do espectro da classe C constitui o maior numerário colhido pelos dados da pesquisa em exposição. Nessa classe está abrangida uma taxa de 30,5% da amostra coletada.

No quinhão do extremo baixo da pesquisa aportam a classe D e E, classificadas em algumas pesquisas como classe “pobre” e “muito pobre”. Os índices registrados desses dois segmentos sociais repercutem uma ordem de 25,75% e 13,5% consecutivamente.

Consoante dados do “Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul”, elaborado pela Secretaria de Planejamento e Gestão do estado gaúcho, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁷ da cidade do Rio Grande em 2000 pode ser classificado como um taxa de médio desenvolvimento humano, perfazendo um índice entre 0,781 e 0,799, o que está na média brasileira – que é de 0,766 –, mas aquém da média gaúcha (0,814).

Contudo, se for utilizado os índices do IDESE (2005), o município riograndino passa a ser classificado como médio alto desenvolvimento, com uma taxa entre 0,700 e 0,799. E, assim, fica entre a média gaúcha de desenvolvimento socioeconômico municipal, que é de 0,761.

Na próxima seção, examinar-se-ão as variáveis atitudinais, o que possibilita conhecer e analisar valores, crenças e atitudes do cidadão riograndino inseridos no sistema político local.

⁶ - O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), é um índice sintético que tem por objetivo medir o grau de desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul. O IDESE é o resultado da agregação de quatro blocos de indicadores: *Domicílio e Saneamento, Educação, Saúde e Renda*. Para cada uma das variáveis componentes dos blocos é calculado um Índice, entre 0 (nenhum desenvolvimento) e 1 (desenvolvimento total), que indica a posição relativa para os municípios. São fixados, a partir disto, valores de referência máximo (1) e mínimo (0) de cada variável.

⁷ - A metodologia de cálculo do IDH-M envolve a transformação de três dimensões (Educação, Longevidade e Renda) em índices que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Os municípios com IDH-M até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os municípios com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; municípios com IDH-M maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

3.2 – Interesse pela política

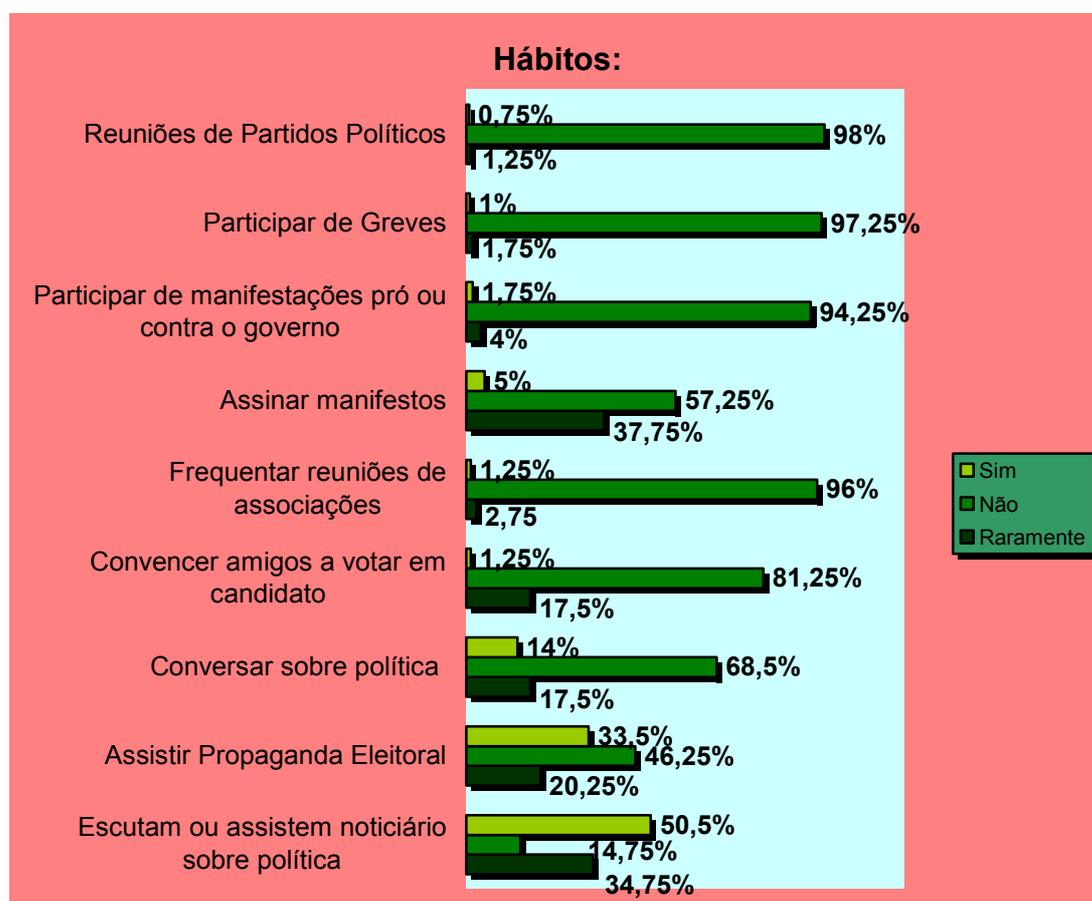


Figura 6 – Hábitos que revelam interesse por política da população pesquisada
 Fonte: Pesquisa

Os dados colhidos pela pesquisa em tela expõem um quadro de desinteresse pela política, uma apatia, denominados por alguns estudiosos um “apolitismo”.

As alternativas “não” e “raramente” dominam a amostra. O interesse ativo pela arena político-eleitoral abrange somente 0,75% dos questionados, 1,25% expuseram raramente participar de reuniões partidárias, e a maioria esmagadora, ou seja, 98% disseram não freqüentar reuniões de partidos políticos.

Apesar de a cidade do Rio Grande abrigar um amplo complexo industrial, com altas taxas de crescimento do setor de prestações de serviço e contar com um universo de funcionários públicos considerável nas três esferas governamentais, os inquiridos sobre a participação em greves responderam “sim” em 1% da pesquisa.

Outros 1,75% participam raramente de movimentos grevistas. Por outro extremo, o comportamento omissivo corresponde a 97,5% da totalidade do item pesquisado.

A satisfação ou insatisfação com a política governamental não se mostrou traço característico da população pesquisada. Apenas 1,75% dos pesquisados responderam positivamente participar de manifestações pró ou contra as três esferas de governo. Em comparação com dados de apatia anteriores, o item “raramente” constante das atitudes grevistas aparece com 4% do total. Já o comportamento de inércia frente aos sentimentos de apoio ou repulsa ao governo alcançam 94,25% da amostra.

Inúmeras ondas de protestos são exacerbadas na mídia, alguns elementos da sociedade civil movem-se no sentido de estancar a continuidades de práticas delitivas do tecido social. Na pesquisa em pauta pode-se ver presente o descompasso entre atitude e comportamento. Autores como Baquero vêm alertando sobre o diferencial entre “falar” e “fazer”, nesse âmbito somente 5% dos pesquisados relataram assinar manifestos. O setor intermediário atinge 37,5%, um crescimento considerável desses adeptos em relação a outros itens já analisados, aumento que influi na diminuição da taxa dos mais apáticos que cobrem agora 57,5% da pesquisa.

A maior apatia recobra suas forças no item “participação em associações”, pois somente 1,25% dos pesquisados freqüentam algum tipo de reunião associativa, outros 96,5% cultivam raramente esse hábito. A superioridade negativa é inerte a participação em reuniões de associações.

A persuasão pessoal para as suas convicções políticas é prática que atinge 1,75% dos respondentes do questionário. E se se somarem os adeptos ocasionais, ou seja, 17,5%, temos um total de 19,25% em comportamentos proselitistas político. Todavia, 81,25% dos inquiridos responderam não ter a persuasão política como prática.

Tecer comentários sobre política é um dos itens que começam a indicar um menor desinteresse, guardada as proporções relacionadas aos outros tópicos até aqui expostos. Pois 14% dos entrevistados afirmam conversar sobre política, outros 17,5% fazem do comportamento do colóquio político uma situação esporádica. Seguindo a linha de inércia, 68,5% dos cidadãos inquiridos se abstêm do diálogo político.

Apesar dos poderes visuais apelativos da televisão, o hábito de se assistir à propaganda eleitoral soma um continente de 33,5% do total dos entrevistados. Os respondentes incidentes no comportamento ocasional perfazem 20,25% do total da amostra. Se considerar-se a conduta habitual e a conduta esporádica temos um universo de 53,75%, sendo a primeira vez dentro do tópico “Hábitos” que algum tipo de comportamento ativo supera a regular conduta de manter-se inerte à política, visto que 46,25% dos cidadãos pesquisados não assistem à propaganda eleitoral.

Fora do ambiente do chamado marketing político, exposto nas propagandas eleitorais, o cidadão riograndino revela-se pela primeira vez adepto de um comportamento interessado no âmbito das notícias políticas. Conforme dados da amostra, 50,5% dos questionados lêem ou assistem noticiário sobre política no nível ocasional, 34,75% dos respondentes têm comportamento esporádico em relação às informações políticas. E a minoria, 14,75%, revela conduta abstêmia do hábito de ler ou assistir noticiosos políticos.

Os costumes do riograndino em relação à política não fogem dos padrões detectados pelos mais diversos institutos de pesquisas brasileiros ou latino-americanos. Dados pesquisados pelo Centro Educacional La Salle de Ensino Superior nos anos de 1996 e 1997 realizados na grande Porto Alegre, revelaram índices de mais de 50% de desinteresse por política. (CASTRO, 1998)

Moisés (1995), assim como Baquero (1998), apontam a estabilidade institucional convivendo com uma instabilidade societária, que se materializa num crescente questionamento da autoridade pública, numa apatia de qualquer tipo de envolvimento na arena política e na institucionalização do individualismo. Os autores sugerem que a permanência das desigualdades sociais, no caráter incompleto do processo de modernização e nos resultados claramente insuficientes das lideranças políticas que comandaram e comandam a democratização no país. Em outros termos, as condições materiais da sociedade como: moradia, saúde, educação, e renda, aliadas ao panorama de corrupção generalizada nos segmentos público e privado, acarretam um sentimento institucionalizado de insegurança da população.

Como conseqüência, as pesquisas de opinião revelam uma crescente indiferença das pessoas sobre o que ocorre na arena política, criando um ambiente de falta de confiança interpessoal e institucional.

Ambiente de Comunicação

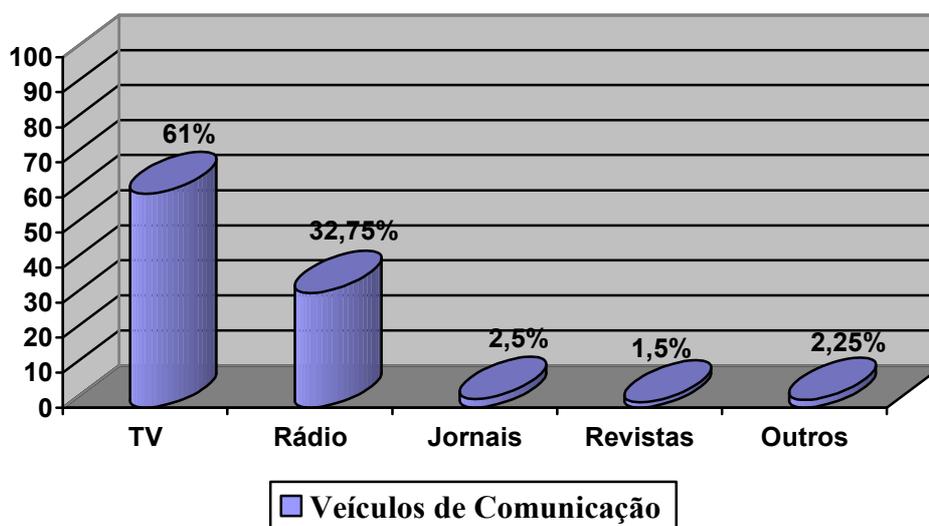


Figura 7 – Ambiente de comunicação da população pesquisada

Fonte: Pesquisa

Os veículos de comunicação têm sua parcela de responsabilidade não somente na informação, como na formação ampla do cidadão. Constituindo um sustentáculo importante da sociedade que não pode privar-se da responsabilidade social perante a veiculação dos variados tipos de informações. Muitas pessoas, ao ler e ouvir os textos veiculados, passam a internalizar a ideologia “circulante do momento”.

A inata sociabilidade da natureza humana, com efeito, leva o homem não só ter que conviver com os demais, levando-o a compartilhar valores, interesses, crenças e também informações. De onde se ressalta a intensa relevância da comunicação o que permite aos homens participarem de troca de idéias e sentimentos, miscigenando estados subjetivos e, sobretudo, devolvendo uma educação linear e niveladora.

É próprio da natureza humana a necessidade de obter informação, de estar atento de maneira mais ampla possível ao seu ambiente, aos seus pares, de modo que possa organizar sua vida, seu comportamento individual coletivo, o que fatalmente impregna o inconsciente coletivo e a formação da opinião das massas e também do poder constituído.

Conforme os dados da pesquisa expõem, a maioria dos pesquisados assinalou a televisão como a maior responsável pelas informações políticas, 61% dos respondentes aderiram a essa alternativa. Conforme dados do IBGE (2000), o aparelho de televisão está presente em mais de 93% dos lares brasileiros, o que vem corroborar a taxa elevada de pessoas que fazem da televisão o principal canal de acesso ao noticioso político.

Contudo, o meio radiofônico ainda se faz muito presente, revelando a sondagem que 32,75% dos indivíduos inquiridos têm o rádio com fonte principal das notícias políticas.

A mídia impressa sustenta cotas baixas de participação na informação política na vida do cidadão pesquisado. Jornais e revistas, respectivamente, são os veículos de informação política de 2,5% e 1,5% dos indivíduos em exame. Já outros meios de comunicação, incluindo-se o acesso à internet, comportam o uso de 2,5% dos cidadãos examinados na cidade do Rio Grande.

Entretanto, a literatura especializada vem constatando que, tanto em países capitalistas avançados quanto em subdesenvolvidos, registram-se um alto grau de desinformação sobre assuntos políticos entre os públicos de massa. Assim, pesquisas realizadas no exterior e no Brasil identificam uma similitude de comportamentos: há baixos níveis de informação e conhecimento sobre questões políticas, tais como projetos relevantes dos governos, temas e acontecimentos que marcam o debate político, nomes e funções de personalidades políticas (Silveira, 1998, p. 81).

Baquero (1994, p. 54), em seus estudos de aplicação da tipologia de Converse sobre os cinco tipos de estratos de eleitores em *surveys* realizados em Porto Alegre, constatou que os setores com informação reduzida e baixo conteúdo ideológico constituem cerca de 60% do total do eleitorado.

Nesse meandro, algumas teorias, como a Teoria da Escolha Racional, apontam a televisão como um tipo de atalho na formação de opinião. A televisão, cuja exposição exige menos “trabalho” do que outros meios, como a imprensa escrita, reduzem consideravelmente os custos envolvidos na obtenção de informações (CONVERSE, 1975, p. 96).

Com alto ou baixo nível de informações o que se tem é um cidadão como construtor de significados, onde se entende o papel dos meios de comunicação não

só em termos da transmissão de informação, mas fundamentalmente como fontes de significados e interpretações da realidade (PORTO, 1998).

3.3 – Serviços públicos

Apesar da linha teórica seguida nessa dissertação desviar-se em alguns sentidos do arcabouço teórico de Almond e Verba (1963), o conceito original de cultura política é o referencial base dos estudos da temática da Cultura Política.

Como exposto na parte preliminar desse trabalho, o termo refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública. (ALMOND e VERBA, 1963, p. 13). Remetendo os autores a uma avaliação subjetiva em relação a um determinado sistema político. Essas avaliações subjetivas seriam divididas em três grupos de orientações: uma cognitiva, uma afetiva e outra avaliativa.

O sistema político, definição assumidamente funcionalista, como deixam visível Almond e Verba (Idem, p.15), ao seguir os passos classificatórios de Parson e Shils⁸, é também caracterizado pelos fluxos de *inputs e outputs*.⁹ A percepção do sistema político riograndino pelo cidadão pode ser relatada pelo conhecimento, afetividade e juízo sobre o produto da conversão das demandas, ou seja, os serviços públicos.

Baquero (1985), em sua obra sobre o sistema de crenças e o comportamento do eleitor em Porto Alegre em 1982 constatou que, a maioria dos eleitores consegue estabelecer pouquíssimas avaliações minimamente coerentes sobre fenômenos diversos da vida política. Em análise das eleições de 1996, o autor afirma que o crescimento do PT naquelas eleições, não implicaria em redefinições ideológicas ou partidárias dos eleitores, o fato estava na avaliação em relação às ações administrativas pelos eleitores, num comportamento orientado por critérios de eficiência na administração pública.

⁸ - A obra funcionalista citada por Almond e Verba é "*Toward a General Theory of Action*", (1959).

⁹ - David Easton, cientista político norte-americano, foi o primeiro a analisar a política em explícitos e definidos termos de sistema. Identificando os inputs (demandas e suportes) e os outputs (respostas a essas demandas). Cf. ALMOND e POWELL JR., 1972, p. 24.

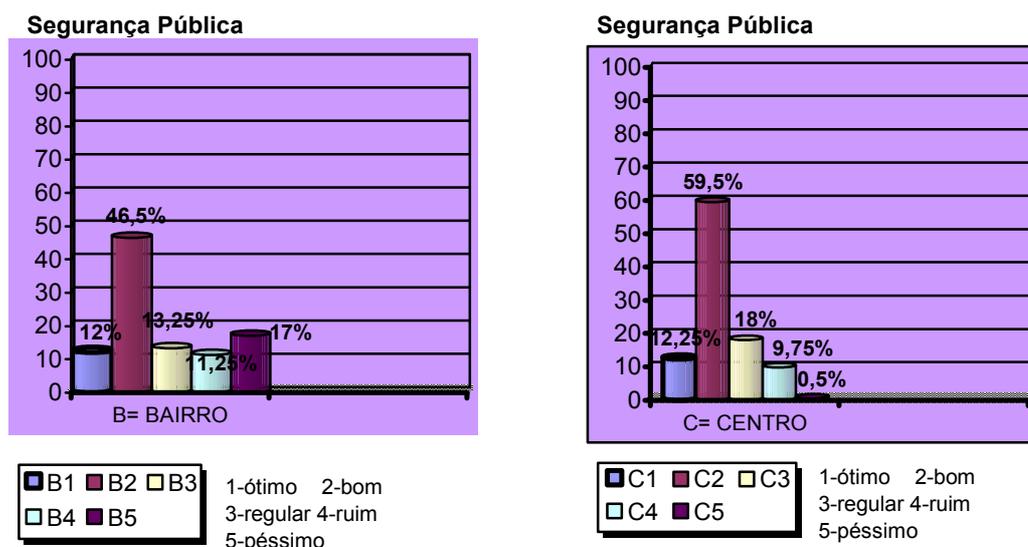


Figura 8 – Serviço Público: Segurança Pública no bairro e na cidade, na avaliação da população pesquisada

Fonte: Pesquisa

Com o crescimento populacional e econômico do município do Rio Grande, os índices de criminalidade vêm se alterando. Audiências públicas realizadas na Câmara de Vereadores local debateram algumas alternativas para frear as taxas de delitos. Segundo dados da Secretária de Segurança Pública do Rio Grande do Sul¹⁰, o número de furtos soma mais de cinco mil ocorrências registradas nas delegacias, um número de registros alarmantes, considerando o tamanho da população da cidade. Uma das alternativas apontadas pelos participantes das audiências públicas foi à criação do Gabinete de Segurança, que captaria recursos do governo federal através da instalação de uma central de inteligência, gerenciada pelo próprio Município.

No entanto, a realidade das estatísticas da SSP/RS e da própria realidade cotidiana destoam dos dados auferidos na pesquisa que pauta essa dissertação. Inquiridos sobre a segurança pública, os questionados responderam no geral com índices de desempenho “Bom” tanto na cidade, quanto nos bairros. A investigação apontou um índice de 46,5% no bairro e 59,5% na cidade de “Bom” desempenho na segurança pública municipal. E se somarmos o desempenho das taxas de “Ótimo”

¹⁰ - Disponível em: http://www.ssp.rs.gov.br/portal/principal.php?action=estatistica&cod_catestat=22. Acesso em: 02 mar. 2009.

no bairro e na cidade que ficaram respectivamente em 12% e 12,25%, temos um índice superior a 58% de adequação favorável a segurança pública em Rio Grande.

Quando averiguados os índices “Regular”, “Ruim” e “Péssimo”, a diferença que nos itens positivos eram pequenas entre bairro e cidade, agora se fazem mais salientes. O item “Regular” alcança um patamar de 13,25% no bairro e 18% na cidade, computando-se uma diferença de quase 5 pontos percentuais. No critério “Ruim” a disparidade é de quase 3 pontos percentuais, sendo 11,25% anotado para o bairro e 9,75% para a cidade. No critério “Ruim” a diferença se faz mais gritante, apontando uma taxa de 17% de depreciação da segurança pública no bairro e apenas 0,5% na cidade.

As diferenças encontradas entre “Bairro” e “Cidade” podem ser explicadas, conforme as palavras de alguns parlamentares municipais, pelo escasso contingente de policiais militares e civis na cidade do Rio Grande, somando-se ao sucateamento de viaturas do setor policial.

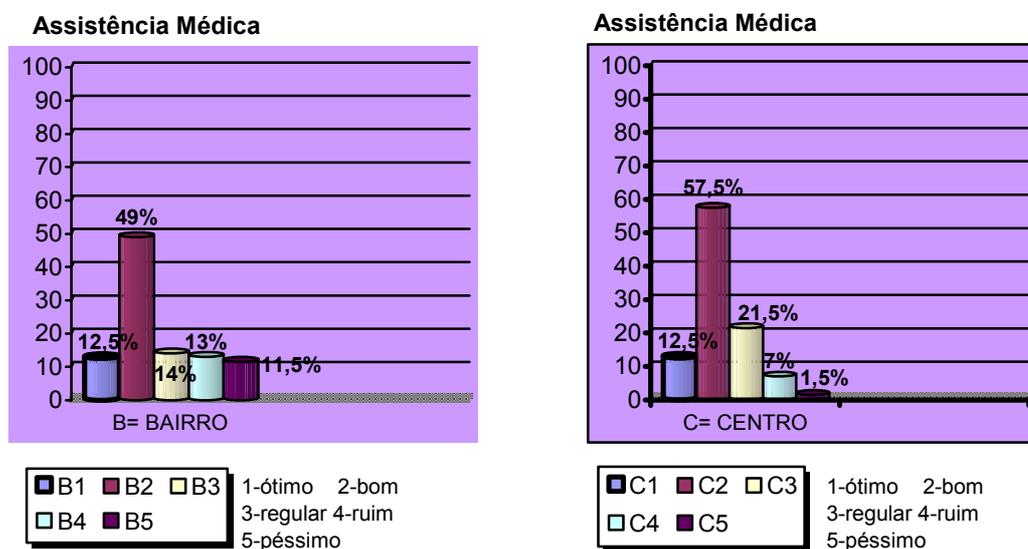


Figura 9 – Serviço Público: Assistência Médica no bairro e na cidade, na avaliação da população pesquisada

Fonte: Pesquisa

Os serviços de assistência médica oferecidos no município do Rio Grande, passados tempos de calamidade pública nos anos 1990, conforme veiculou a imprensa local, vem crescendo gradativamente com maciços investimentos do

governo federal. Atualmente, a cidade conta com grandes complexos hospitalares, há o complexo da A. C. Santa Casa e do Hospital Universitário/FURG, sendo ambos de referência nacional no tratamento de doenças cardiológicas, oncológicas, pediátricas e no tratamento de DSTs/AIDS.

Entretanto, quando o investimento depende do governo municipal, o segmento da saúde encontra-se funcionando sem grandes empregos monetários. Em recente matéria publicada no jornal de local “Agora”¹¹ foi exposta a situação precária, ou seja, abaixo do nível constitucional exigido de investimento de 15% em saúde calculado pela receita auferida pelo município.

Todavia, a população parece não se ressentir dos acontecimentos. O índice “Ótimo” alcança igual média tanto no bairro, quanto na cidade, atingindo um percentual de 12,5%. Em menor juízo avaliativo, mas em maior gradação, o índice “Bom” atinge em ambos os setores bairro e centro a maior média avaliativa verificada em Assistência Médica na cidade do Rio Grande. Os cidadãos avaliaram em “Bom” com 49% no bairro e 57,5% na cidade. No setor intermediário, ou seja, na alternativa “Regular” a Assistência Médica municipal na perspectiva do munícipe atinge 14% no bairro e 21,5 na cidade.

Os critérios mais desairosos apresentam os maiores contrastes entre bairro e cidade. Na qualificação do serviço público de assistência médica como “Ruim” a taxa atinge 13% no bairro e 7% na cidade. Adicionando-se ao critério desabonador “Péssimo”, de acordo com as taxas averiguadas pela pesquisa, em 11,5% no bairro e 1,5% na cidade, tem-se um juízo desqualificatório da assistência médica municipal relevante.

Uma das explicações plausíveis à desabonadora avaliação do segmento bairro na pesquisa pode referir-se à falta de investimentos municipais na saúde. Como foi salientado anteriormente, o numerário de investimentos estão sendo feitos abaixo do índice estipulado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

¹¹ - Disponível em: <http://www.jornalagora.com.br/site/index.php?caderno=19¬icia=68530>. Acesso em: 12 jul. 2009.

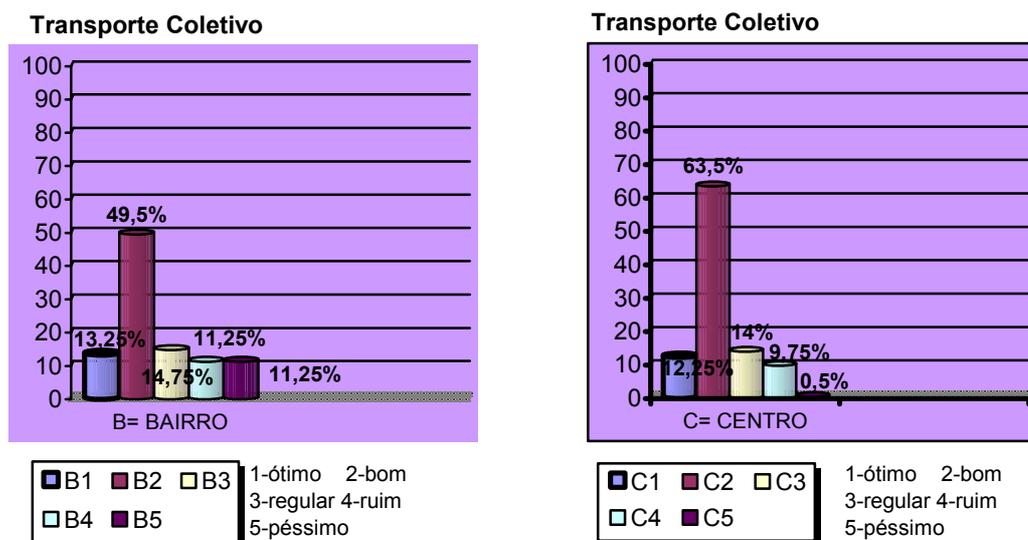


Figura 10 – Serviço Público: Transporte Coletivo no bairro e na cidade, na avaliação da população pesquisada

Fonte: Pesquisa

O transporte público em Rio Grande é feito através de concessão das chamadas “linhas”, conforme manda o art. 30 da CF/88. Assim, o transporte urbano que transita pelas ruas todos os dias é um Serviço Público delegado do Município ao particular, sendo que este possui a obrigação de prestá-lo de forma eficiente e adequada, cabendo ao Poder Público o dever de fiscalização e de intervenção para que este serviço seja prestado com qualidade.

Entretanto, de acordo com o noticiado na mídia local, o que se verifica é uma Administração Pública displicente ao fiscalizar os concessionários e, ao mesmo tempo, acessível às súplicas das empresas no que diz respeito ao ajuste das tarifas. Muitas audiências públicas vêm se sucedendo na tentativa de explicações sobre a situação monopolista do Transporte público municipal.

Rio Grande conta com o chamado DATC (Departamento Autárquico de Transporte Coletivo), criado com a finalidade de subsidiar a passagem ao usuário do sistema. Entretanto, nos últimos anos, o DATC passou por processo de falência e reabilitação, deixando de operar em linhas municipais. A bancarrota veio à tona com os escândalos da distribuição de passagens a vereadores, funcionários, parentes e agregados. As “linhas” antes executadas pelo DATC foram licitadas em 2008 e a empresa ganhadora foi a Viação Noiva do Mar. Apesar dos protestos da comunidade, que alertava sobre o monopólio de 90% das linhas da empresa

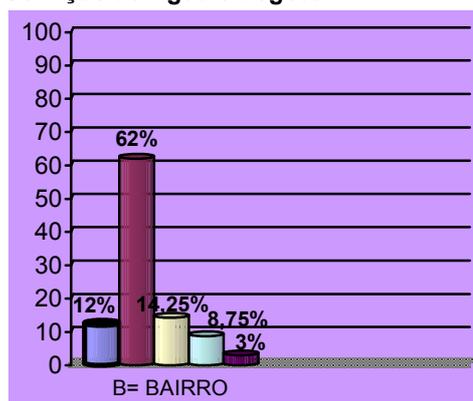
vencedora, de suspeitas de fraude, a situação continua: uma empresa de transporte coletivo para quase 200 mil habitantes.

Nesse item, também a realidade dos acontecimentos desacordam dos dados colhidos na pesquisa em tela. O conceito “Ótimo” foi averiguado nos seguintes índices: 13,25% segmento bairro e 12,25% no segmento cidade, um patamar relevante haja vista as preocupações dantes levantadas pelos munícipes. O critério “Bom” ainda tem gradante mais positivo, com respondentes avaliando como “Bom” no bairro em 49,5% e na cidade, chegando a 63,5%.

O parecer “regular” aparece com 14,75% no setor bairro e 14% no setor cidade. Já os juízos mais desairosos, ou seja, “Ruim” e “Péssimo” têm as maiores diferenças entre bairro e cidade. No quesito “Ruim”, 11,25% dos questionados avaliam assim o transporte coletivo no bairro, enquanto na cidade o índice é de 9,75%. A maior desproporção está no quesito “Péssimo”, no qual 11,25% dos inquiridos responderam ser essa a situação do transporte coletivo no bairro, ao contrário de somente 0,5% dos respondentes sobre o juízo do sistema na cidade.

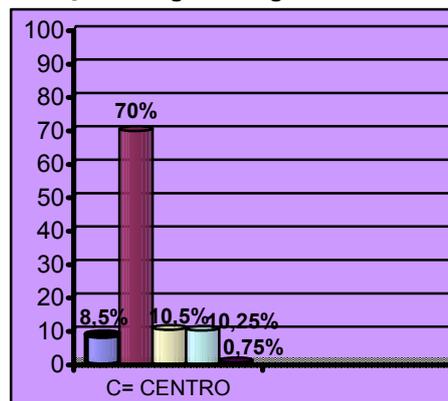
Pelos indicadores demonstrados através do sistema de transporte coletivo, percebe-se um juízo favorável quando o segmento é centro e menos favorável ao transporte coletivo quando o segmento é bairro. Indicam tais escalas de valores um maior privilégio do centro da cidade em relação à distribuição de “linhas” viárias que atingem a periferia do município.

Serviços de Água e Esgoto



■ B1 ■ B2 ■ B3
 ■ B4 ■ B5
 1-ótimo 2-bom
 3-regular 4-ruim
 5-péssimo

Serviços de Água e Esgoto



■ C1 ■ C2 ■ C3
 ■ C4 ■ C5
 1-ótimo 2-bom
 3-regular 4-ruim
 5-péssimo

Figura 11 – Serviço Público: Saneamento Básico no bairro e na cidade, na avaliação da população pesquisada

Fonte: Pesquisa

Segundo dados do IBGE (2004), o Brasil tem um déficit de 53% no atendimento da coleta e tratamento de esgoto. Mais da metade dos brasileiros vivem em condições precárias. E, desde 1992, o acesso à coleta e tratamento de esgoto cresce apenas 0,4% por ano.

A cidade do Rio Grande não foge à regra e atualmente 85% do município não conta com rede de esgoto. A atual rede de esgoto é composta de adutoras de ferro, datadas da primeira metade do século passado, herança de um passado áureo da cidade.

Verbas oriundas do Programa de Aceleração Econômica – PAC destinaram à cidade mais de 40 milhões de reais, o primeiro lote deverá ser utilizado na extensão da rede de esgoto, no valor de 20 milhões de reais, financiados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e destinados à Corsan, e a recuperação social e ambiental da orla portuária, ganhou investimento de 22 milhões de reais.

A Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) é a responsável pela distribuição de água e tratamento do esgoto municipal. Inúmeras irregularidades nos contratos entre o município e a estatal gaúcha vêm contribuindo para trocas de acusações entre o governo municipal e a empresa de saneamento básico. O governo municipal acena com a possibilidade de romper o contrato do serviço de água e esgoto com a finalidade de municipalização desses serviços, como já fizeram outros municípios gaúchos.

Outro ponto de conflito é a questão da tarifa social e a tarifa residencial. Há uma liminar do Ministério Público, ajuizada através de ação civil pública encaminhada pelo vereador Jair Rizzo, proibindo a companhia de cobrar no município a tarifa residencial àquelas famílias que anteriormente pagavam valores mais baixos pela tarifa social. Segundo o vereador, a Corsan ficou de marcar um novo encontro na cidade para debater exclusivamente sobre as tarifas.¹² Desde 2003, uma ação tramita no Ministério Público, pedindo uma composição tarifária mais justa e o fim da tarifa básica. Ainda de acordo com a vereança, a tarifa básica vem sendo cobrada com o propósito de manutenção e serviços na rede. No entanto, a cada serviço solicitado pelos usuários, estes acabam pagando um valor

¹² - Para mais informações, acessar: Jornal Agora. 12 jun. 2008 – Geral. PAC SANEAMENTO: Obras de saneamento contemplam apenas parte do bairro Cidade Nova. Disponível em: <http://www.jornalagora.com.br/site/index.php?caderno=19¬icia=50895>. Acesso em: 01 Ago. 2008.

diferenciado, não-contemplado por esta tarifa. E mais, para desligar, ligar ou até mesmo realizar uma aferição nos hidrômetros, a companhia cobraria mais uma taxa.

Atualmente, a tarifa social custa R\$16 e a residencial, R\$46. A tarifa social deveria beneficiar famílias de baixa renda, no entanto, apenas pessoas atendidas por programas governamentais, como o Bolsa Família, e que possuem filhos, são beneficiados com a redução da taxa de água.

Em entrevista ao jornal local, o próprio presidente da Corsan alega que famílias beneficiadas com a tarifa social e que, porventura, atualmente pagam o valor normal estão sendo prejudicados, pois, devido à liminar judicial, a companhia não prevê esta reclassificação em Rio Grande enquanto a Justiça não der sua posição definitiva. De acordo com o parlamentar, cerca de 30 mil pessoas se enquadrariam nesse perfil social.

Ao analisar os gráficos sobre a avaliação do sistema de água e esgoto na cidade do Rio Grande, percebe-se o juízo positivo dos cidadãos riograndinos sobre a prestação desse serviço público. No bairro e na cidade, a pesquisa revelou amplas taxas de satisfação, sendo que no bairro 12% dos inquiridos declararam os serviços de água e esgoto prestados “ótimo” e outros 62% responderam que a prestação pública nesse segmento está no conceito “bom”. Na cidade, 8,5% dos questionados declararam o conceito “ótimo”, e outros 70% responderam que os serviços públicos de água e esgoto estão dentro do juízo “bom”.

No bloco mediando de avaliação, 14,25% dos respondentes exararam que no bairro o serviço prestado é “regular”. De outra parte, na cidade o conceito “regular” arrefece a 10,5%. Os conceitos de “Ruim” e “Péssimo”, aparecem para os bairros com 8,75% e 3%, respectivamente. Quando o parâmetro é a cidade, a avaliação fica em 10,25% dentro da apreciação “Ruim” e apenas 0,25% para o conceito “Péssimo”

Pelos dados exposto percebe-se novamente uma incongruência entre a realidade emergida na mídia local e os conceitos explanados na pesquisa em pauta. A prestação dos serviços público de água e esgoto, ainda que eivada de suspeita de irregularidades, parece não afetar o discernimento avaliativo positivo desse serviço prestado no município.

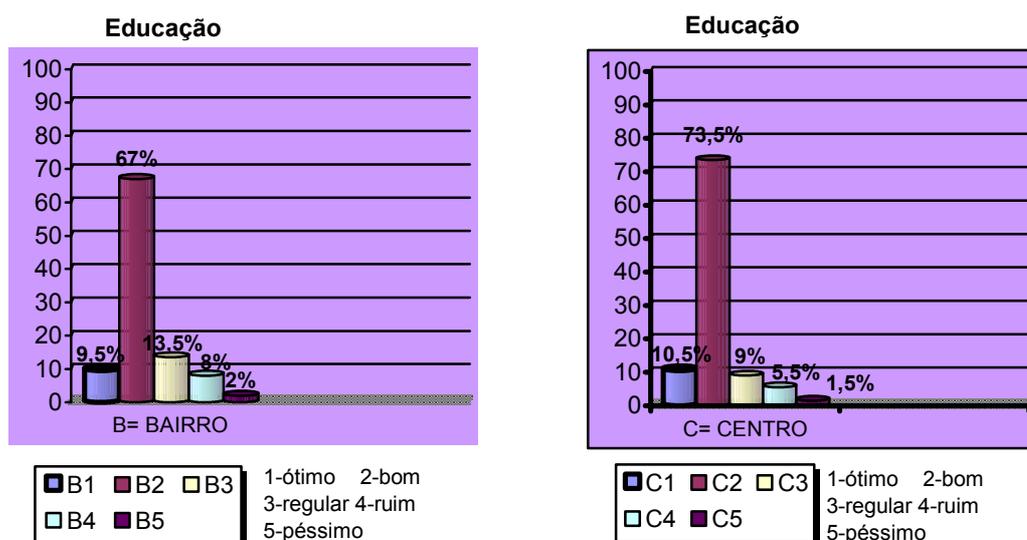


Figura 12 – Serviço Público: Educação no bairro e na cidade, na avaliação da população pesquisada
 Fonte: Pesquisa

Segundo dados do IBGE (2000), há em Rio Grande cerca de 30 mil alunos matriculados, com uma população de mais de 10 anos de idade, e com 15 anos ou mais de escolarização entre 5% e 10% da população. Dentro da média gaúcha, que é de 5,17% e superior ao padrão nacional, de 4,32%.

O número de anos de estudo da população é um indicador relevante para análise do nível de instrução da população, mas o que especialistas querem saber é até que ponto quantidade relaciona-se com qualidade? Mais, indicadores de níveis de escolarização apontam para uma “sofisticação” política?

Carreirão (2002) elabora um modelo explicativo do comportamento eleitoral, a partir da relação entre o indicador social “escolaridade” dos eleitores com alguns dos principais fatores considerados determinantes no momento de decidir em quem votar nas eleições presidenciais, ou seja, certas imagens políticas que os eleitores formam dos candidatos e partidos políticos, a avaliação que fazem de certos atributos pessoais dos candidatos e a avaliação do desempenho do governo em exercício. A base empírica constitui-se em diversos *surveys* feitos por institutos privados de opinião pública que se realizaram em períodos eleitorais e não-eleitorais e que abrangeram as eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998.

Almond e Verba (1963, p. 379) identificam a variável educação como tendo o mais importante efeito sócio-demográfico nas atitudes políticas.

As in most other studies of political attitudes, our data show that educational attainment appears to have most important demographic variables usually investigated – sex, place of residence, occupation, income, age ad so on – none compares with the educational variable in the extent to which it seems to determine political attitudes.

De acordo com os gráficos acima sobre o serviço público “Educação”, construídos com base na pesquisa para esse texto dissertativo, se pode perceber o juízo crédulo do cidadão riograndino nessa prestação pública. O grau de avaliação “Ótimo” permeia 9,5% das respostas incidente no local bairro e 10,5% na cidade. O gradante “Bom” assume um percentual de 63,5%, quando o local inquirido é o bairro e outros 73,5% na cidade. Em opinião que explanou a escala “Regular”, encontrou-se um índice de 13,5% computados para o setor bairro e 9% para cidade.

As opiniões mais desabonadoras revelaram-se ser a minoria na pesquisa em tela, pois, dos inquiridos apenas 8% afirmaram ser o serviço prestado “Ruim” no bairro, e outros 5,5% na cidade. Na perspectiva do “Péssimo”, o índice ainda é mais minorado, visto que 2% avaliam o serviço prestado nos bairros dentro dessa classificação e exíguos 1,5% na cidade.

3.4 – Confiança institucional

Segundo Baquero (2007), ao investigar e examinar o padrão de cultura política de um povo, um dos aspectos principais a ser pesquisado é concernente aos padrões de confiança que os cidadãos depositam nos seus representantes e nas instituições políticas. Desde a década de 50 do século passado, a confiança dos cidadãos está entre os mais utilizados indicadores de apoio, representando sentimentos de legitimidade do sistema, responsabilidade e honestidade dos governantes.

O pressuposto do uso dessa variante é o de que são as avaliações sobre o funcionamento concreto das instituições não-políticas e políticas como: partidos, parlamentos, igrejas, polícia, sindicatos entre outras entidades, bem como as percepções sobre o desempenho de seus principais operadores, como deputados,

senadores, prefeitos, funcionários públicos em geral, que produzem as oscilações nos níveis de confiança institucional.

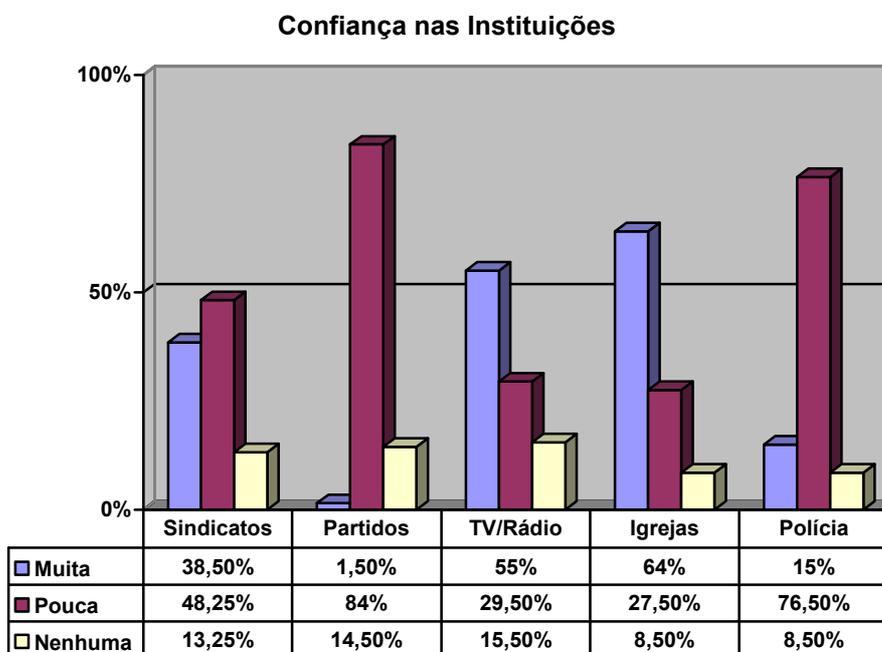


Figura 13 – Confiança nas instituições da população pesquisada (parte 1)
Fonte: Pesquisa

O gráfico exposto acima traz o resultado da sondagem sobre o nível de confiança institucional no município riograndino. A primeira das instituições analisada foi o sindicato, o pioneirismo sindical da cidade parece esmorecer frente aos dados colhidos na pesquisa.

Os questionados responderam na proporção de 38,5% terem “muita confiança” nas entidades sindicais. Em menor escala, porém não em menor valia, a maioria dos pesquisados tem “pouca confiança” nos sindicatos, ou seja, 48,25% dos inquiridos. No extremo desabonador, 13,25% responderam não ter “nenhuma confiança” nas instituições sindicais.

Os números talvez reflitam a tomada de postura autocrática dos sindicatos. Diretriz orientada por uma conduta rígida e impositiva da organização, não muito diferente do que se observou no caso do impasse entre trabalhadores e lideranças sindicais na questão da redução da jornada de trabalho e do conseqüente salário,

por efeitos da crise econômica mundial. A vontade dos trabalhadores foi sobrepujada em detrimento da vontade das “lideranças sindicais”.

Segundo Baquero e Castro, (1996, p.28) a teoria política imputa uma singular importância aos partidos políticos, pesando a sua existência como condição para a democracia. Nessa esteira, a percepção do cidadão em avaliar os partidos políticos reflete a sua atitude frente à política institucionalizada.

Nesse primeiro bloco de avaliação da confiança institucional, os partidos políticos foram os merecedores dos menores índices de confiança. O histórico de corrupção, pseudos programas ou plataformas, clientelismo e outras inominadas mazelas no cenário partidário é fator enfraquecedor de qualquer tentativa abonatória na direção dos partidos políticos.

Nesse âmbito, apenas 1,5% dos questionados responderam terem “muita confiança” na instituição “partido político”. Numerário que não surpreende face ao eleitorado cada vez mais cético e personalista, visto que o eleitor médio não encontra suporte na instituição partidária, tanto para a condução de demandas a esfera governamental (inputs), quanto no caráter ideológico. Outros 84% tem “pouca” confiança na seara partidária, e restantes 13,25% não possuem “nenhuma confiança”.

O segmento policial também aparece com uma dos maiores percentuais de desacreditados. Assim como no segmento “partido político”, sobre a polícia pesam uma série de fatos que levaram à incredulidade do cidadão brasileiro. Grupos de extermínio, envolvimento de policiais militares e civis com o crime organizado, falta de estrutura e condições de atuação são algumas das inúmeras situações desabonadoras que levam a desconfiança da entidade policial.

A polícia recebe o conceito de “muita confiança” de 15% dos pesquisados, acima do índice dos partidos políticos, mas relativamente abaixo da importância institucional de responder pela segurança pública. Na classificação avaliativa de “pouca confiança”, 76,5% dos pesquisados responderam nesse sentido. E outros 8,5% não têm “nenhuma confiança” nas instituições policiais.

Em um ambiente mais abonatório aparecem conceitos obtidos pelas estações de “televisão e rádio”, assim como o referencial “igreja”. Pelo analisado anteriormente ficou patente o desinteresse do cidadão pesquisado pelos assuntos políticos, os baixos níveis de busca de informação política se correlacionam com a maior confiança depositada no meio midiático.

Tanto a televisão, quanto o rádio comumente trazem a notícia avaliada pelo senso de um indivíduo, pelo padrão editorial daquela entidade, pelas crenças partidário-ideológicas daquela mídia. Enfim, há uma negligência em se discutir o que seja notícia, estabelece uma verdade, levada como universal aos lares de telespectadores e ouvintes. Mas também há uma cultura de omissão do pensar, do refletir o político, sabe-se que essa esfera afeta a todos, mas negligencia-se uma ação. Resignação e conformismo gerado pelo sentido de impotência frente ao institucionalizado, carecimento de solidariedade social abastecido pelo ritmo frenético da vida moderna.

Diante desse quadro, 55% têm “muita confiança” nas instituições televisivas e radiofônicas. Índice corroborado pela própria pesquisa ao saber qual o principal veículo de informação, onde “TV” e “Rádio” são os principais canais de acesso aos noticiosos da população consultada. Na esfera mediana, 29,5% têm “pouca confiança” e derradeiros 15,5% não depositam nenhuma confiança nessas instituições.

A influência das “Igrejas” na formação de opinião e no comportamento das pessoas vem de longa data. A igreja católica através de suas encíclicas dita comportamentos por séculos: a condição da mulher, da relação sexual, da homossexualidade, da pílula anticoncepcional entre outros assuntos. As igrejas protestantes ditam por outros caminhos não menos rígidos suas doutrinas rígidas, e em algumas matérias são mais conservadores e retrógrados do que qualquer outra.

Entretanto a face reacionária parece não prejudicar o conceito positivo que as Igrejas atingiram na pesquisa realizada. Sendo que, a instituição foi a que obteve o maior índice de confiança entre as pesquisadas. A taxa resultante da pesquisa obteve na escala de “muita confiança” em 64% das avaliações. Na faixa de “pouca confiança” o índice auferido foi de 27,5%, com restantes de “nenhuma confiança” na escala de 8,5%.

Com argumentos controvertidos ou não, é inegável a ingerência do poder da doutrina das igrejas na percepção, atitudes e comportamento dos indivíduos. Mais do que uma assertiva, a questão é fática.

Confiança nas Instituições

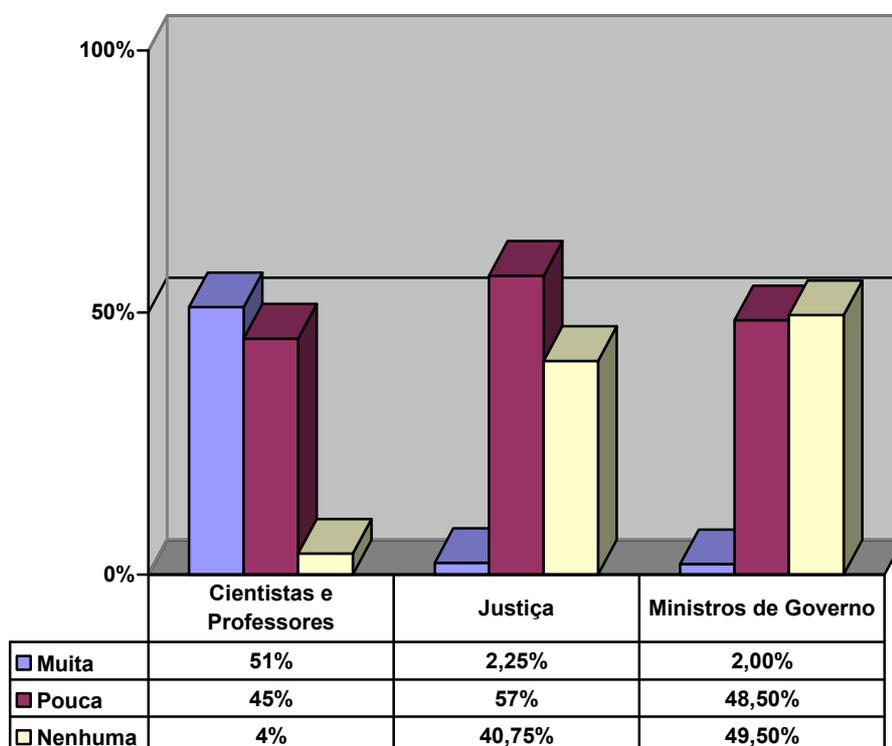


Figura 14 – Confiança nas instituições da população pesquisada (parte 2)

Fonte: Pesquisa

Em um sistema democrático a credibilidade das instituições é um fator indispensável para o equilíbrio de uma sociedade que pressupõe direitos iguais para as mais diversas realidades econômicas, sociais e culturais. Assim, nesse segundo bloco de análise da confiança institucional, analisam-se outros segmentos relevantes e presentes na maioria das pesquisas sobre cultura política.

Nessa parte derradeira do exame, tem-se a avaliação da confiança nos ministros do governo federal, assim como outros semelhantes da esfera política que fazem parte dos poderes constituídos, o desprestígio é proporcional à decadência do sistema republicano brasileiro. A degeneração política reinante no Brasil e veiculada em todos os meios de comunicação gera o sentimento de descrédito, e conseqüente desconfiança nessas entidades ligadas ao Poder Executivo.

Destarte, consoante à pesquisa efetuada, a chancela obtida pelos ministros de governo, na escala “muita confiança” está entre as mais ínfimas, pois unicamente 2% dos inquiridos responderam depositar o conceito “muita” fidúcia nos ministros de

Estado. No terreno do conceito mediano, 48,5% dos cidadãos entrevistados atribuíram uma valia de “pouca confiança” àqueles agentes políticos. E, no setor desvalorizado, 49,5%, ou seja, a maioria manifesta um sentimento de descrédito aos ministros de governo.

Um sistema judiciário competente e funcionando bem é condição necessária para estabelecer a primazia da lei. Entretanto, no que tange à percepção da “Justiça” pelo cidadão médio, os índices seguem sendo de suspeita sobre a instituição e seu desempenho. Dentre a percepção dos pesquisados itens como eficiência, imparcialidade e honestidade contrabalançam com a morosidade, corrupção e favorecimentos.

O presente estágio de fidúcia na Justiça deve-se muito pela própria postura absorta do Poder Judiciário da sociedade. Em nome da imparcialidade a justiça cega, tornou-se surda aos reclamos, segregou maiores relações com o seu fim maior, o cidadão. Com isso o Judiciário perdeu contato com a sociedade, e em razão de tal silêncio, tornou-se desconhecido e provavelmente o mais incompreendido dos Poderes da República.

Esta atitude resultou cada vez mais um distanciamento pernicioso, pois trata o Judiciário da última trincheira de proteção e resguardo do cidadão, cuja missão constitucional fundamental é velar pelo Estado Democrático do Direito, zelar pelo estrito cumprimento das garantias e direitos fundamentais da Constituição. Como garantir a *pax* social se não há confiança no fiel da balança. Não há democracia sem o respeito pela garantia dos direitos dos cidadãos.

Dentro desse quadro os resultados mostram um percentual de somente 2,25% do pesquisados avaliando que a justiça merece a apreciação de “muita confiança”. Para 48,5% dos pesquisados o quadro judiciário é credor de “pouca confiança”. E, superando os índices anteriores, 49,5% dos indivíduos consultados consideram a justiça brasileira desacreditada, sem “nenhuma confiança”.

Quando o panorama consultado é a confiança em cientistas e professores, o despreço geral antes exarado e substituído por uma elevação de credulidade e fidúcia nestas classes. Com todos os percalços da educação no País, a luta de “todos na escola”, a implantação de programas de qualidade parecem gerar uma corrente de crédito aos homens da educação. O deferimento do valor do conhecimento é correspondente do sentimento de prestígio alcançado conforme expõem o índice de 51% dos inquiridos, que classificam a categoria cientistas e

professores dentro do conceito de “muita confiança”. Em um menor gradante, 45% avaliam aquela categoria dentro do espectro da “pouca confiança”. E com o menor índice desabonador, apenas 4% dos investigados responderam que professores e cientista não merecem “nenhuma confiança”.

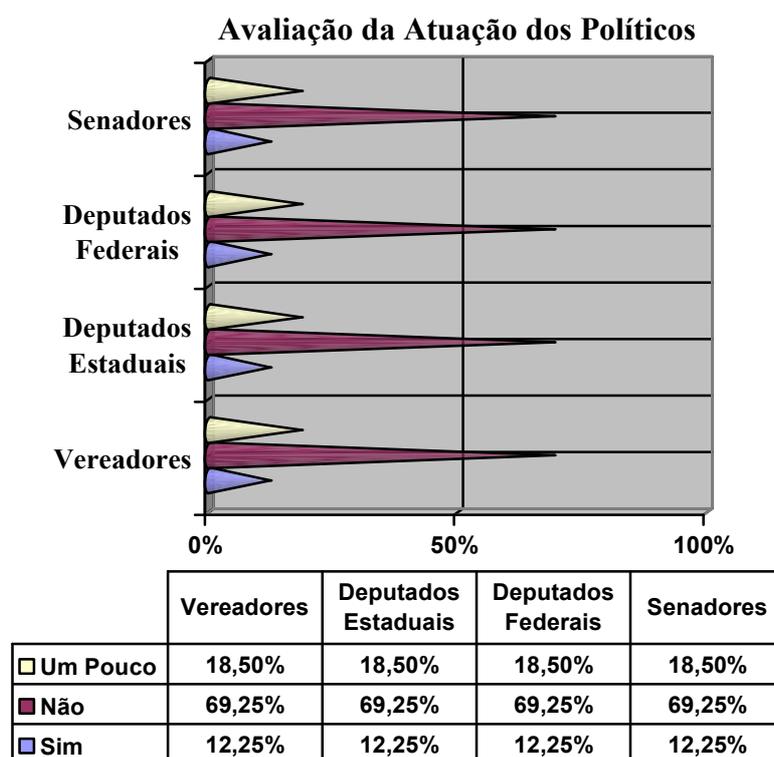


Figura 15 – Avaliação da atuação dos políticos em geral pela população pesquisada
Fonte: Pesquisa

No que concerne a apreciação dos políticos, *in casu* do Poder Legislativo, os cidadãos pesquisados não distinguiram ou não conseguiram distinguir os agentes políticos em análise. Dessa forma, os números obtidos na pesquisa parecem obedecer a um padrão avaliativo que se espalha a todos os entes que compõem o Poder Legislativo.

Contudo, é inegável que a medida empregada pelos investigados faz eco ao senso comum das opiniões do cidadão médio e ao reportado nos noticiosos políticos. As práticas fisiológicas, maniqueístas, patrimonialistas, clientelistas entre outras, mesmo algumas já assentadas na política brasileira, ainda extrapolam o “mínimo ético” permitido pelo sentido da política.

Os índices expõem um sentido geral de incompetência do Poder Legislativo, ao ser questionado sobre a performance dos representantes do Legislativo, mais

exatamente: senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores têm como uma das principais funções elaborar leis e fiscalizar o dinheiro público, na sua opinião eles cumprem essa função?

Nessa ambiência, os senadores, representantes das unidades da Federação, são os agentes políticos mais distantes do cidadão, de acordo com pesquisas de opinião. A câmara alta é uma instituição de suma importância para a República, mas uma desconhecida da maior parte dos cidadãos. As informações desabonadoras sobre o Senado brasileiro contribuem para a indiferença, o não interesse e o conseqüente desconhecimento da real importância desse órgão na vida dos cidadãos.

Em relação à Câmara dos Deputados, o predicamento riograndino não se altera, a percepção do cidadão vem imbricada no “todo” que é o Legislativo, parecendo não discriminar o que seria o Congresso Nacional.

Segundo Baquero (1998), o que chama a atenção é que, apesar de conjunturas relativamente favoráveis, a avaliação do Legislativo brasileiro ainda é depósito de depreciação. Indo além, os índices de atuação elevados auferidos pelo Chefe do Executivo Federal não encontram correlatos nas ínfimas taxas de performance do Legislativo Federal.

Na seara estadual o panorama permanece também inalterado no juízo do cidadão riograndino observado. A esfera estadual, segundo a avaliação da crítica do munícipe riograndino revela-se pejorativa ao desempenho dos deputados estaduais.

Nesse ínterim, memora-se que em âmbito federal a cidade do Rio Grande apresenta um representante na Câmara Federal, Claudio Diaz (PSDB), até então suplente, assumindo a condição de titular frente à morte do Deputado Julio Redecker, também do PSDB. Já na Assembléia Legislativa Estadual, dois deputados têm a base eleitoral no município: Adilson Troca, partidário do PSDB, e Sandro Oliveira, popularmente conhecido como “Boka”, do PMDB.

No que tange à questão do Legislativo *in loco*, mantém-se a linha do juízo desairoso, apesar da maior possibilidade de contato com a vereança. A escala de desempenho continua em patamares baixos em relação à Câmara Municipal.

Em resposta à pergunta do início da seção, os dados coletados revelam que senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores atingem pífios índices: 12,25% dos entrevistados acreditam que esses parlamentares cumprem “sim” as suas funções, 18,5% acham que cumprem “um pouco”, mas a maioria opina

com descrédito, estabelecendo que àqueles políticos “não” cumprem as suas funções (69,25%).

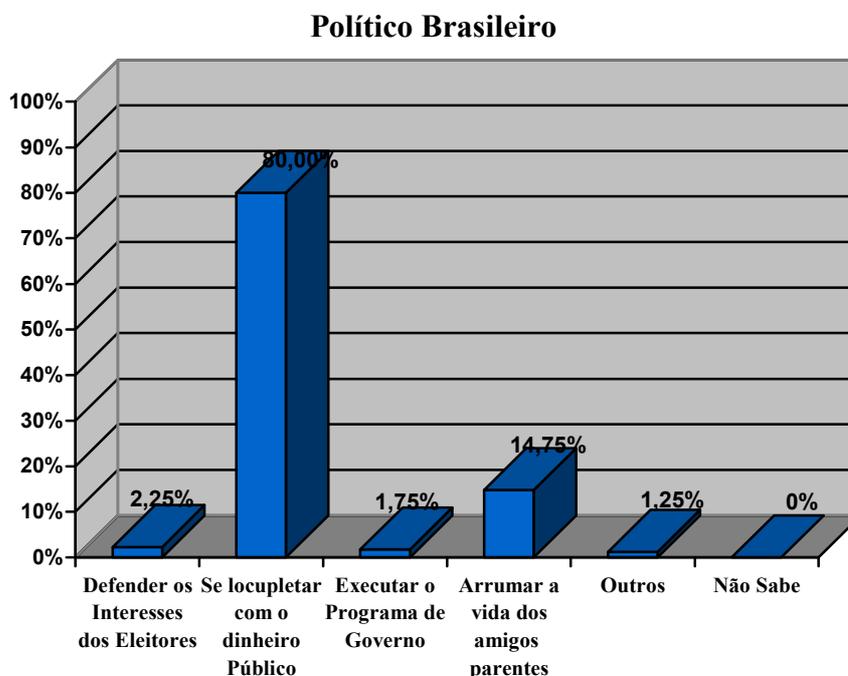


Figura 16 – Interesses dos políticos em geral, conforme a população pesquisada
Fonte: Pesquisa

O gráfico acima vem fundamentar o crédito negativo dado ao desempenho do Legislativo. Perguntados sobre qual o principal interesse do político brasileiro, os questionados não se abstiveram de responder conforme o resultado da pesquisa, pois a escala do “não sabe” teve índice zero. A variante mais acionada, com 80% das opiniões, foi a de que o principal interesse do político brasileiro é enriquecer com o dinheiro público, opinião que vem ao encontro do desenvolvimento do patrimonialismo verificado na conduta do político brasileiro e corroborado pelas sucessivas doutrinas estudiosas do sistema político nacional

A segunda variante do primordial interesse do político pátrio segundo os dados colhido é “arrumar a vida dos amigos e parentes”, aparecendo com um percentual de 14,75%. O nepotismo, por muitos anos instalados nos poderes instituídos e recentemente erigido a prática ilegal, pode ter influído no juízo do

cidadão. Segundo dados da mídia local¹³, o combate ao nepotismo tanto no Legislativo municipal, quanto no Executivo, arrastou-se em anos entre tribunas e tribunais. Outra prática sistemática, o clientelismo também tem seu quinhão no contributo à avaliação pesquisada. Vários casos de “prestação de favores” também são veiculados na imprensa local, filas enormes se formam nos gabinetes dos vereadores riograndinos em busca de um “privilégio”.

Recentemente, o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul não aprovou o desempenho orçamentário do irmão do atual prefeito Fábio Branco e antes prefeito, Janir Branco. A constatação de irregularidades na família Branco é um pesado revés na crença da honestidade dos políticos.

Nesse patamar licencioso um pequeno percentual dos inquiridos, 2,25%, acredita que o essencial interesse do político é defender as demandas dos eleitores. Outros 1,75% dos investigados responderam que o principal interesse do político é executar o programa de governo. Derradeiros 1,25% exaram ter outros interesses que não estavam listados na pesquisa.

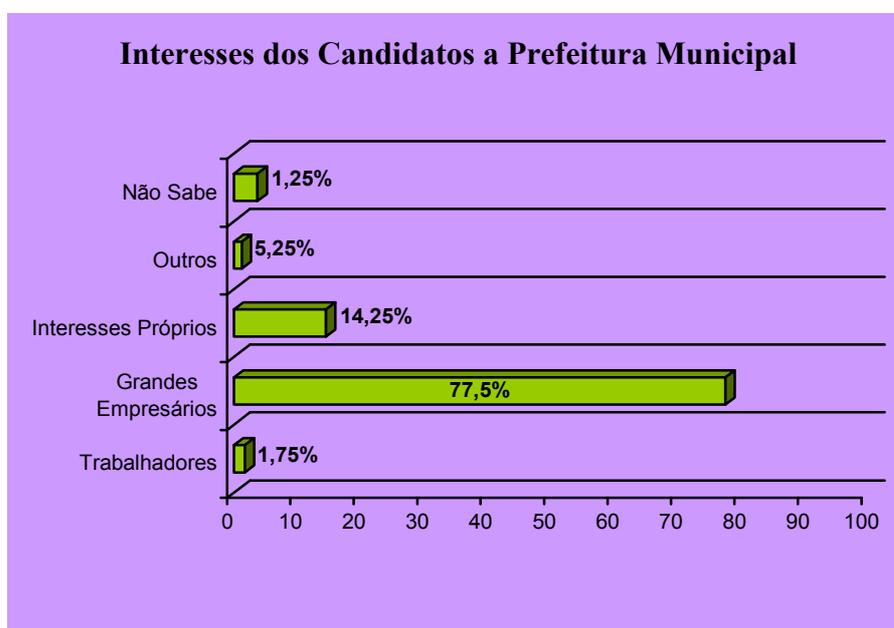


Figura 17 – Interesses dos candidatos ao governo municipal, conforme a população pesquisada

Fonte: Pesquisa

¹³ - Mais informações e a reportagem completa podem ser colhidas no Jornal Agora. 07 nov. 2007. Geral: Fim do nepotismo na Câmara Municipal.. Disponível em: <http://www.jornalagora.com.br/site/index.php?caderno=19¬icia=40771>. Acesso em: 18 fev. 2008.

Deslocando o âmbito de análise para o ambiente local e ainda pré-eleitoral, pode-se constatar que a opinião do cidadão respondente à questão do “interesse político” sofre uma variação no objeto. Se, no gráfico analisado anteriormente, o principal interesse do político brasileiro, consoante a opinião auferida na sondagem, é o enriquecimento próprio, nessa nova análise em sede municipal o interesse tem a qualificadora dos “grandes empresários”.

Entretanto, a opinião expressa no gráfico não altera a depreciativa avaliação dada ao político, agora especificamente ao político riograndino, na condição de candidato ao Executivo Municipal. Em síntese, inquirido o pesquisado, sobre quais os interesses que os candidatos ao governo municipal defendem em suas propostas, aqueles responderam que os “grandes empresários” são os mais beneficiados com as propostas dos candidatos à Prefeitura, opinião compartilhada por 77,5% dos cidadãos investigados. Em amplitude menor, 14,25% compreendem que as proposições defendem interesses dos próprios candidatos. Com a escala de 5,25% a variante “outros”, abrange uma pulverização de interesses não condizentes com o cargo político e a função pública, mas expressa pelo cidadão na pesquisa. Em números diminutos os interesses dos “trabalhadores”, conforme os dados coletados, aparecem como representado nas propostas dos candidatos ao Executivo municipal para apenas 1,75% dos indivíduos analisados. Ao contrário do gráfico anterior, a variante “não sabe” aparece com um índice de 1,25%.

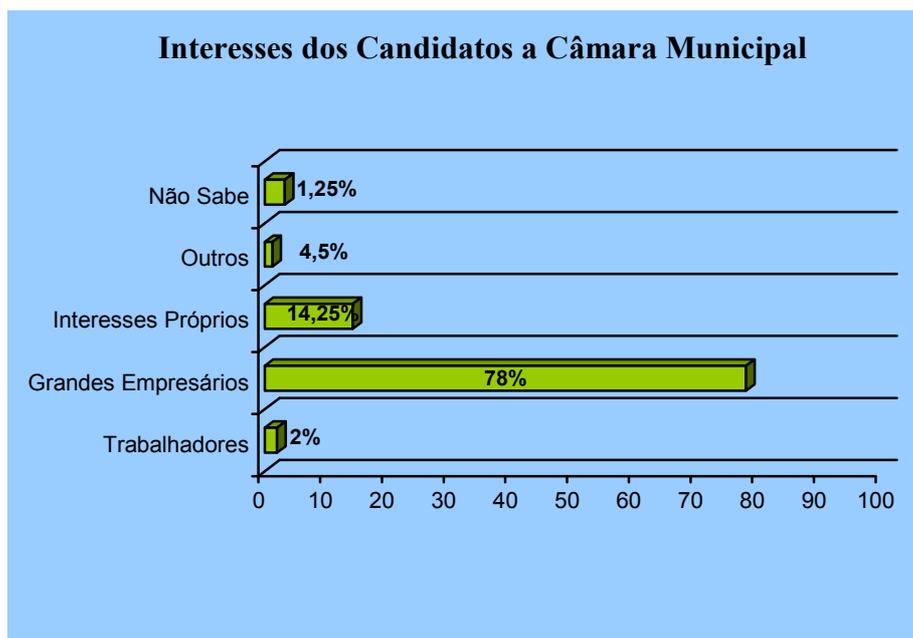


Figura 18 – Interesses dos candidatos à Câmara Municipal, segundo a população pesquisada
 Fonte: Pesquisa

Quanto aos interesses defendidos nas propostas dos candidatos ao parlamento municipal, a opinião dos indivíduos questionados pela pesquisa em foco sofre apenas pequenas alterações quantitativas, se comparadas às opiniões do gráfico anterior.

A superioridade dos juízos sobre quais interesses os candidatos a vereadores defendem em suas propostas se traduz em 78% dos inquiridos acham que estes favorecem aos interesses dos “grandes empresários”. Já 14,25% expressam que defendem “interesses próprios”. Igualmente ao observado no gráfico anterior, o percentual de respostas incluídos na variante “outros” é complexo, formado por uma avultante de opiniões, que abrange 4,5% das opiniões manifestadas. Outros 1,25% dos examinados “não souberam” dizer quais os interesses defendidos nas propostas dos candidatos ao cargo de vereador. Nessa escala minorada, 2% dos indivíduos manifestaram que as proposições dos candidatos são baseadas na defesa do interesses dos “trabalhadores”.

O estudo da pragmática da democracia revela que um dos característicos associados à otimização dos recursos democráticos importa na constituição de

cidadãos críticos e participativos. Nessa esteira passa-se a análise dos índices de participação política.

3.5 – Participação política

A história política brasileira é caracterizada pelo predomínio do autoritarismo, com pequenas aberturas aos espaços democráticos. A ingerência do cidadão no domínio público, que, por natureza e direito é seu, ainda está longe do idealizado para a consolidação democrática. Arroubos participativos, com a mobilização das massas, são raros. A exceção do movimento pelas “Diretas Já” ou do Impeachment do então Presidente Fernando Collor, ilustram momento da excepcionalidade participativa.

A aceção do que seja participação política, segundo Baquero (2007), deve superar o limite da perspectiva formal e socialmente aceitável, a contrário se excluirá atividades informais de organização política. Contribuindo para a participação política ser característica de uma sociedade liberal-democrática, não sendo consignada em sociedades materialmente instáveis e institucionalmente frágeis como a brasileira. Para evitar tal viés, começou-se a estudar o contexto social pelo sistema da estruturação de crenças, do porquê da pouca afeição e não engajamento em atividades políticas.

A análise do perfil participativo pelo sistema de crenças recai no dilema da metodologia sociológica da micro ou macro análise. O panorama da macro análise baseia sua tese expondo que a participação política é desencadeada principalmente pelo desenvolvimento político-econômico da sociedade. Por outro lado, a perspectiva da micro análise, a relevância se dá no âmbito da estruturação da cultura política, no processo de socialização política (BAQUERO, 2007, p.128).

Nesse trabalho dissertativo, volta-se a ressaltar, o pressuposto é de que não haja uma relação excludente entre o ponto de vista macro e micro, ou institucional e cultural, ambos formam a completude do exame. Fatores estruturais, e a sua ambiência histórica, assim como os fatores atitudinais são usados para explicar a participação política na cidade do Rio Grande.

No exame dos fatores atitudinais integrou-se os canais de participação convencionais: pertencer a um partido político, o voto, a sindicalização, o

associativismo entre outros. Os canais não-convencionais de participação política foram já analisados quando da investigação do “interesse por política”, entendendo-se a informalidade de participação a expressa por protestos, manifestações pró ou contra o Governo e persuasão partidário-política entre outros meios.

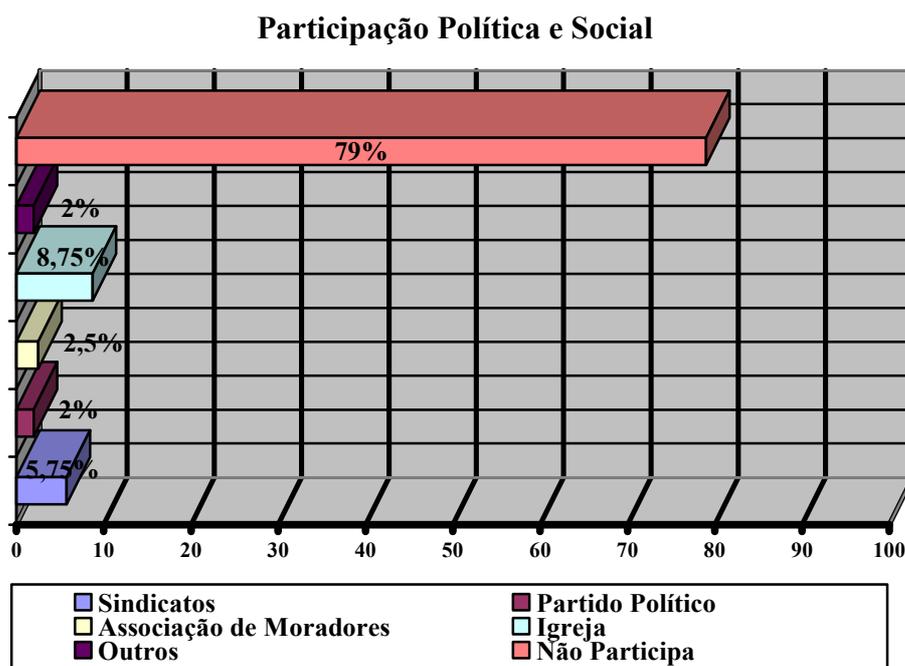


Figura 19 – Participação política e social da população pesquisada
Fonte: Pesquisa

O gráfico em foco evidencia a escassa participação política da população pesquisada. O reduzido número de pesquisados que se disseram participantes de um partido político (2%), é um dos indícios da desvalia da instituição partidária, que é um dos pilares do exercício da cidadania. Baquero (1994, p. 37) chama a atenção para a ascensão de uma cultura política em que os valores são produtos de uma reestruturação cultural de nível global, processo perpassado pelo individualismo expressivo fora das instituições políticas tradicionais.

Em análise, vislumbra-se que o associativismo sob a forma comunal também é outro instrumento participativo de diminuto percentual, pois consoante a pesquisa apenas 2,5% dos questionados acenam com um comportamento participativo positivo nesse sentido. Apesar da cidade do Rio Grande possuir uma entidade catalisadora das associações comunitárias, a URAB (União Riograndina de

Associação de Bairros), dos últimos governos do Executivo municipal haver aberto significativo canais de reivindicações das comunidades locais, a participação popular é ínfima.

No terreno religioso, o caráter associativo é mais expressivo, 8,75% dos inquiridos responderam fazer parte de uma associação de cunho religioso. Segundo alguns autores, estudiosos do chamado “capital social¹⁴”, o associacionismo religioso seria uma das formas mais eficazes de estimular o sentimento de confiança interpessoal, o que elevaria a condição da chama eficácia política subjetiva.

Apesar de o município estar entre as cidades gaúchas e brasileiras com os maiores índices de industrialização, possuir uma indústria multifacetada, assim como uma boa rede de serviços (IBGE, 2000). Somando-se a ampla gama de servidores das três esferas governamentais, a opção pela sindicalização não flui em direta proporção do crescimento verificado nos indicadores socioeconômicos, visto que somente 5,75% dos indivíduos pesquisados fazem parte de algum tipo de associação sindical.

Sob a legenda “outros”, observaram-se diferentes tipos de associativismos registrados pela pesquisa. Nessa variante, cujo percentual auferido foi de 2%, englobam-se indivíduos vinculados a associações militares, da marinha e do exército e Organizações não-governamentais.

O quadro da participação política do país pode ser delineado como conseqüência do histórico de práticas políticas autoritárias, que implicaram a limitação ou impossibilidade do desenvolvimento de uma participação política efetiva. Somando-se a ausência de mecanismos efetivos de mediação política e as reiteradas decepções com a com a política e políticos, assim institucionalizando uma dimensão negativa da política (BAQUERO, 1998, p. 23).

A não resolução da dimensão material do processo democrático e a conseqüente geração de exclusão e desigualdades sociais, ajudam a corroer as bases do plano democrático estabelecido pela Constituição Federal de 1988. O ciclo vicioso se estabelece com a desinstitucionalização dos direitos, impossibilitando a construção de uma cidadania participativa. Por conseguinte, o ceticismo e o afastamento dos cidadãos da esfera da política comprometem atitudes e

¹⁴ - Através da valorização de normas e laços comunitários, aspectos como a confiança interpessoal e a confiança institucional podem fortalecer a democracia. Segundo essa teoria, o objetivo a ser alcançado para consolidar a democracia passa pela conquista ou pelo resgate do potencial associativo dos cidadãos.

comportamentos favoráveis à participação, cooperação, confiança interpessoal e de formação de uma cultura política democrática, segundo Almond e Verba (1963), na formação da cultura cívica.

Dessa forma, o elevado percentual de não participação política, ou seja, 79% dos questionados corroboram a constatação de que o cidadão vigente é cético, “apático” e de comportamento cínico frente aos assuntos políticos.

Seguindo na conjugação de padrões participativos, apresenta-se em seguida um exame do voto em Rio Grande, sua obrigatoriedade e “eficiência” como instrumento democrático.

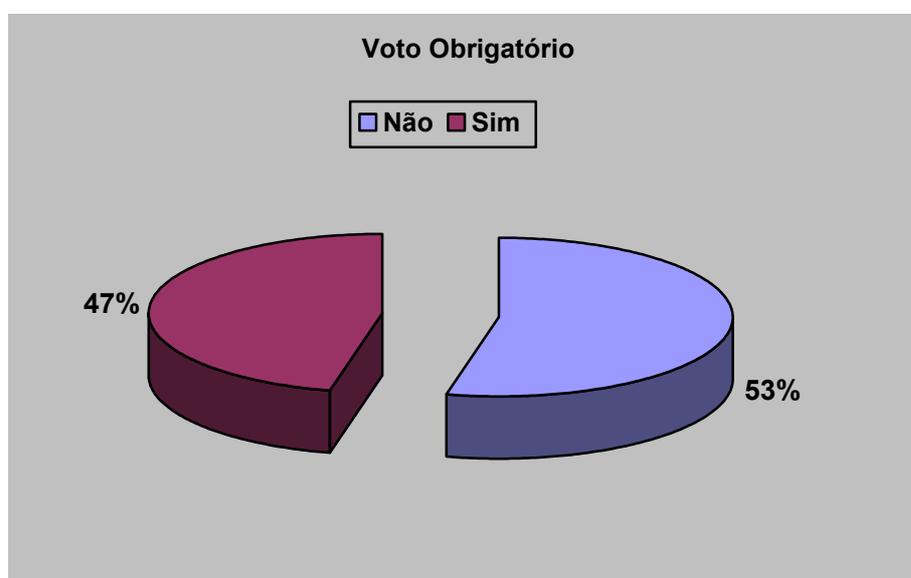


Figura 20 – Votaria se o voto não fosse obrigatório, conforme a população pesquisada.

Fonte: Pesquisa

Estudos das Ciências Sociais sobre participação política mostram que existem controvérsias sobre a importância teórica do voto na participação política, no Brasil em se tratando de voto obrigatório, este deve ser medido com cautela como indicador de participação política.

De acordo com Baquero (2007, p. 129):

A quase totalidade de pesquisas sobre o tema conclui que o hábito de votar é adquirido ao longo do tempo e, que ao contrário do esperado, pouco pode contribuir para o fortalecimento democrático.

Quer dizer, se o voto não é acompanhado de uma compreensão crítica do que está em jogo e se os cidadãos não votam espontaneamente e autonomamente, a democracia pode entrar em estado de inércia, ou seja, reproduzir velhas práticas políticas.

Destarte, a investigação sobre a obrigatoriedade do sufrágio nessa dissertação tem a intenção de evitar eventuais distorções sobre a realidade da participação política no município em análise. Logo, analisa-se o gráfico e as taxas correspondentes.

Ainda que o voto não fosse obrigatório, 53% dos entrevistados afirmam que não votariam nas próximas eleições e outros 47% votariam se a imposição legal de votar fosse abolida. Percentuais que expõem um equilíbrio, percepção atitudinal que deve ser perpassada pelo contexto histórico estrutural, para que se possa ter a amplitude de análise pretendida. História que debruçou sobre o voto o peso do clientelismo e outras dimensões sociais, segundo Baquero (Idem) não pertencente à arena da política eleitoral.

O exercício de sufragar a opinião, considerada a obrigatoriedade, a conjuntura e o contexto histórico estrutural integrado a dimensão da relevância é indicador da percepção da cultura cívica do munícipe. Ao se estabelecer uma correlação com a valia do sufrágio apresenta-se um dos primeiros paradoxos do “jogo democrático”. Veja-se análise do gráfico a seguir.

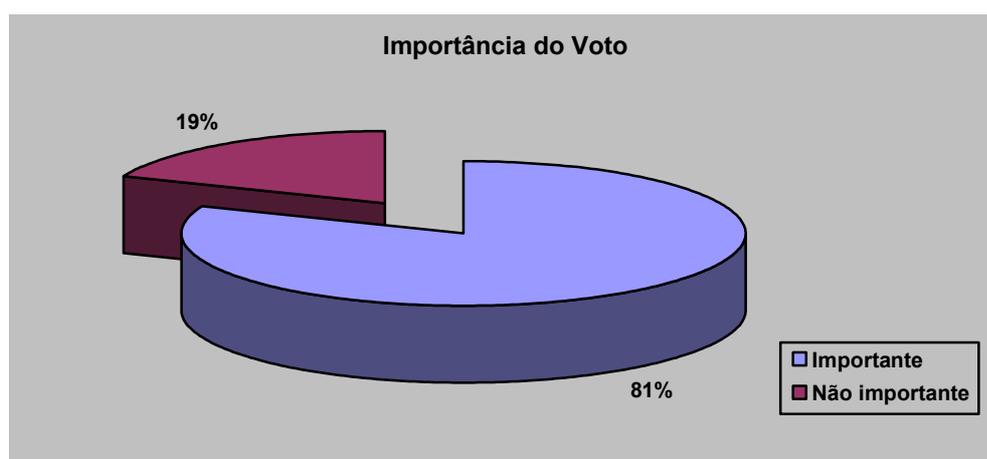


Figura 21 – Importância do voto na opinião da população pesquisada
Fonte: Pesquisa

Conforme os subsídios provindos do gráfico em foco, observa-se que há a predominância da consideração da importância do voto, isto é, 81% dos cidadãos em exame manifestaram-se pelo crédito. Ou seja, Uma faixa de crédito de ampla margem considera o uso do voto como instrumento de relevância. Já para os restantes 19% dos inquiridos a resposta culminou em descrédito.

O paradoxo anunciado constitui-se em o sufrágio ser considerado importante pela maioria dos pesquisados, no entanto o público predominante na pesquisa exterioriza em números majoritários que não se predisporiam em votar se o voto não fosse obrigatório. O que pressupõe uma cultura “participativa” baseada na chamada “lei do menor esforço”, há uma transferência da responsabilidade na solução dos problemas sociais ao poder institucionalizado, com escassa participação ou uso do considerado principal instrumento democrático, o voto.

A indolência política encontra também correlato na porção atitudinal que Almond e Verba (1963) chamaram de “ineficácia política subjetiva”, ou seja, o sentimento dos indivíduos de que não podem ou não têm capacidade de influir em aspectos essenciais da vida pública (MOISÉS, 1995).

Assim, de antemão, percebe-se que o tipo de atitude que os indivíduos adotam em relação ao processo político tem relação direta com a forma como se percebem enquanto atores políticos. Isto é, os indivíduos tendem a participar mais ou menos de acordo com o seu sentimento pessoal de competência política frente ao sistema político.

Por essa razão, um dos elementos que possibilitam avaliar como as pessoas questionadas estruturam suas opiniões e comportamentos, diz respeito a como elas se percebem enquanto “atores” políticos. Diante disso, faz-se necessário examinar o gráfico subsequente, composto de dados que sondaram a crença em influenciar o sistema político.

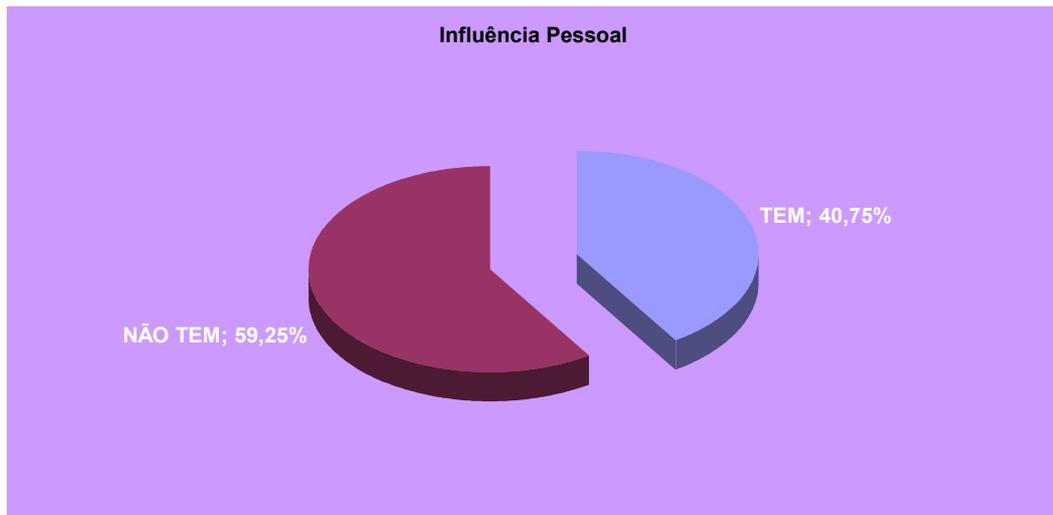


Figura 22 – Influência pessoal, na concepção da população pesquisada
Fonte: Pesquisa

Conforme o constatado por Baquero (2007), desde os estudos e pesquisas iniciais formatadas em 1968, o gaúcho vêm mostrando um comportamento em que mostra não ter poder para influenciar o governo. Visão longitudinal, na qual as pessoas não se percebem como “atores” políticos eficientes e, de acordo com os estudos, é um sentimento que aumenta de pesquisa para pesquisa.

Na em pauta, os índices resultantes da investigação, corroboram o antes já verificado. O percentual de indivíduos que demonstram capacidade ou eficácia política ficou em torno de 40%, frente a quase 60% dos questionados que expressam não ter nenhuma influência no campo político. Assim, passados mais de 20 anos de redemocratização, o cidadão não se percebe como integrante da esfera decisional dos assuntos do seu governo.

3.6 – Comportamento Eleitoral

O objetivo desta seção é o de examinar algumas características que se consideram teórica e analiticamente úteis para a compreensão da forma como se estrutura as crenças e comportamentos que resultam na cultura político-eleitoral do riograndino.

Examina-se, inicialmente, a forma como os riograndinos tendem a decodificar a política eleitoral. Nesse sentido a variante a ser investigada é novamente o voto,

anteriormente pôde ser observado o “apoio genérico” ao sufrágio, que pode ser incluído na dimensão conhecida como apoio difuso¹⁵ de atitudes, fazendo-se necessário avaliar, segundo Baquero e Castro (1996), concomitantemente, a dimensão específica, para que se possa ter um quadro menos distorcido das crenças dos cidadãos.

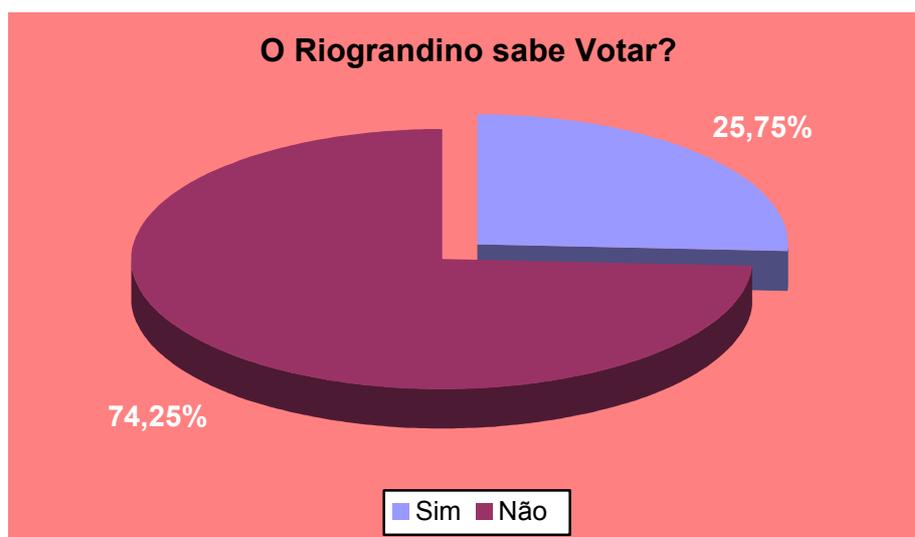


Figura 23 – Opinião sobre como vota o riograndino, conforme os pesquisados
Fonte: Pesquisa

Dessa forma, foi questionado ao público pesquisado se acreditavam na capacidade do povo riograndino em votar, isto é, se o riograndino sabe votar. As respostas ao questionamento são de descrédito, uma moção de desconfiança na coletividade.

Entre os indivíduos pesquisados, 25,75% expressaram que o eleitor riograndino sabe votar, contingente bem inferior a parte restante, ou seja, 74,25% dos pesquisados manifestaram-se negativamente sobre a capacidade do povo votar.

¹⁵ - Dimensões originariamente cunhadas por Easton (1968) referindo-se a legitimidade do sistema: *apoio difuso* seria aquele no qual as pessoas se manifestam de forma genérica em relação ao sistema político como um todo. Não dependeria de ações concretas e específicas de governos, mas seria fruto da crença no sistema. Esse apoio se manifestaria em atitudes relacionadas com as características subjetivas do sistema: participação, eleições periódicas, igualdade entre outras. E o *apoio específico* seria relativo à percepção que os indivíduos têm em relação a políticas concretas, a governos, a governantes ou a sua efetividade, sendo o reflexo das satisfações que o sistema político propiciaria aos indivíduos.

Depois de observada a dimensão instrumental/institucional do voto, parte-se para um aprofundamento do sufrágio na cidade do Rio Grande. Isto é, a motivação do voto, que percepções e atitudes condicionam o comportamento eleitoral.

Para Baquero (2007), o eleitor gaúcho é personalista, comportamento influenciado pela corrosão da base de apoio normativo aos valores e instituições democráticas por parte do cidadão, ou seja, o resultado das pesquisas do autor demonstrou que uma porcentagem expressiva de respondentes não confia nem nos políticos, nem nas instituições políticas. O viés histórico de práticas autoritárias e clientelistas, de instabilidade e de exclusão social são também fatores a ser considerados no condicionamento do comportamento eleitoral do gaúcho.

O enfoque direcionado ao comportamento personalista e simbólico do eleitor também encontra eco em Carreirão (2000), autor que salienta serem muitos os critérios envolvidos na decisão do voto. Um modelo analítico deve no mínimo incluir variáveis como: a imagem política que o eleitor tem dos candidatos e partidos; a avaliação do eleitor sobre o desempenho do governo em exercício; a avaliação do eleitor sobre algumas características pessoais dos candidatos em disputa, especialmente àquelas relativas à capacidade de governar e ao grau de escolaridade do votante. De todas as variáveis, o autor ressalta segundo suas pesquisas, as avaliações que os eleitores fazem do desempenho do governo e das características pessoais do candidato são as mais importantes.

Assim sendo, um dos indicadores empíricos mais sólidos que se referem ao grau de personalismo é o que diz respeito a como os eleitores posicionam-se diante da questão que indaga se na hora de votar é mais importante a figura do candidato ou do partido.

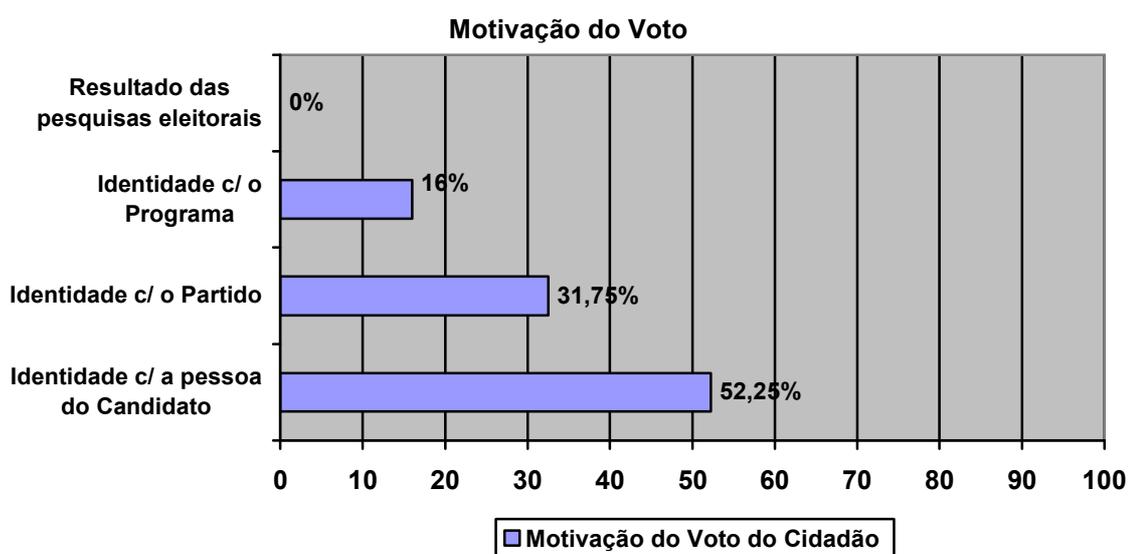


Figura 24 – Motivação para o voto, conforme os entrevistados

Fonte: Pesquisa

De acordo com as informações obtidas pela sondagem, o eleitor riograndino demonstra avaliar como atributo mais importante na hora de votar a pessoa do candidato. Tal conclusão é comprovada pelo índice, que redundou na maioria das respostas, de 52,25% dos inquiridos declararem votar pela pessoa do candidato.

A variável “identidade com o partido” obteve um percentual de 31,75%, constituindo-se no segundo fator motivacional do voto pelo munícipe. Um índice razoavelmente elevado, considerando-se o senso comum nas Ciências Sociais de partidos sem força catalisadora.

A sofisticação política¹⁶ dos eleitores, segundo alguns autores, seria um importante indicativo do comportamento eleitoral. Nesse conceito, o voto motivado pela identidade com o programa aparece como um relevante indicador de refinamento eleitoral. Nessa esteira, 16% dos questionados expressaram votar motivado pela identidade com o programa do candidato. Se se tomar como parâmetro a variável supracitada constatar-se-ia, preliminarmente, um baixo índice de sofisticação política.

Apesar de algumas divergências, a grande maioria dos cientistas sociais orienta-se no sentido da influência das pesquisas eleitorais no comportamento do

¹⁶ - Segundo Castro (1994), a sofisticação política é a variável explicativa que melhor caracterizaria o comportamento eleitoral do brasileiro. Baseada em eleitores interessados em política, orientados pelo voto com identidade programática, entretanto, segundo a autora é a minoria do eleitorado brasileiro.

votante. Todavia, essa premissa não se confirma tendo por base o externado pelos cidadãos pesquisados. Já que nenhum respondente (0%) afirmou ser motivado pelos resultados das pesquisas eleitorais para decidir seu sufrágio.

Nesta seção de análise do comportamento político eleitoral do cidadão riograndino, uma das breves elucidações foi de que a sondagem apontou um indivíduo movido pela identificação com a “figura” pessoal do candidato. Nesse sentido, com o fito de maior exploração da pressuposta personalização eleitoral, passa-se à análise das qualidades pessoais que mais influenciam o voto do cidadão.

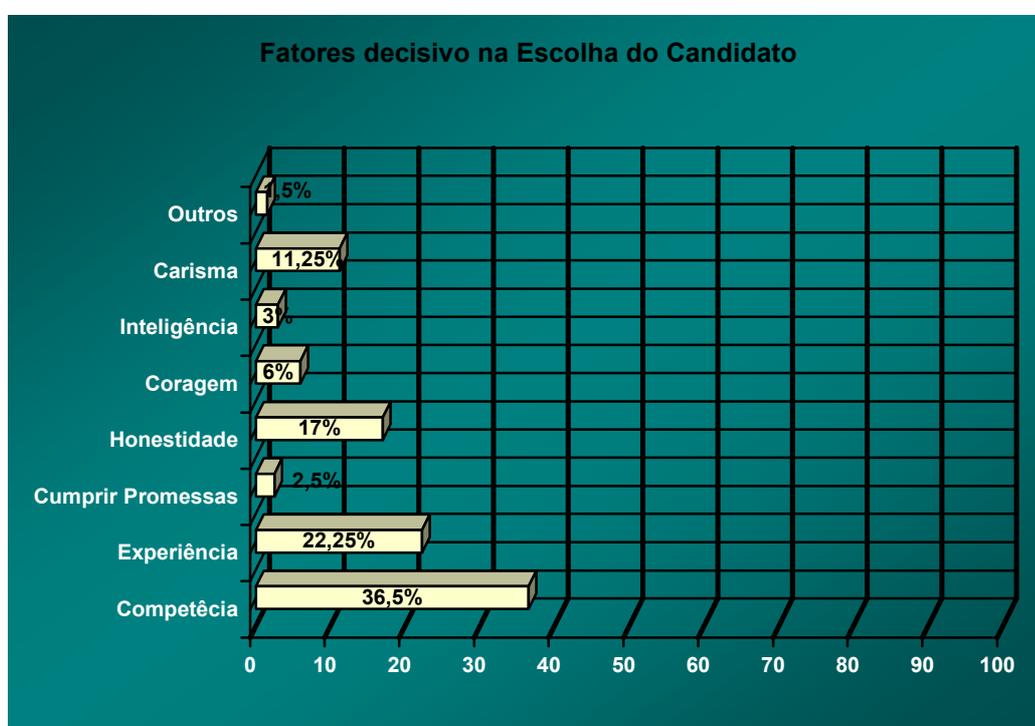


Figura 25 – Fatores decisivos na escolha dos candidatos, conforme a população pesquisada

Fonte: Pesquisa

Foi solicitado aos pesquisados que apontassem quais seriam os três fatores principais na escolha de um candidato. Os resultados mostraram que o candidato precisa ser competente, experiente e honesto, nesta ordem, com base nos dados auferidos pela pesquisa. A variante “competência” sobressai-se sobre as demais, 36,5%, inclusive sobre a perspectiva da “inteligência”, 3%. Contrariando a pressuposição comum de que, “um indivíduo é competente porque é inteligente”. O

que se depreende, trazendo em foco os três últimos pleitos municipais, e principalmente ao cargo de Chefe do Executivo Municipal, é que o “significante competência” transcende o significado, o conceito emitido.

Mesmo admitindo-se a polissemia da palavra e as múltiplas interpretações, parece haver uma convergência ao desempenho, que atinge a vida pessoal e política do candidato.

A segunda variante mais mencionada na sondagem foi a “experiência”, ainda seguindo o exemplo trazido anteriormente, como experiência pode estar entre os três principais fatores decisivos, se nas três últimas eleições à prefeitura riograndino o candidato vencedor não tinha nenhuma ou pouca experiência.

Poder-se-ia argumentar, baseado na biografia dos candidatos, que, no caso do candidato vencedor da eleição de 1996, Wilson Mattos Branco, a sua experiência política resumia-se à liderança da colônia de pescadores Z-1 e a da sua comunidade local, a Ilha da Torotama.

Com a morte súbita do então prefeito Wilson Branco, em meio ao mandato 1996-2000, criou-se uma comoção popular, e abriram-se os debates em torno da sucessão da figura carismática do prefeito falecido. No pleito de 2000, em meio à consternação e a boa aceitação popular ao desempenho administrativo do anterior governo municipal, o candidato Fábio Branco, sobrinho do ex-prefeito foi o vencedor. Sendo que o então prefeito eleito não possuía nenhuma experiência com a política institucionalizada.

Em 2004, houve uma tentativa frustrada de candidatura à reeleição ao governo municipal feita pelo ora Prefeito Fábio Branco. No entanto, a juíza da 163ª Zona Eleitoral, Tatiana Gischkow Golbert, cassou a candidatura, com base em denúncia oferecida pelo Ministério Público Eleitoral, e declarou sua inelegibilidade até 2007. Segundo o Jornal Diário Popular (29 set. 2004):

Conforme a denúncia, o site da prefeitura na Internet teria sido usado em julho para propaganda institucional e pessoal em desacordo com a Lei 9.504/97. Na ocasião, segundo a juíza, ao acessar o site no link 'plano de governo' constava na introdução uma frase do prefeito na qual se comprometia a dar continuidade ao trabalho de seu tio, Wilson Branco, falecido em 2000. No site, de acordo com a Justiça, estavam listados obras, projetos e serviços executados ou em execução, contendo ao lado a logomarca da prefeitura com o carimbo "cumprido". Outro fator que levou a juíza a cassar o registro do prefeito foi o suposto uso de quatro ambulâncias, recentemente adquiridas pelo município, em uma carreata. Os veículos circularam pela cidade com as luzes e sirenes ligadas. Para a juíza, houve a transgressão em dois aspectos no desfile das ambulâncias: desvio de finalidade e realização de propaganda institucional vedada.¹⁷

Malograda a tentativa de reeleição, o então deputado estadual Janir Branco, eleito em 2002, filho de Wilson Branco e primo de Fábio, foi indicado a concorrer ao governo municipal nas eleições de 2004. Pleito ao qual saiu vitorioso com 75% dos votos válidos, segundo dados do TRE/RS. Janir Branco igualmente possui pouca experiência no mundo político, entretanto foi eleito deputado estadual e prefeito da cidade do Rio Grande. A saga familiar continuou nas eleições de 2008: o então prefeito Janir Branco foi reeleito para mais um quadriênio, com ampla margem de quase 20 mil votos. Pelo exposto parece haver uma inconsistência entre determinante decisório do voto do eleitor riograndino e a escolha de candidatos "inexperientes".

Mesmo ficando de fora do tríduo de fatores decisivos da escolha do candidato, a performance carismática do candidato foi lembrada por 11,25% dos questionados. Cabe lembrar que a simpatia ou o carisma é um dos componentes da personalização da política apontados por inúmeros cientistas políticos. A relevância do percentual sobrepujou outras variantes não menos abonatórias do caráter pessoal de um candidato, como a coragem (6%) e o cumprimento de promessas de campanha (2,5%).

Na evolução dos estudos sobre a cultura política gaúcha Baquero (1984; 1994; 1997) identificou pela primeira vez, em 1984, o caráter personalista do eleitor porto-alegrense. Com a continuação das pesquisas e a expansão dos horizontes objetivados o autor pôde constatar que o voto personalista teria se expandido pelo estado do Rio Grande do Sul. E mais, em conjunto com a personificação do voto,

¹⁷ - Para mais informações, consultar: http://srv-net.diariopopular.com.br/29_09_04/tc280902.html.

observou o autor que o sufrágio também se estruturava a partir da valorização de atributos pragmáticos, como a competência administrativa. Ou seja, uma avaliação do eleitor em relação à ação administrativa dos governantes.

Diante disso, analisar-se-á a seguir a percepção dos eleitores riograndinos sobre o desempenho das últimas duas administrações, e observar a consonância dessa avaliação com o personalismo, que implicaria no binômio personificação-pragmatismo.

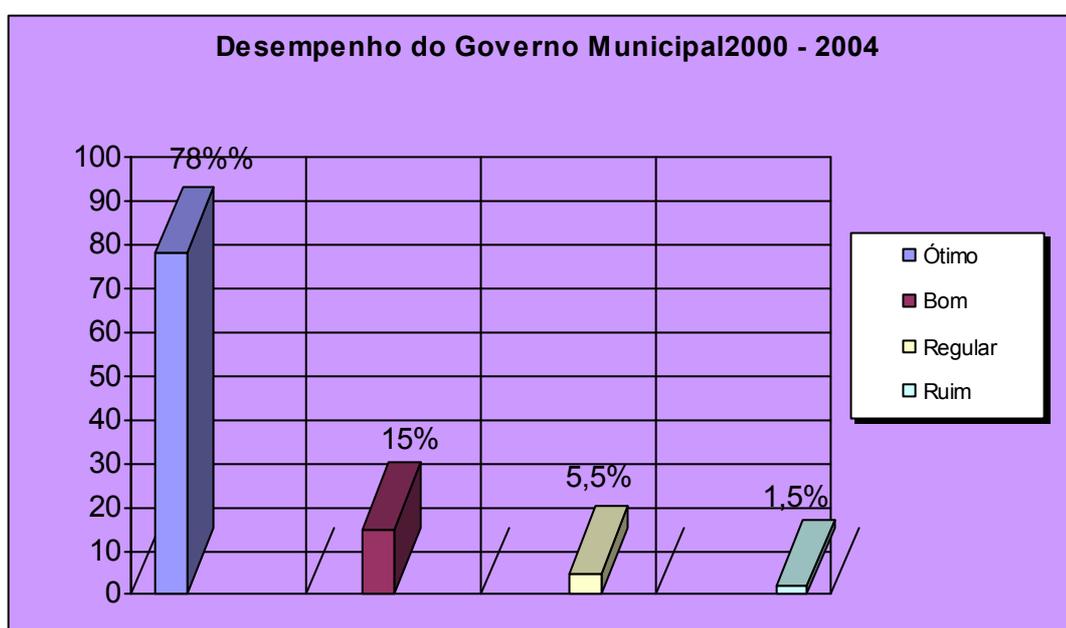


Figura 26 – Desempenho do governo municipal 2001 – 2004, segundo os entrevistados
Fonte: Pesquisa

No primeiro quadriênio em exame, isto é, 2001-2004, os índices conceituais manifestados pela população pesquisada tiveram um alcance de quase 80% dentro da avaliação “ótimo”. Remanescentes 15% dos inquiridos conceituaram o desempenho administrativo como “Bom”. Outros 5,5% dos indivíduos questionados apenas expressaram que o governo municipal obteve um desempenho mediano. Ínfimos e derradeiros 1,5% avaliam negativamente a performance administrativa, externando um conceito “ruim” a máquina do governo municipal.

Passados mais quatro anos, agora sob a batuta do Janir Branco, primo do ex-prefeito, o desempenho da administração pública ainda é avaliado positivamente.

Afirmação que pode ser corroborada tanto pelos elevados índices de aprovação da prestação de serviços públicos, como se viu anteriormente, quanto pela avaliação da gestão administrativa 2005-2008. Os percentuais de aprovação, apesar de reduzirem um pouco, continuam com alto grau de aprovação da gestão municipal dos negócios públicos.

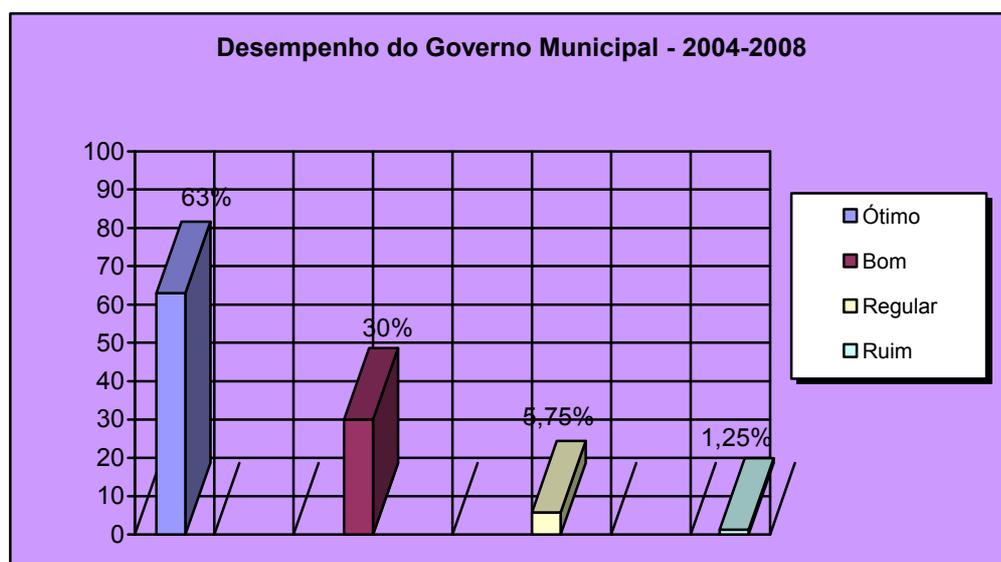


Figura 27 – Desempenho do governo municipal 2005-2008, na avaliação dos entrevistados

Fonte: Pesquisa

Pelo gráfico acima exposto, percebe-se que 63% dos indivíduos aprovaram o desempenho da administração municipal, enquadrando a última gestão com elevadas taxas abonatória de conceito “ótimo”. Embora tenha havido um influxo na conceitualização avaliativa, com a manifestação de 30% dos inquiridos classificando a *performance* administrativa como “boa”, a taxa de aprovação ainda mesmo minorada é significativa.

O percentual de cidadãos que expressaram o conceito “regular” praticamente continuou no mesmo patamar da avaliação do quadriênio anterior, ou seja, por volta dos 5%. Da mesma forma os índices de rejeição, pois apenas 1,25% das opiniões coletadas avaliaram como “ruim” o desempenho da gestão 2005-2008.

Foi averiguado que o eleitor riograndino tende a personalizar o voto, podendo ter como referências padrões de desempenho da gestão administrativa. Contudo, pergunta-se: o eleitor riograndino não possui identificação partidária? A personalização atinge somente a disputa ao cargo do Executivo municipal?

Para começar a responder esses questionamentos, faz-se necessário uma breve análise dos dados sobre a preferência partidária colhidas para a pesquisa em pauta.

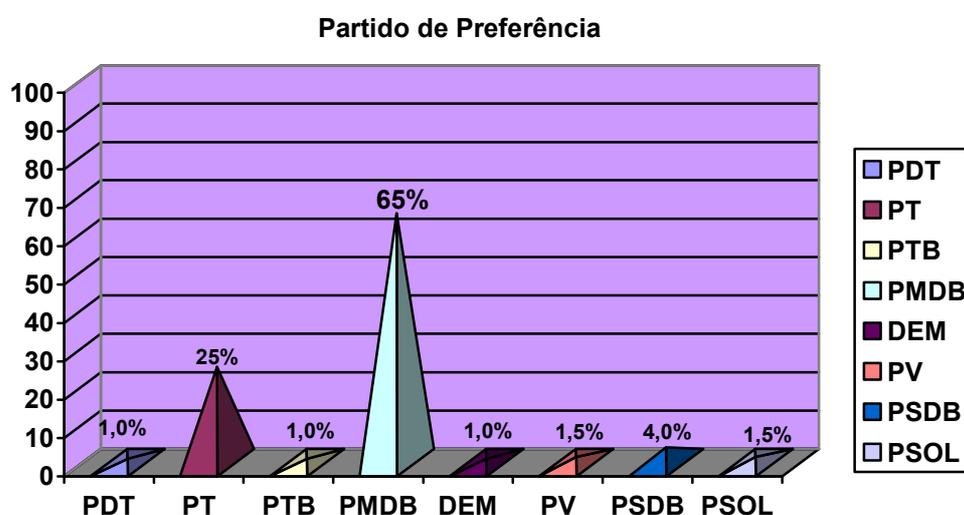


Figura 28 – Partido de preferência, conforme os entrevistados

Fonte: Pesquisa

A pergunta era do tipo aberta, consistindo em indagar o respondente sobre qual a preferência partidária dele. Apenas 8 (oito) partidos foram mencionados pelos pesquisados: PDT; PT; PMDB; DEM; PV; PSDB e PSOL.

Os dados expõem o predomínio absoluto do PMDB, com 65% da preferência do eleitor estudado. Em segundo lugar, aparece o Partido dos Trabalhadores (PT) com 25% de predileção. O PSDB figura com a terceira posição, com 4% dos votos. A “surpresa” fica por conta do Partido Verde (PV) que atingiu 1,5% e do PSOL que obteve os mesmos 1,5%, ambos os partidos ficaram à frente dos tradicionais PDT que auferiu 1% da preferência, PTB igualmente com 1% das escolhas e DEM com iguais 1% da afeição partidária dos munícipes riograndinos respondentes da pesquisa. Lembra-se, no entanto, que PV e PSOL tinham candidato a prefeito nas

eleições de 2008, o que ajudou a serem apontados como “preferidos” para 3% dos entrevistados.

Não há nenhum estranhamento, em se verificar a supremacia da preferência dos cidadãos pesquisados, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Visto que, o espaço da personalização da figura do líder é o partido, não há contra-senso algum entre personalização e preferência partidária. Pelo contrário, parece haver um fluxo bidirecional, o líder sustenta a preferência partidária e essa o sustenta, há uma complementação, são influências recíprocas.

Baquero (1984, p. 72), quando do estudo do fenômeno da personalização na política da capital gaúcha:

É importante ter claro que se considera o personalismo não como um fenômeno independente dos partidos, capaz inclusive de negar essas instituições como mediadoras entre os eleitores e a escolha de representantes. Ao contrário, é um **personalismo que ocorre dentro do partido [...]** (grifo nosso).

E mais, conforme o disposto em dados do TRE/RS sobre as eleições na cidade do Rio Grande para as eleições municipais de 2000; 2004 e 2008, a maioria dos vereadores eleitos naquelas eleições era de partidos formadores da coligação com o PMDB.

Analisada a preferência partidária e suas convergências para a formação do comportamento político eleitoral do cidadão riograndino em exame, proceder-se-á à investigação do fenômeno da reeleição na cidade do Rio Grande. Acontecimento que permite reafirmar o caráter pragmático e personalista do eleitor em foco.

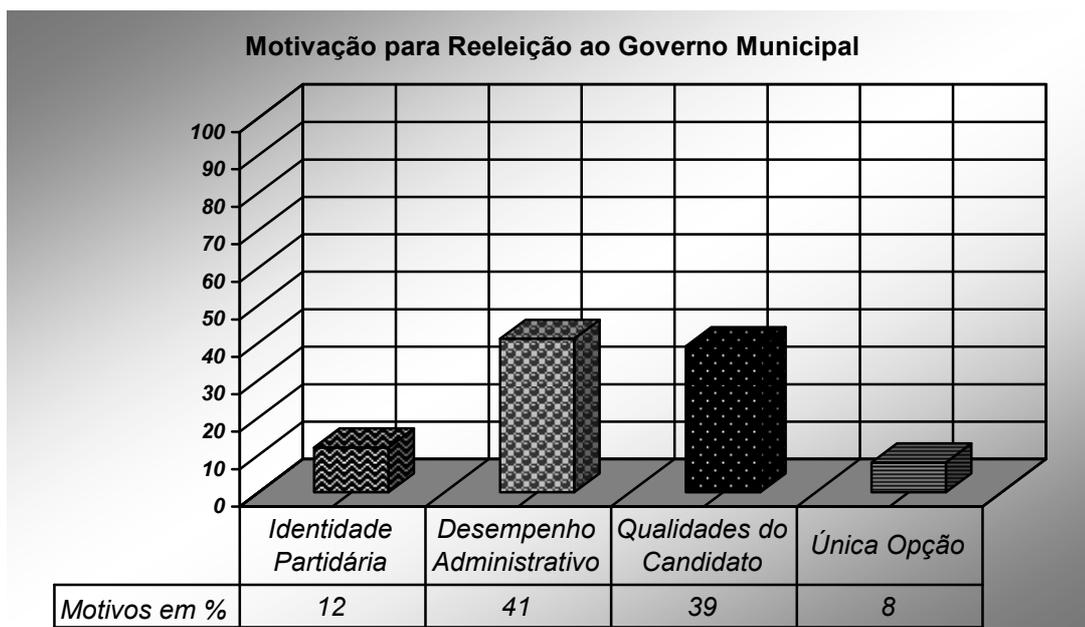


Figura 29 – Motivo para reeleição ao governo municipal, na avaliação dos pesquisados
 Fonte: Pesquisa

Segundo o gráfico em exposição, o cidadão riograndino teve como principal fator de motivação a reeleição o desempenho da administração municipal. Isto é, 41% dos questionados sustentaram que o fator determinante para reeleger um candidato é a satisfatória *performance* administrativa.

Para outros 39%, as qualidades pessoais do candidato à reeleição é o fator catalisador do sufrágio da reeleição. Recordando que já foi examinada quais qualidades pessoais servem de fator decisivo da escolha eleitoral, segundo dados da pesquisa.

A identidade partidária aparece como o quarto fator motivacional (12%) que leva o cidadão a reeleger um candidato. Assim como anteriormente se averiguou, a identidade partidária tanto na eleição, quanto na reeleição é componente comportamental a ser considerado na análise eleitoral.

O eleitor que prega o chamado “voto útil” (8%) preferiu votar no candidato governante ou situacionista porque não vislumbrou melhor opção.

É imperativo ficar claro que reeleição não é a mesma coisa que continuísmo, e a confusão dos termos pelo eleitor médio é um dos principais temores dos contrários ao instrumento da reeleição. (SOUSA, GARCIA e CARVALHO, 1998, p. 131).

Se o discorrido anteriormente estiver no acorde da caracterização da cultura política do riograndino, a inferência imediata seria a tranqüila predição do pleito de 2008. Assim, num ambiente político pragmático, condicionado pelos altos índices de aprovação do desempenho administrativo, personificado em candidatos que simbolizam o espírito do chamado “familismo”, que parece ser a marca da competência. O pleito de 2008 redundaria em reeleição novamente de um integrante da “dinastia Branco”, como se convencionou chamar a mídia impressa local.

Diante disso, inquiriu-se o individuo investigado sobre a sua intenção de voto ao cargo de prefeito do município, questionamento realizado em forma de pergunta aberta, ficando moldado pela resposta espontânea do eleitor.

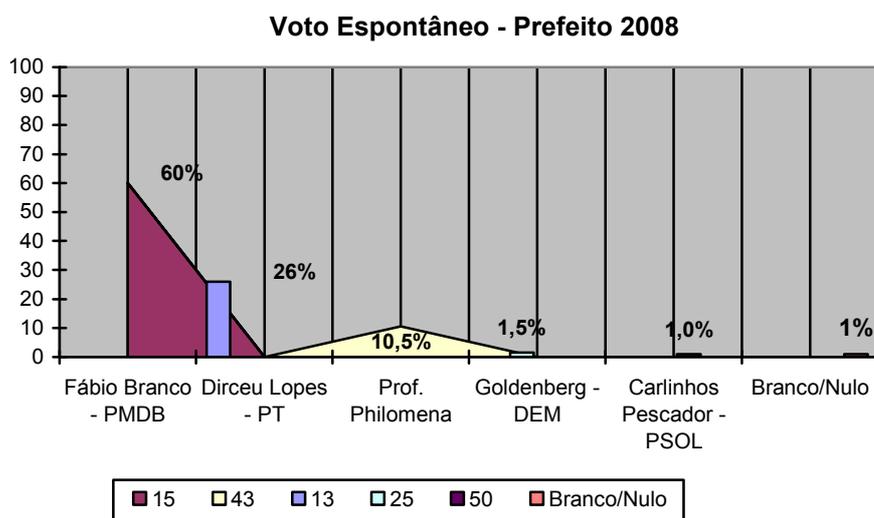


Figura 30 – Intenção de voto para Prefeito dos entrevistados, em 2008

Fonte: Pesquisa

A pesquisa apontou que o candidato Fábio Branco (PMDB), então secretário do atual governo municipal e ex-prefeito, seria o vencedor com 60% dos votos. Em segundo lugar ficaria o candidato petista Dirceu Lopes, com 26% e em terceiro o candidato do partido verde professor Philomena com 10,5% dos sufrágios. O restante dos votos seria distribuído entre os candidatos Goldenberg do DEM (1,5%), Carlinhos Pescador do PSOL (1%), e em brancos/nulos (1%).

Corroborando essa intenção, o resultado oficial divulgado pelo TRE/RS para a cidade do Rio Grande proclamou o candidato pemedebista Fábio Branco o prefeito eleito da cidade do Rio Grande.

Mapeada e analisada em sondagem as percepções, atitudes e comportamentos do cidadão riograndino pelo instrumento de pesquisa em foco. No próximo capítulo analisar-se-á em conjunto os cortes: estrutural, atitudinal e histórico em consonância com a teoria da cultura política escolhida que baliza esse escrito dissertativo.

Capítulo 4

Elementos da Cultura Política do riograndino

A observação dos dados anteriores expôs o resultado da clivagem atitudinal porque passaram os cidadãos respondentes à pesquisa em foco. Ao longo de mais de 25 perguntas fechadas e abertas, o *survey* imposto por meio de formulário, tentou traçar um perfil médio da cultura política do cidadão riograndino.

Em conjunto com os breves relatos sobre a história da sociedade riograndina, onde se centralizou nos aspectos sócio-político-econômicos. Adicionando-se a isso, a dimensão conjuntural em que se ambientou a pesquisa em pauta, encerrou-se dessa forma o aporte empírico-instrumental base dessa dissertação.

Contudo, todo trabalho é margeado por uma dimensão teórica, orientadora e esclarecedora do exame proposto. Desse modo, conforme exposto na parte inicial desse escrito dissertativo, utilizar-se-á a perspectiva de Almond e Verba, diligenciando-se em expurgar as distorções pelos autores encontradas, assim como os ajustes metodológicos propostos por outros autores como Almond/Powell Jr. (1972), Moisés (1995) e Baquero (2007).

Segundo Almond e Verba (1963, p.13), o sentido mais *lato* de cultura política traz em seu aporte um conjunto de orientações políticas, abarcando opiniões, crenças, valores, atitudes e percepções dos cidadãos a cerca de objetos políticos. Seguindo os parâmetro, trata-se de expor as características definidoras da cultura política de um país, onde se analisam atitudes tanto em relação à estrutura, quanto ao processo, os papéis e ao resultado do sistema político.

Os autores (Idem) estabeleceram uma classificação das atitudes em orientações políticas cognitivas, afetivas e avaliativas.

As avaliações subjetivas dos cidadãos em relação ao sistema político podem ser analisadas sob três disposições. A orientação **cognitiva** diz respeito ao conjunto dos conhecimentos e crenças relativas ao funcionamento do sistema político e ao papel dos indivíduos e dos grupos sociais no interior do sistema no qual estão inseridos. A orientação **afetiva** determina os sentimentos que o indivíduo nutre com relação ao sistema político e social. Finalmente, a orientação **avaliativa**, julgamentos e opiniões sobre os objetos políticos, que envolve a combinação de informações, sentimentos e conhecimento sobre o funcionamento do sistema político, consubstanciados em valores que orientam as ações individuais.

Almond e Verba (1963) estabeleceram em sua obra seminal uma classificação estanque, a introdução de uma ou outra variável, em uma ou outra orientação parece não refletir ou sugerir nenhuma outra inter-relação entre as variáveis dispostas. Dessa forma, há a omissão e a desvantagem de que algumas atitudes políticas possam ser ao mesmo tempo afetivas e cognitivas, afetivas e avaliadoras, ou cognitivas e avaliadoras.

Nesse trabalho, ainda que o enquadramento das avaliações subjetivas aprioristicamente estabeleça uma classificação das atitudes políticas, tal predeterminação podem perfeitamente flutuar entre as esferas subjetivas do comportamento. Qualquer limitação ou fixação em contrário seria como delimitar qual influência age no indivíduo, submetendo o indivíduo a pré-determinações engessantes.

Nesse intento, apesar de se seguir a nomenclatura classificatória dos autores pioneiros no que abarca as dimensões subjetivas dos cidadãos, evita-se encerrar as variáveis em um esquema de enquadramento rígido, pois, em contrário, atribuir-se-ia o caráter da independência a cada percepção, indo de encontro ao proposto nos acertos metodológicos propostos.

Assim, optou-se em estabelecer uma definição mais ampla e inter-relacional, que pretende facilitar a análise das variáveis introduzidas pela pesquisa. A seguir, analisam-se as percepções subjetivas no afã de traçar um esboço da cultura política do cidadão riograndino.

4.1 – Orientações Cognitivas

Segundo Almond e Powell (1972, p. 37), orientação cognitiva é o conhecimento sobre como funciona o sistema político, quem são as figuras dirigentes e quais são os problemas correntes de diretrizes. Nessa esteira, os objetos de orientações políticas incluem o sistema político como um todo, papéis ou estruturas particulares. Incluindo o próprio indivíduo como ator político.

Compreendida nessa dimensão subjetiva, apresenta-se a primeira das competências, a *competência pessoal*, subdivida por Almond e Verba. Os autores definem o indivíduo como *politicamente competente* quando este pode, de fato, exercer influência sobre as ações governamentais. E, *subjetivamente* competente quando o indivíduo acredita em sua capacidade de exercer influência, mesmo quando esta não se concretiza de fato. Uma competência enquanto uma orientação em direção ao eu como ator político.

Nessa direção, o cidadão pesquisado demonstra que a sua atuação política resume-se ao sufrágio obrigatório depositado em eleições político-partidárias. Há uma escassez ou uma quase nulidade de participação efetiva. Mesmo que haja uma diversidade de âmbitos associativos ou canais de discussão colocados a estimular a participação do cidadão, o senso de disposição do controle político da *res publicae* permanece inerte.

Há inexpressivos índices de associativismo, de manifestações ou qualquer outra atitude que rompa com a apatia participativa do riograndino em exame. Mas como se falar em participação, se não há interesse? Os dados corroboram um sentimento não somente local, mas nacional. Há a formação de um ciclo vicioso, o afastamento de interesse sobre a condução política, leva cada vez mais a manipulação dos interesses públicos.

O sentimento de incapacidade perante a política institucional ganha o contra fluxo da incompetência de influir nas decisões da administração pública. Há um raciocínio estático, um *status* determinista que o mundo político é moldado pelos interesses das elites, da lógica econômica. Não que tal declaração seja de todo falsa, mas vem sendo falseada para a manutenção dessa apatia.

O sentimento dessa ineficácia é tanto mais alarmante, quando observada a questão “voto”. Para quase metade dos indivíduos pesquisados se o voto não fosse obrigatório, não se disporiam a votar. Mesmo a participação institucionalizada para a

escolha dos representantes parece não interessar muito o munícipe em tela. A escolha de mandatários que interpretem a vontade dos seus correligionários não sustenta o interesse e a participação do riograndino pesquisado.

Ainda que o sujeito em exame reconheça majoritariamente a importância instrumental do voto para o cenário democrático, parece não haver suficiente crença que a democracia como forma possa mudar a democracia como conteúdo. Razões várias existem: miserabilidade social, corrupção, patrimonialismo, nepotismo, privilégios censitários. Uma gama de práticas que se arraigaram na política, na máquina pública, na gestão dos negócios da coletividade que inexoravelmente abrandam ou esmorecem qualquer ímpeto participativo ou de interesse pela política.

Conforme registrados pelos dados colhidos, as demandas ou *inputs* da sociedade tendem a ser discricionariamente entendidas, ou seja, como existe pouca ou nenhuma participação, os *decision makers*¹⁸ se preocupam com os resultados (os *outcomes*) e não necessariamente com os *outputs* (não necessariamente com as políticas públicas). Ou seja, como não há um envolvimento do cidadão na gerência dos negócios públicos, as decisões oficiais obedecem e tendem a obedecer a critérios sem a articulação de interesses dos administrados. Os *outputs* ou benefícios e serviços a comunidade são minimizados ou, em último grau, são dirigidos ao interesse da classe política no poder.

A política em Rio Grande sugere a refletir esse comportamento, tal não é outro sentimento se se atentar que a plataforma política dos últimos governos municipais foi o asfalto. A realidade mostrou que a necessidade de asfalto era premente. Contudo, pavimentou-se metade da cidade sem qualquer controle, um dos exemplos era primeiro pavimentar e depois quiçá fazer esgoto. E mais, os setores da saúde (caótico com o fechamento do Hospital da Beneficência Portuguesa), do transporte (com o monopólio de uma empresa de ônibus para mais de 200 mil habitantes), jamais foram alvo de qualquer deliberação.

O plano empírico dessa dissertação revelou uma crise de autocompetência, sendo que, quanto maior participação, teoricamente tende a aumentar o potencial democrático de um país. Segundo estudos das Ciências Sociais, quanto mais o

¹⁸ - Não há um único significado correspondente literal. Poder-se-ia dizer, e tratando-se do sentido de políticas públicas, que seriam membros da administração pública que têm poder formal ou informal para selecionar ou aprovar a elaboração e aplicação de políticas públicas.

indivíduo acredita na sua capacidade subjetiva de influenciar o governo, mais propenso fica a adotar um comportamento político participativo.

Entretanto, em um cenário de desigualdade sócio-econômica, como se pode depreender da amostra retirada em pesquisa, influenciado por um passado autoritário e paternalista, delineado por práticas escusas como o clientelismo que permanecem até hoje, fica obstrutivo ter um comportamento político que não seja reativo.

Há que se levar em conta, então, que o tipo de atitude que os indivíduos adotam com relação ao processo político tem relação direta com a forma como se percebem enquanto atores políticos. Isto é, os indivíduos tendem a participar mais ou menos de acordo com o seu sentimento pessoal de competência política frente ao sistema político.

A competência política do indivíduo além da percepção como ator político relaciona-se também com a percepção dos indivíduos face ao sistema político. Segundo Cruz (2007, p. 12):

A forma como os indivíduos percebem a interação entre a sociedade e o governo depende de dois fatores: da posição do governo frente à inserção da sociedade no processo político, no presente; e das formas históricas assumidas pela relação entre governo e sociedade. Se os indivíduos possuem uma experiência histórica pautada no autoritarismo, no verticalismo e na centralização das ações tendem a ver com descrença a possibilidade de uma dispersão do poder.

Esse aprendizado prático acarretou uma não-confiança em uma possível modificação das relações de poder, o que acaba por engessar comportamentos e atitudes que seriam fundamentais para uma nova troca entre administrados e administração. Sendo assim, se os cidadãos não crêem que um comportamento mais participativo pode vir a compelir o poder público a uma interação com os cidadãos, não sentirão dispostos a participar, seja de debates, seja de discussões ou qualquer outra forma de atuação que o coloquem em contato com a administração (Idem, p.13).

4.2 – Orientações Afetivas

Os dados coletados pela pesquisa que pauta esse trabalho manifestam o considerável grau da orientação afetiva dos cidadãos riograndinos em relação à *issues* diversos da esfera política.

Os munícipes, além de expressarem ceticismo em relação à política, sentem-se impotentes em interferir ou afetar as decisões políticas locais como se pôde depreender. A baixa auto-estima política dos indivíduos pesquisados, geradora de uma autopercepção de ineficácia frente aos objetos e ao sistema político sugere ser alimentada por uma “racionalidade paternalista” dos cidadãos. Ao mesmo tempo em que o grau de desconfiança no sistema, nos atores e nos seus papéis políticos contribui para elevar a percepção afetiva e personalizar as relações políticas.

Nenhum comportamento, ou melhor, nenhuma orientação subjetiva parece ficar imune a essa “paternalização” da política. O desinteresse pela ação política, pela participação nos desígnios da administração local, a apatia instaurada pode ser um indício dessa racionalidade afetiva.

Na tradição política brasileira está arraigado o modelo paternalista de relacionamentos, a concepção patriarcal da estrutura da sociedade é constatada por muitos teóricos e apresentada como a responsável por essa imagem do Estado como o “grande pai”. Vários ícones políticos podem ser destacados ao longo de vários contextos que se destacam com suas retóricas prerrogativas que abrange algumas gamas da sociedade, agradando-as.

A figura mais notória foi a de Getúlio Vargas, por muitos o maior ícone dessa prática política. Pode-se entender a racionalidade paternalista como uma reflexão em grilhões, alimentada pela estrutura e realimentada pelas disposições individuais do cidadão comum. Essa prática tende a se manifestar sob a orientação para o bem-estar dos cidadãos e do povo excluindo direta e/ou indiretamente a participação, o que configura uma política autoritária, pois impeditiva de romper o ciclo de apatia. Por que participar ou me interessar, se o Estado resolve?

Uma dominação causada não pela força coercitiva presente no monopólio da violência legítima, mas sim pela presença das práticas benevolentes do paternalismo que impede o aparecimento de movimentos dos cidadãos.

O cidadão pode ser tentado a desistir ou, pelo menos, ter seu ânimo de ação abrandado pelo sentimento paternal que nutre com relação ao sistema político local.

Vestígios dessa afetividade podem ser explicitamente amparados pelos dados empíricos coletados.

O paternalismo instalado em Rio Grande, portanto, é mais simbólico, abstrato, no qual a confluência de políticas federais ajudou a manter a lógica da cultura política local. A racionalidade na cidade é decorrente menos de práticas sociais, e mais da figura da ética mimetizada em laços familiares. O que se pode traduzir em não confiar no sistema, mas sim em figuras que representem fazer parte do institucional. Assim, cresce a afetividade na pessoa e não no candidato, orienta-se inicialmente no espaço político pela representação do provedor, do benevolente. Tal não é de outro modo o que se sucede no município do Rio Grande.

Segundo a pesquisa, o eleitor riograndino tem como motivo principal do seu voto a identidade com a figura pessoal do candidato, a história recente corrobora essa percepção. Nos quase últimos 15 anos, a ascendência de lideranças pessoais sobre os partidos políticos imprimiu um caráter personalista à política da cidade do Rio Grande, configurando-se no município uma política marcada por uma matriz histórico-estrutural alheia à participação política popular relegando os partidos políticos a um papel secundário.

Inquiridos sobre quais fatores decisivos influem na escolha dos candidatos, por ordem percentual aparecem: a competência, a experiência e a honestidade. Como já foi visto, a variável “experiência” soa incoerente se aplicada à política local, pois dos quatro últimos prefeitos quase todos não possuem nenhuma experiência governativa ou política de grande relevância.

A variável “carisma” que surge na quarta posição, seria uma presença pouco relevante, não fosse o questionamento tratar-se de uma pergunta de tipo aberto. Onde não existe nenhuma predeterminação de alternativas fixadas ao respondente, assim fosse, considerar ou atribuir um valor a pergunta feita, as interrogações do tipo aberta mereceriam uma maior valia, vide o grau de liberdade subjetiva na escolha da resposta.

A conexão da afetividade do riograndino com o sistema e os papéis nele desempenhados reflete-se assim na personalização da política municipal. Já se sabe que a principal motivação ao sufrágio é a identificação com a pessoa do candidato. O fator personalização ainda é recorrente na motivação do eleitor à reeleição, onde grande parte do eleitorado argumenta que “as qualidades pessoais

do candidato” é uma das características decisivas a continuidade do mandatário, ou seja, a sua reeleição.

A pesquisa aponta que a maioria dos pesquisados é desinformada e não tem opinião sobre as grandes questões do debate político, além do que, “[...] tende a atribuir a seus candidatos as qualidades que mais lhe agradam e as opiniões que eventualmente tem quanto a *issues* diversos [...]” (CASTRO, 1994, p. 180). Ainda segundo a autora, o comportamento do eleitor refletiria suas percepções do sistema e dos atores do sistema, ou seja, o eleitorado votaria em imagens dos candidatos, projeções difusas e vagas provocadas pela pouco grau de sofisticação política do eleitor.

O pressuposto *culturalista* estabelece que as normas e os valores tenham importância decisiva para o funcionamento das instituições políticas. Neste sentido, a relação de causalidade – teoricamente estabelecida – entre as atitudes frente ao sistema político e social, e o próprio funcionamento de instituições leva-nos a esperar que níveis mais altos de adesão *afetiva* aumentem as chances de sobrevivência de um determinado sistema político e social, não sendo outra coisa o que acontece em Rio Grande.

Outro traço que reforça a dimensão afetiva na “racionalidade” do pesquisado é a rareada confiança nas instituições. Esses indicadores de desconfiança institucional convergem com resultados de pesquisas realizadas no âmbito da América Latina que constata a existência de uma cultura política híbrida e contraditória, na qual convivem elementos autoritários e democráticos. Dessa forma, as instituições democráticas são permeadas por uma cultura política orientada pelo individualismo, passividade, indiferença e desconfiança, que para alguns autores mantém a democracia em um estado permanente de instabilidade (BAQUERO, 2000). Diante da desconfiança em relação aos partidos políticos, os cidadãos se afastam da esfera política, refletindo em baixos índices de participação.

4.3 – Orientações Avaliativas

A competência avaliativa do munícipe obedece a critérios distintos, quando o assunto é avaliar a política como um todo, um sistema, ou por objetos políticos em espécie.

Nessa direção, tem-se que frisar o papel fundamental da confiança dos indivíduos em suas instituições. Para Baquero (1998), os índices de confiança institucional é um dos assuntos mais discutidos no meio da Ciência Política, considerados por muitos estudiosos como um importante fator de instabilidade política.

Moisés (2006) e Baquero (1998) são categóricos ao afirmarem e reafirmarem o paradoxo do jogo democrático brasileiro. Os cidadãos são adeptos e dão suporte à democracia como orientadora dos parâmetros políticos, contudo as instituições do Estado e seus operadores, responsáveis por instrumentalizar o conteúdo democrático despertam um sentimento generalizado de desconfiança.

Uma das explicações para o presente paradoxo democrático pode ser encontrada no referencial teórico de David Easton (1968), conforme foi analisado anteriormente. Dividindo o suporte ao sistema político em difuso e específico, ou seja, os indivíduos podem apoiar os valores, os princípios mais abstratos que representam a Democracia. Todavia, há a rejeição do procedimental, da dimensão instrumental do jogo democrático, através de percepções avaliativas e concretas sobre o funcionamento da Democracia.

Assim, apesar de os indivíduos comungarem de valores e sentimentos de aprovação à Democracia, não necessariamente há a obrigação de avaliar da mesma forma em relação às situações conjunturais. Decorre que um baixo suporte específico, pode coabitar com um sentimento de suporte difuso elevado.

Segundo Easton (1968), essas percepções aparentemente paradoxais são plenamente possíveis, pois as dimensões de apoio ao sistema político são construídas de forma diferenciadas pelos indivíduos. A dimensão conjuntural que embasa o apoio específico ao sistema é moldada pelo contexto, se faz volúvel na direção dos acontecimentos presentes na vida cotidiana dos indivíduos. Já o suporte difuso seria constituído por um longo processo de socialização, aparentemente imune às avaliações e não afetado diretamente pelas avaliações negativas da competência administrativa dos governos que se alternam no poder.

Almond e Verba (1989) igualmente discutem em suas análises revisitadas, os parâmetros diferentes que sustentam o processo de socialização com elementos prolongados – que perduram por toda a vida, e os que são o resultado de avaliações conjunturais acerca de processos e instituições concretas. Como discorrido nos capítulos preliminares, apesar do reconhecimento e da importância dos processos

de socialização, optou-se por construir o aporte teórico com base na reconstituição histórico-estrutural.

A importância teórica de David Easton (1968) para o presente trabalho perpassa o fator de suprir subsídios para a compreensão do paradoxo da democracia verificado no Brasil por muitos cientistas políticos. Com essa formulação do apoio ao sistema político o autor consegue coadunar as perspectivas que até então parecem dissonantes, a culturalista e a institucionalista nos estudos sobre a cultura política.

De acordo com Moisés (2006), definindo-se a dimensão específico-avaliativa com integrante da cultura política, introduz-se no paradigma explicativo culturalista a necessidade de análise do desempenho institucional, e a atuação dos operadores do sistema político. Como pode se depreender atingindo diretamente as percepções subjetivas dos cidadãos, o funcionamento concreto das instituições reais e o comportamento dos seus operadores passa, assim, a ocupar lugar importante no programa de pesquisas culturalista.

Nesse sentido, os dados coletados pela pesquisa se fazem elucidativos. O nível de confiança institucional dos cidadãos riograndino, conforme apresentado anteriormente, quase sempre atribui um valor de descrédito aquelas estruturas. Apenas as variáveis “cientistas e professores”, “igrejas” e “rádio/TV” mostraram-se dignas da confiança do eleitor riograndino, em um universo de oito variáveis em observação.

Particularmente na questão dos canais de informação, a questão merece maiores considerações. O cidadão exposto pela pesquisa em foco faz da TV principalmente (e do rádio, em menor escala) os seus principais canais de informação. A televisão desde algumas décadas vem sendo estudada em suas relações com a política, sobretudo a questão do marketing político e a influência da linha editorial televisiva nos rumos da política eleitoral. Inegável o papel político vigoroso da televisão no funcionamento da democracia ao restringir ou não as interpretações que circulam na sociedade.

Para Porto (2007), o conteúdo de mídia recebido pela audiência é fator determinante para a qualidade da democracia no país. Algo como afirmar a pluralidade de marcos interpretativos como pré-condição para o estabelecimento de uma opinião pública consistente e plural.

A televisão pelo marketing estabelece quem é o bom, quem é o mau, constrói personalidades e personificações na política. A imprensa riograndina não cansa de propalar que as eleições dos candidatos peemedebistas basearam-se na propaganda da personificação do falecido ex-prefeito Wilson Mattos Branco em seus parentes candidatos ao Legislativo e ao Executivo Municipal.

A situação das transmissões radiofônicas traz uma peculiaridade muitos dos vereadores atuais ou de legislaturas recentes estão ou estiveram envolvidos diretamente com as estações locais. Alguns dos edis possuem programas nas rádios locais, em que fazem do assistencialismo a plataforma para os altos índices de ouvintes.

O que os indivíduos conhecem do sistema é o que é divulgado na televisão e no rádio, sendo a mídia (in)formadora de opinião. Pode-se concluir que como canais informativos, televisão e rádio contribuem em muito para as percepções do riograndino sobre o sistema. Levando-se em conta ainda, como apontado pela pesquisa, mais da metade da população escuta ou assiste a noticiário sobre política. O que se pode levar a presumir a relação entre o poder da mídia local e a formação das percepções do cidadão, incluindo seu sentido avaliativo.

Direcionando o julgamento dos indivíduos pesquisados a respeito do político brasileiro, nota-se a cristalização do senso comum sobre os agentes políticos em geral.

Inquiridos sobre quais seriam os interesses do político brasileiro, o cidadão em exame externou uma desabonadora opinião sobre os agentes políticos, a maioria dos respondentes firma uma imagem de descrédito. O político, segundo a crença, internalizada, corresponderia à figura do manipulador, do sujeito que somente visa se locupletar com o dinheiro público.

Quando a avaliação recai sobre os políticos locais, o juízo crítico do cidadão riograndino não sofre alteração relevante, mantendo o padrão avaliativo, ou seja, os munícipes ainda enxergam os candidatos, tanto ao Executivo municipal, quanto à Câmara de Vereadores como indivíduos egocêntricos, adoradores do patrimonialismo, interesseiros e não interessados com os seus representados.

Contudo, o padrão avaliativo muda, quando a ponderação é realizada acerca do indivíduo, é como se o cidadão médio apartasse o indivíduo do cargo. O eleitor projetaria através da personalização política o melhor indivíduo dentre toda uma gama de agentes políticos.

Nessa análise, as representações de Easton (1968), sobre o apoio ao sistema novamente vêm ao encontro do quadro que se discorre. Há uma diferença entre o apoio difuso dos cidadãos e o apoio específico dos mesmos. Difusamente as avaliações sobre o sistema ganham contornos estigmatizados, desabono, descrédito e desconfiança, sobre tudo e sobre todos. Especificamente, principalmente na gestão e condução dos negócios públicos pelo Executivo Municipal o padrão de análise e o juízo crítico mudam. Primeiro, os cidadãos em exame parecem dissociar o cargo ocupado, o agente político, dos indivíduos ocupantes desse cargo. O que poderia ser o resultado do elevado grau de personalização dos eleitores riograndinos auferidos pela pesquisa em tela. Em uma análise mais extremada desse fenômeno poderia se concluir que se votaria no candidato, no que ele simboliza e não em seu partido, ou na plataforma política que aquele representa.

Baquero (2007), em seus estudos sobre a “Lógica do Processo Eleitoral”, conclui que os cidadãos parecem indicar a valorização da imagem do candidato como aspecto de avaliação do voto, estruturado a partir da valorização de atributos pragmáticos, como a competência administrativa.

Analisando-se a eficiência dos serviços públicos oferecidos em Rio Grande, pela população pesquisada, a conclusão de Baquero (2007) parecer encontrar eco na pesquisa em pauta. Os pesquisados, ao julgarem os serviços públicos municipais, despenderam conceitos prestigiosos, apesar de todas as dificuldades e óbices apresentados na conjuntura da pesquisa, o juízo do munícipe abona a condução da Administração Municipal de forma pragmática.

Unindo-se a esses dados auferidos pela pesquisa, outros subsídios do plano empírico podem corroborar o suscitado caráter personalista-pragmático apontado pelo autor. Os cidadãos em exame foram inquiridos sobre o desempenho do governo municipal em dois períodos distintos: 2001-2004 e 2005-2008. Com ampla maioria, os resultados apontam para conceitos que implicam em um sucesso da administração municipal. Com pequena variação nos índices, as respostas giraram majoritariamente em torno dos conceitos “ótimo” e “bom”.

Se somarem-se quais os motivos determinam a reeleição para o cidadão do município, a outros já discorridos, podemos concluir firmemente pela importância da análise do componente personalista e pragmático, na cultura política do riograndino em foco.

Ao serem inquiridos acerca da reeleição, as respostas dos indivíduos pesquisados posicionam-se em torno de duas considerações. A decisão de reeleger um candidato tem como fundamento os critérios de desempenho administrativos cumulado com as qualidades pessoais do candidato.

Por derradeiro, deve-se considerar que a pesquisa além de verificar baixos níveis de confiança subjetiva, também identificou diminutos índices de confiança interpessoal, segundo os teóricos da cultura política, essa variável é apontada como importante componente de uma configuração sócio-cultural que favorece tanto o estabelecimento quanto a estabilidade de democracias.

Segundo Banfield apud Ribeiro (2008) existe um familismo amoral.

Neste padrão de comportamento, os indivíduos, diante dos dilemas que envolvem as ações coletivas, optam por se voltar para o interior das unidades familiares, negando-se a manter todo e qualquer contato mais duradouro com elementos externos a esta esfera. Diante da falta de confiança mútua, acabam optando pela realização de seus interesses privados e imediatos, mesmo diante da possibilidade de lucrar muito mais aderindo a um projeto coletivo. Na América Latina como um todo e, especialmente, no Brasil, esta opção pelo privatismo é explicitada com o despontar de inúmeras iniciativas particulares, sobretudo no campo da segurança patrimonial. Incapazes de confiarem nos seus pares e também descrentes com relação à ação efetiva dos órgãos oficiais, cada vez mais os indivíduos têm lançado mão de expedientes autônomos que possam salvaguardar seus interesses e de sua família.

Em Rio Grande, a pesquisa expôs o quadro rareado de associativismo, ou de ação coletiva desenvolvida pelos pesquisados. Há um nível baixo de confiança interpessoal que impede maiores contatos entre os cidadãos do município. O que domina no sentimento dos cidadãos em exame em predomínio absoluto é o não associativismo. Dispondo dessa forma o indivíduo fecha-se em um individualismo asfixiante, privatiza as relações com a esfera política, cedendo espaços as práticas clientelistas.

Diante desse quadro de desconfiança generalizada, tanto em nível institucional, quanto interpessoal, o julgamento dos indivíduos como atores políticos, como partes de um sistema, tendem a obedecer a uma lógica pragmática, moldada pela imagem “vendida” que vem a instrumentalizar a personalização das relações políticas.

Conclusão

A dissertação em relevo, utilizando-se da abordagem culturalista, observou a cultura política como o conjunto de atitudes, normas, crenças e valores políticos partilhados pela maioria dos membros de uma determinada sociedade ou nação. Somando-se a essas orientações objetivas, a conformação do sistema político e o conjunto estrutural-institucional de um Estado, perfazem o que os pioneiros definiram como cultura política.

Pela definição exposta e pelo referencial teórico até então aqui utilizados, percebe-se a filiação desse escrito aos ditames teóricos preliminares de Almond e Verba (1963). Não olvidando que, dentre as inúmeras correntes de observação da Teoria da Cultura Política, a perspectiva culturalista, que serve de fundamento teórico a essa dissertação, foi a mais criticada.

Nesse sentido, tentou-se expurgar as falhas metodológicas encontradas e reconhecidas por Almond e Verba (1989) e seus seguidores nacionais e internacionais. O que se pretendeu destacar é que pode ser construído ou ao menos considerado, um outro tipo de saber na análise do fenômeno social. Mais do que procurar em raciocínios materiais-tecnocráticos as causas de comportamentos e atitudes, existe uma esfera da vida social não tão visível quanto às relações econômicas ou as instituições políticas. Há um sentido de percepções e diretrizes políticas subjetivas partilhadas pelos cidadãos, que tem uma relevância bastante acentuada.

Com base nesse suporte teórico, é fundamental destacar a importância dos valores culturais na análise do comportamento e das atitudes políticas, referenciando aspectos histórico-estruturais e institucionais que compõe o sistema

político riograndino, na intenção de proporcionar a sondagem da cultura política da cidade do Rio Grande.

Através do instrumento clássico de averiguação empírica da cultura política, o *survey*, baseando-se em questionários propostos pelo *World Values Survey*, assim como um roteiro de perguntas extraído da obra seminal de Almond e Verba, foi-se a campo na cidade do Rio Grande. Por meio de um formulário composto de 26 perguntas, abertas e fechadas, obteve-se um conjunto de dados que pretendem revelar os traços da cultura política riograndina.

De acordo com os subsídios extraídos da pesquisa, pôde-se caracterizar o cidadão pesquisado. O cidadão-médio em exame apresenta-se como sendo um indivíduo de classe média baixa, com nível de instrução entre o ensino fundamental incompleto e o completo, de ocupação formal de trabalho (empregado), ligados aos setores terciários e secundários, com idade variando entre os 20 e 30 anos.

No que tange ao quadro histórico-econômico, revela-se uma cidade forjada para o comércio; manufaturadora e exportadora dos produtos primários da agropecuária gaúcha. De pólo da civilização gaúcha ao esquecimento, da pujança ao sucateamento da economia nos anos 1980. Quadro desfavorável que começou a ser revertido na primeira década dos anos 2000, com sólidos investimentos no complexo industrial-portuário, e o alavancamento da economia da cidade como um dos maiores PIBs do estado do Rio Grande do Sul.

No panorama sócio-político do Rio Grande, a cidade assim como o estado gaúcho, foi perpassada em seu histórico pela presença dos líderes caudilhos, dos mandonismos, das práticas fisiológicas e de toda sorte de práticas clientelistas e paternalistas.

Na cena hodierna, aquela velha praxe política, que segundo os historiadores políticos arrefeceu, mas não desapareceu, tem seu continuísmo. Deram-se novas roupagens, atribuíram-se outros estilos, surgiram novos personagens, substituíram a força e o poder econômico pela persuasão da imagem carismática.

Delineado por essas perspectivas sócio, econômica, político e histórica, margeando-se pelos contornos da conjuntura atual tem-se um município participativamente apático, com pouco espírito associativo e conseqüente baixo nível de capital social.

Os dados expressos pela pesquisa sugerem uma cultura política pouco participativa, sendo o voto obrigatório, e por esse imperativo o principal canal de

participação. Excluído a esfera institucional forçosa, resta pouco associativismo entre os cidadãos pesquisados, e por conseqüente um escasso componente de confiança interpessoal.

Percebe-se, dessa forma, um rareado sentimento de competência política e de eficácia política, conceitos que se referem ao sentimento de competência e de vontade política para influenciar e participar no processos decisórios.

Enlaçada ao comportamento participativo diminuto aparece o quadro de desconfiança institucional generalizada. A cultura política riograndina demonstra um déficit participativo, que indica a tendência de crise na confiança, tanto nas políticas institucionais, quanto nos seus políticos. Genericamente assim corroboram as informações exaradas pela sondagem em plano, o riograndino explicita graus elevados de desconfiança nas instituições e sua burocracia, assim como na representação do político.

Conclui-se que os déficits de participação sofrem a influência do funcionamento deficiente das instituições convencionais da democracia representativa, que produzem nos cidadãos percepções de desconfiança em relação à política em geral. Por outro lado, essa apatia participativa leva à formação de um ciclo vicioso: em não se fiscalizando a atuação dessas instituições e das políticas públicas por ela formuladas ou executadas, nem de seus gestores, aquelas instituições tendem a manter o padrão deficitário de funcionamento. E, por conseguinte, incutir mais desconfiança nas percepções dos cidadãos em relação à esfera institucional da política.

Não se deve olvidar que o comportamento institucional do estado é perpassado por uma história de elementos autoritários ou desfavoráveis ao estabelecimento de relações políticas pautadas pela horizontalidade. Este fato parece estar bem presente na sociedade brasileira, principalmente levando-se em conta que sua estrutura organizacional é marcada por práticas autoritárias e centralizadoras que teimam em persistir, apesar dos avanços no processo de consolidação da democracia brasileira.

Autoritarismo que fomentou um comportamento político personalista, instigado por uma base paternalista. Os registros expostos pela pesquisa corroboram essa perspectiva histórica, revelando o cidadão riograndino como um indivíduo motivado pela imagem, que usufrui de uma racionalidade de sentimentos paternais.

Essa denominada racionalidade paternalista gera um processo contraditório. Abstratamente não nutre o indivíduo pesquisado nenhum tipo de confiança ou apoio às instituições e aos políticos em geral. Contudo, em âmbito local, específico o apoio ao sistema político local e as políticas públicas ganham dimensões antes não constatadas. Conforme os dados da investigação realizada, os munícipes não somente apóiam o desempenho dos últimos governos locais, como avaliam positivamente os serviços públicos prestados em âmbito municipal.

Os cidadãos riograndinos em exame parecem indicar a valorização da imagem do político, e inclui-se esse aspecto como também motivador ou decisório do voto. Decisão essa que indica ser estruturada a partir da valorização de atributos pragmáticos, que em Rio Grande aponta ser a competência administrativa.

O olhar pragmático que fundamenta a capacidade motivacional do cidadão riograndino, conforme indica a pesquisa, está sustentado pelas avaliações positivas do desempenho dos governos locais em dois períodos. O comportamento prático desempenhado pela esfera municipal aparenta ser um dos trunfos da continuidade dos governos situacionistas quando das (re)eleições municipais.

Pelo panorama discorrido, pode-se inferir que a cultura política na cidade do Rio Grande, em sondagem pela pesquisa empírica realizada, mostra-se pouco participativa, desinformada, personalista de estruturação pragmática, cética e fragmentada. Apresentando um quadro avaliativo diferente quando se esta sob a ótica geral e específica, ou local.

Disposições essas que aconteceriam quando conhecimentos, sentimentos e avaliações estariam voltados para o sistema político incumbido das decisões. De tendência passiva, corresponderia a cultura política, segundo Almond e Verba (1963), típica de regimes autoritários.

Em Rio Grande, e a despeito dos óbices do enquadramento puro, classificou-se nessa dissertação a cultura política como sendo uma clivagem, do tipo subjetiva-pragmática.

Apesar de ser este tipo característico dos estados autoritários, e levando-se em consideração que nosso sistema político vive sob a égide de um regime democrático, certos valores e tradições ainda permanecem transpassando nossas percepções e orientando nossos comportamentos frente ao sistema político e a nossa atuação individual. Outro resultado parece não ser diferente do que foi constatado através da pesquisa, instrumento dessa dissertação.

Por derradeiro, necessita-se salientar que, mais do que buscar a mútua determinação entre os elementos institucionais e subjetivos, buscou-se centrar-se na intersecção dos elementos e, assim, radiografar a cultura política local. Esse foi o mote desse trabalho que almeja ser o início de outras investigações sobre a cultura política da cidade que iniciou a civilização gaúcha.

Referências

- AGORA. Rio Grande. Disponível em: <http://www.jornalagora.com.br/>.
- ALMOND, Gabriel / VERBA, Sidney. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five Nations*. Boston: Little Brown, 1963.
- _____. *The Civic Culture Revisited*. Newbury Park: Sage, 1989.
- ALMOND, Gabriel / POWELL JR, Bingham. *Uma teoria da Política Comparada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- APPOLINARIO, Fabio. *Dicionário de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISAS. Critério Brasil. Disponível em: <http://www.abep.org/>.
- BAQUERO, Marcello (Org.). Paradigma de Converse: sistemas de crenças e o processo eleitoral em 1982 em Porto Alegre-RS. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Porto Alegre: UFRGS, v. 13, 1985.
- _____. Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: estado e partidos políticos. In: Idem. *Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- _____. Novos padrões de comportamento eleitoral: pragmatismo nas eleições municipais de 1996 em Porto Alegre. In: Idem. (Org.). *A Lógica do processo eleitoral em tempos modernos: novas perspectivas de análise*. Porto Alegre: UFRGS; Canoas: Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1997.
- _____. A desconfiança como fator de instabilidade política na América Latina. BAQUERO, Marcello / CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira / GONZÁLEZ STUMPF, Rodrigo. *A Construção Democrática na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Porto Alegre: UFRGS. 1998a.
- _____. Partidos e cultura política na América Latina: uma combinação de instabilidade política? In: BAQUERO, M. (Org.). *Desafios da democratização na*

América Latina: debates sobre cultura política. Porto Alegre: UFRGS; Canoas: Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1999.

_____. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

_____. Democracia, cultura e comportamento eleitoral: uma análise da situação brasileira. Paper apresentado no *Seminário: Democracia: teoria e prática*. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 20-22 de setembro de 2001a.

_____. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*. , São Paulo, v. 15, n. 4, 2001b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 jan. 2008.

BAQUERO, Marcello et al. *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2007a.

BAQUERO, Marcello (Org.). *Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2007b.

BAQUERO, Marcello / CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira. A erosão das bases democráticas: um estudo de cultura política. In: BAQUERO, M. (Org.). *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

BRUNNER et al. *Conocimiento, sociedad y política*. Santiago, Flacso, 1993, p. 9-15.

CARREIRÃO, Yan. *A decisão do voto nas eleições presidenciais no Brasil (1989 a 1998): a importância do voto por avaliação de desempenho*. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo, 2000. USP.

_____. *Identificação ideológica e voto para presidente*. Paper apresentado no *Seminário internacional de Ciência Política*. Porto Alegre, UFRGS, 2002.

CASTRO, Henrique Carlos de. *Cultura política, democracia e hegemonia. Uma tentativa de explicação do comportamento político não-democrático*. 2000. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=secao&id=3>. Acesso em: 20 jan. 2008.

CHEVALLIER, J. *As grandes obras políticas. De Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981.

CONVERSE, Philippe E. The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, David E. (Org). *Ideology and discontent*. New York, The Free Press, 1975.

CRUZ, Gisele dos Reis. *Gestão Pública Democrática: o papel da cultura política na reconfiguração do Estado*. In: Anais do Simpósio IV Simpósio Nacional Estado e Poder: os intelectuais. São Luís: 2007.

DIÁRIO POPULAR. Pelotas. Disponível em: <http://www.diariopopular.com.br/site/content/home/>.

EASTON, David. *Uma teoria da análise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Rio de Janeiro / Porto Alegre / São Paulo: Globo, 1979.

FIGUEIREDO, M. *A decisão do voto: (democracia e racionalidade)*. São Paulo: Sumaré; Anpocs, 1991.

FUKS, Mario et al. Political culture and inequality: the case of municipal councils in Curitiba. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, (21), 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 fev. 2008.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 2ed. São Paulo: Atlas, 1990.

GONZÁLES, Maria Victoria Espiñeira et al. *Repensando as Categorias Cultura Política e participação*. 2006 Disponível em: <http://www.seminariopolitica.t5.com.br/docs/Papers/ST112.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2008.

IBGE (2001) Censo demográfico brasileiro de 2000.

IBGE (2008) Censo demográfico brasileiro de 2008.

INGLEHART, R. *Modernization and postmodernization: cultural, economic, and political change in 43 societies*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

KRISCHKE, Paulo J. Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática In: ABRAMO, Helena W. (Org.) *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

KUSCHNIR, Karina. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13 (24), 1999.

LEAL, Victor Nunes. *Colonialismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MOISÉS, José Alvaro. *Os Brasileiros e a Democracia - Bases Sócio-Políticas da Legitimidade Democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. A avaliação das instituições democráticas e a qualidade da democracia no Brasil. Trabalho apresentado no 20º Congresso Mundial da IPSA, Fukuoka, 2006.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PROMINP. Disponível em:

<http://www.prominp.com.br/paginadinamica.asp?grupo=245>.

PLANSEQ. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnq/conheca.asp>.

PORTO, Mauro Pereira. *Cultura política e democracia na América Latina*. In: Diálogos sobre a Pátria Grande. 1998. Disponível em: <http://www.flacso.org.br/data/biblioteca/405.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2008.

PORTO, Mauro. *TV news and political change in Brazil: The impact of democratization on TV Globo's journalism*. Journalism, Vol. 8, n. 4, 2007, pp. 381-402.

PRÁ, Jussara. Cidadania e capital social de gênero na América Latina In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

QUEIROZ, Maria Luiza Betuline. *A vila do Rio Grande de São Pedro 1737-1822*. Rio Grande: FURG, 1987

RENNÓ, L. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. *BIB*, Rio de Janeiro, (45), p. 71-92, 1º sem. 1998.

RIBEIRO, Edinaldo Aparecido. *Cultura política e teoria da democrática: implicações empíricas de um debate teórico*. 2008. Disponível em: <http://www.cienciapolitica.org.br/encontro/teopol6.5.doc>. Acesso em: 12 jan. 2008.

RODRIGUES, Aroldo. *Psicologia Social para principiantes*. 11ed. rev. amp. Petrópolis: Vozes, 2007.

RODRIGUES, Aroldo / ASSMAR, Maria Leal / JABLONSKI, Bernardo. *Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

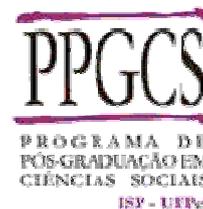
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em:

http://www.ssp.rs.gov.br/portal/principal.php?action=estatistica&cod_catestat=22

SOUSA, José Pedro Galvão de / GARCIA, Clóvis Lima / CARVALHO, José Fraga
Teixeira de. *Dicionário de Política*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1998.

Apêndices

APÊNDICE A - Formulário para pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS Instituto de Sociologia e Política Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Cultura Política no município do Rio Grande

DIA	MÊS	ANO

DATA DA ENTREVISTA

No. DO QUESTIONÁRIO: _____

ENTREVISTADOR: _____

BOM DIA! BOA TARDE. Eu sou da UFPEL, aluno do Curso de Mestrado em Ciências Sociais. Você poderia me responder uma pesquisa sobre “política”? (Leva cerca de 10 minutos).

Filtro: Você mora em casa ou está de passagem? Você é eleitor da cidade do Rio Grande? (Caso não more no domicílio ou não seja eleitor do Rio Grande não aplique o formulário. Verifique se há alguém na casa que possa dar entrevista).

Endereço completo:

--

P1. SEXO:

1. Masculino
2. Feminino

P2. IDADE:

(anote)

P3. Até que ano frequentou escola?

01. Nunca frequentou
02. Ensino Fundamental incompleto
03. Ensino Fundamental completo (1º. Grau)
04. Ensino Médio incompleto

05. Ensino Médio completo (2º. Grau)
 06. Superior incompleto
 07. Superior completo (Qual curso? _____).
 08. Pós-graduação (Em que área? _____).
 09. NS
 10. NR

P4. Atualmente qual é a sua ocupação principal?

1. Está trabalhando (Qual a função que exerce? _____)
 2. É dona de casa
 3. E aposentado
 4. Está desempregado
 5. Só estuda
 6. Outros (Especificar: _____).
 7. NS
 8. NR

SISTEMA DE PONTOS¹⁹

Posse de Itens

	0	1	2	3	4 ou +	
Televisão em cores	0	2	3	4	5	
Rádio	0	1	2	2	4	
Banheiro	0	2	3	4	4	
Automóvel	0	2	4	5	5	
Empregada mensalista	0	2	4	4	4	
Aspirador de pó	0	1	1	1	1	
Máquina de lavar	0	1	1	1	1	
Videocassete e/ou DVD	0	2	2	2	2	
Geladeira	0	2	2	2	2	
Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)	0	1	1	1	1	

¹⁹ Critério de classificação econômica Brasil da ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas. Disponível em: www.abep.org

Grau de Instrução do chefe de Família

Analfabeto / Primário incompleto	0
Primário completo / Ginásial incompleto	1
Ginásial completo / Colegial incompleto	2
Colegial completo / Superior incompleto	3
Superior completo	5

CORTES DO CRITÉRIO BRASIL

Classe	Pontos	Total (%)
A1	30-34	1
A2	25-29	5
B1	21-24	9
B2	17-20	14
C	11-16	36
D	6-10	31
E	0-5	4

P5. Participa de algum grupo social?

- 011 - Sindicato
- 012- Partido Político
- 013- Associação de Moradores
- 014- Igreja
- 015- Outros (Especificar: _____).
- 016- Não participa ()

P6. O que você acha dos serviços públicos aqui em seu bairro/cidade?

A. Assistência médica	1. Ótimo 2. Bom 3. Regular	4. Ruim 5. Péssimo 6. NS
B. Segurança Pública/Policiamento	1. Ótimo 2. Bom 3. Regular	4. Ruim 5. Péssimo 6. NS
C. Transporte Coletivo	1. Ótimo 2. Bom 3. Regular	4. Ruim 5. Péssimo 6. NS
D. Fornecimento de água/ serviços de esgoto	1. Ótimo 2. Bom 3. Regular	4. Ruim 5. Péssimo 6. NS
E. Qualidade da Educação	1. Ótimo 2. Bom 3. Regular	4. Ruim 5. Péssimo 6. NS

P7. Qual é seu partido de preferência? (MOSTRAR RELAÇÃO DOS PARTIDOS OU CITAR)

10. PRB	21. PCB
11. PP	27. PSDC
12. PDT	28. PRTB
13. PT	29. PCO
14. PTB	31. PHS
15. PMDB	36. PTC
16. PSTU	40. PSB
17. PSL	43. PV
19. PTN	44. PRP
20. PSC	45. PSDB
22. PR	50. PSOL
23. PPS	65. PC do B
25. DEM	70. PTdo B
33. PMN	

Fonte: < <http://www.tse.gov.br/internet/partidos/index.htm> > - partidos políticos registrados no TSE.

P8. Se o voto não fosse obrigatório, você continuaria exercendo seu direito de votar?

1. Sim
2. Não
3. NS
4. NR

P9. A decisão de seu voto tem sido motivada mais pela:

- () identificação com a pessoa do candidato (simpatia/confiança)
- () identificação com o partido do candidato
- () identificação com o programa do candidato
- () pelo resultado das pesquisas eleitorais
- () Outros (Especificar: _____).

P10. Quais os 3 fatores mais importantes que você considera na escolha de um candidato ou partido? (Espontânea)

P11. Como você avalia o desempenho do Governo Municipal na gestão 2000 – 2004?

1. Ótimo
2. Bom
3. Regular
4. Ruim

P12. Como você avalia o desempenho do Governo Municipal na gestão 2004 – 2008?

1. Ótimo
2. Bom
3. Regular
4. Ruim

P13. Se a eleição para Prefeito da cidade do Rio Grande fosse hoje, em qual destes candidatos você votaria?

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Dirceu Lopes – PT 2. Philomena — PV 3. Fábio Branco – PMDB 4. Goldemberg – DEM 5. Carlinhos Pescador – PSOL 6. Branco/Nulo |
|--|

P14. Você acha que o riograndino sabe votar?

1. Sim
2. Não

P15. Você pensa que tem influência na política municipal?

1. Concorda ()
2. Discorda ()

P16. Você considerado o voto importante?

1. Sim ()
2. Não ()

P17. Quais os interesses que os candidatos ao Governo Municipal defendem em suas propostas? (MARCAR APENAS UMA OPÇÃO)

Trabalhadores	Grandes Empresários	Interesses próprios	Outros (Especificar)	Não Sabe
---------------	------------------------	------------------------	-------------------------	-------------

P18. Quais os interesses que os candidatos a Câmara de Vereadores defendem em suas propostas? (MARCAR APENAS UMA OPÇÃO)

Trabalhadores	Grandes Empresários	Interesses próprios	Outros (Especificar)	Não Sabe

P19. Qual o grau de sua confiança em relação a:

1. Sindicatos	1. Muita 2. Pouca 3. Nenhuma
2. Partidos	1. Muita 2. Pouca 3. Nenhuma
3. Televisão	1. Muita 2. Pouca 3. Nenhuma
4. Igrejas	1. Muita 2. Pouca 3. Nenhuma
5. Polícia	1. Muita 2. Pouca 3. Nenhuma
6. Cientistas e Professores	1. Muita 2. Pouca 3. Nenhuma
7. Deputados e Senadores	1. Muita 2. Pouca 3. Nenhuma
8. Justiça	1. Muita 2. Pouca 3. Nenhuma
9. Ministros do Governo	1. Muita 2. Pouca

3. Nenhuma

P20. Os vereadores, deputados e senadores têm como principais funções fazer leis e fiscalizar o uso do dinheiro público. Em sua opinião, os vereadores da sua cidade cumprem essa função? E os deputados da Assembléia do Estado? E os deputados e senadores do Congresso Nacional?

	SIM	NÃO	UM POUCO
Vereadores	1	2	3
Deputados Estaduais	1	2	3
Deputados Federais e Senadores	1	2	3

P21. Em sua opinião os políticos brasileiros procuram em 1º lugar: (Marcar apenas uma opção)

1. Defender os interesses dos eleitores
2. Enriquecer a custa do dinheiro público
3. Cumprir o programa de governo
4. Arrumar a vida dos amigos e parentes
5. Defender propostas de bem-estar social para todos
6. Outras respostas:
7. NS
8. NR

P22. Você acompanha as notícias políticas do país por quais veículos de comunicação? (espontânea)

1. Pela TV 2. Pelo rádio 3. Pelos jornais 4. Por revistas	5. Parentes 6. Amigos 7. Vizinhos 8. Colegas de trabalho 9. Outras formas: _____
--	--

P23. Você tem o hábito de:

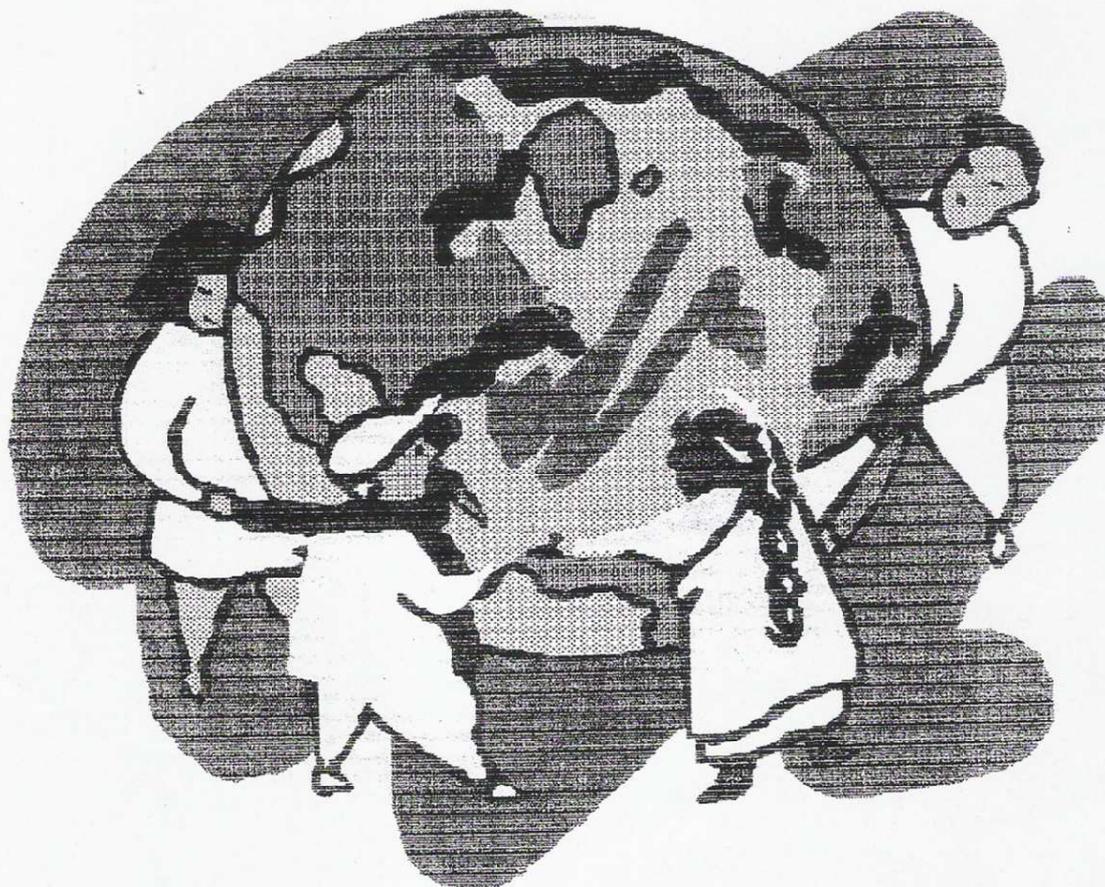
	SIM	NÃO	RARAMENTE
Ler ou assistir o noticiário sobre política?	1	2	3
Assistir propaganda política eleitoral?	1	2	3
Conversar sobre política com outras			

peçoas?	1	2	3
Tentar convencer amigos a votarem nos candidatos que acha bom?	1	2	3
Freqüentar reuniões de associações para resolver problemas do seu bairro ou da sua cidade?	1	2	3
Freqüentar reuniões de partidos políticos?	1	2	3
Assinar manifestos de protesto ou de reivindicações?	1	2	3
Participar de manifestações a favor ou contra o governo?	1	2	3
Participar de greves?	1	2	3

P.24 Qual seria o motivo principal que você votaria num candidato para a reeleição? (pergunta espontânea)

ENCERRE A ENTREVISTA E AGRADEÇA

APÊNDICE B – Lista de Vereadores e legislaturas correspondentes.



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

RELAÇÃO DE VEREADORES ELEITOS

1947 - 2008

LEGISLATURAS:

1ª) de 25/11/1947 a 1951	(4 anos e 1 mês)
2ª) de 1952 a 1955	(4 anos)
3ª) de 1956 a 1959	(4 anos)
4ª) de 1960 a 1963	(4 anos)
5ª) de 1964 a 1968	(5 anos)
6ª) de 1969 a 1972	(4 anos)
7ª) de 1973 a 1976	(4 anos)
8ª) de 1977 a 1982	(6 anos)
9ª) de 1983 a 1988	(6 anos)
10ª) de 1989 a 1993	(5 anos)
11ª) de 1994 a 1996	(3 anos)
12ª) de 1997 a 2000	(4 anos)
13ª) de 2001 a 2004	(4 anos)
14ª) de 2005 a 2008	(4 anos)

1ª LEGISLATURA 25/11/1947 A 1951

01. Alfredo Reint de Bôer	PTB
01. Antonio Rechia	PSR/PR
03. Carlos Loréa Pinto	PTB
04. Carlos Mendonça Machado	PTB
05. Eugênio Pedro Delinger	PTB
06. Hipólito Cassemiro Leonini	PTB
07. João Touguinha	PSD
08. Luiz Martins Falcão	PTB
09. Miguel Riet Corrêa Júnior	PL
10. Napoleão Carlos de Azevedo	PTB
11. Nilo Corrêa da Fonseca	PSD
12. Paulo Ferreira da Silva	PSD
13. Vespasiano Faustino Corrêa	PSP

OBS:

Guaraciaba Silva, assumiu no lugar der Vespasiano Faustino Corrêa

Mário Werneck, assumiu no lugar de João Loréa Touguinha, falecido em
10/01/1949.

2ª LEGISLATURA 1952 a 1955

01. Alberto Martins da Silva	PTB
01. Antonio Rechia	PSR/PR
03. Arnaldo Rodrigues Louzada	PTB
04. Herminio Domingues de Oliveira	PSD
05. Ivo Barros Machado	PTB
06. João Rocha	PTB
07. João Salomão Filho	PTB
08. Luiz Martins Falcão	PTB
09. Napoleão Carlos de Azevedo	PTB
10. Nilo Corrêa Fonseca	PSD
11. Paulo Afonso Di Gesu Marques	
12. Paulo Ferreira da Silva	PSD
13. Secundino Félix Antunes	PSB

OBS:

Antonio Rechia conforme ata n° 11, foi empossado em 03/03/1952 por se encontrar hospitalizado na capital do Estado, na época da sua posse.

3ª LEGISLATURA 1956 A 1959

01. Alberto Martins da Silva	PTB
02. Antonio Sostene Peres Barros	PSB
03. Ariovaldo Accácio da Costa	PSD
04. Arnaldo Rodrigues Louzada	PTB
05. Érico de Oliveira Mendes	PTB
06. Gil dos Santos Ferreira	PTB
07. João Carlos de Oliveira	PTB
08. Nilo Corrêa Fonseca	PSD
09. Paulo Ferreira da Silva	PSD
10. Pedro Celestino Marchese	PTB
11. Raymundo Demócrito Silva	PTB
12. Tarcílio Pereira Mello	PSP
13. Walter Chaves Troina	PTB

OBS:

João Salomão Filho, assumiu no lugar de João Carlos de Oliveira.

Pedro Celestino Marchese tomou posse em 13/01/1956. Os demais tomaram posse em 31/12/1955 conforme ata n° 787 e 786^A.

João Carlos de Oliveira licença em 19/01/1956- Proc. 4867 Resolução 1/56
Livro 16; ATA 794

4ª LEGISLATURA - 1960 a 1963

01. Adélia Lazzarini <i>tit</i>	PTB
02. Alberto Martins da Silva <i>tit</i>	PTB
03. Ariovaldo Accácio da Costa <i>tit</i>	PSD
04. Athaydes Rodrigues <i>tit</i>	PR
05. Cândido Cozza Sobrinho <i>tit</i>	PSD
06. Carlos Lima Aveline <i>tit</i>	PR
* 07. Gil dos Santos Ferreira <i>Supl</i>	PTB
08. Lindalvo Aberto Curupy Monteiro <i>tit</i>	PTB
09. Mario Scala <i>tit</i>	PSD
10. Mario Schroeder Rodriguez <i>tit</i>	PTB
11. Nilo Corrêa Fonseca <i>tit</i>	PSD
12. Pedro Celestino Marchese <i>tit</i>	PTB
13. Walter Chaves Troina <i>titular</i>	PTB

OBS:

Of 522/61

27/05/61

- * Tanico de Oliveira Mendes (supl) PTB
- * João Góes Lobo (supl) PTB
- * Felipe da Costa Viana (supl) PTB
- * Silveira Miranda Júnior (supl) PSD
- * Dr. Altamir de Paiva do Nascimento (supl) PSD
- * Dr. Washington de Sã Furtos (supl) PSD
- * José Ferreira dos Santos (supl) PSD
- Manoel Redina (tit) PR
- * Romar Soares de Lima (supl) PR
- * Onestor Farias de Almeida (supl) PR
- * Pedro Carlos de Azevedo (supl) PR
- * Constância Barbosa dos Santos. PR

5ª LEGISLATURA 1964 a 1968

01. Alberto Martins da Silva	MDB
02. Alvary Becker de Freitas	ARENA
03. Antonio Rodrigues	MDB
04. Athaydes Rodrigues	MDB
05. David Manoel Gautério	MDB
06. Francisco Santana Ferreira	ARENA
07. Gil dos Santos Ferreira	MDB
08. Lindalvo Aberto Curupy Monteiro	MDB
09. Nilo Corrêa Fonseca	ARENA
10. Paulo David Francisco	ARENA
11. Pedro Corrêa de Azevedo	MDB
12. Silvério Miranda Júnior	ARENA
13. Walter Chaves Troina	MDB

OBS:

Adélia Lazzarini, assumiu no lugar de Gil dos Santos Ferreira.

6ª LEGISLATURA 1969 a 1972

01. Adélia Guidugli Lazzarini Andrino ✓	MDB
02. Alberto Martins da Silva ✓	MDB
03. Altamir de Lacerda Nascimento ✓	ARENA
04. Antonio Sostene Peres Barros ✓	MDB
05. Arnaldo dos Santos Quessada ✓	ARENA
06. Athaydes Rodrigues ✓	MDB
07. Francisco Soares de Giacomo ✓	ARENA
08. João Paulo Araújo ✓	MDB
09. Nilo Corrêa Fonseca ✓	ARENA
10. Rubens Emil Corrêa ✓	ARENA
11. Silvério Miranda Júnior ✓	ARENA
12. Valdomiro Rocha Lima ✓	MDB
13. Walter Chaves Troina ✓	MDB

OBS:

^{ARENA}
Paulo David Francisco, assumiu em 10/02/1969 no lugar de Altamir de Lacerda do Nascimento.

Rui Soares Godinho ^{ARENA} (Supl.)
Wanda Rocha Martins MDB (Supl.)
Washington Balesar de Sá Freitas (ARENA - Supl.)

Altamir de Lacerda Nascimento 69/73

Licença-médica em 30/01/1969 ATA 2892 livro 40.

Altamir de Lacerda tomou posse em 31/01/1969, sendo também eleito como membro da Comissão de Educação, Saúde e assistência, junto com os vereadores Arnaldo Quessado e Adélia Lazzarini. Em 21/10/1969.

7ª LEGISLATURA 1973 a 1976

01. Adélia Guidugli Lazzarini Andrino	MDB
02. Alfredo Cassahy	MDB
03. Anselmo Dias Lopes	ARENA
04. Antonio de Pinho Maçada	ARENA
05. Antonio Sostene Peres Barros	MDB
06. Athaydes Rodrigues	MDB
07. Cândido Cozza Sobrinho	ARENA
08. Edes Silva da Cunha	ARENA
09. Érico Martins	ARENA
10. João Henrique Costa Romero	MDB
11. João Moraes Pomar	MDB
12. João Paulo Araújo	MDB
13. José Alberto Cáceres	ARENA
14. Josino Almir Dutra	ARENA
15. Luiz Alberto Modernell	MDB
16. Renato Tubino Lempek	ARENA
17. Rubens Emil Corrêa	ARENA
18. Silvério Miranda Júnior	ARENA
19. Valdomiro Rocha Lima	MDB
20. Walter Chaves Troina	MDB
21. Washington Ballester de Sá Freitas	ARENA

Júlio Rodrigues, assumiu no lugar de Walter Chaves Troina.

Luiz Alberto Pinto de Carvalho (Supl.)

Vera Lúcia Barbosa da Silva (Supl.)

Alvany Becker de Freitas (Supl.)

8ª LEGISLATURA 1977 a 1982

01. Adélia Guidugli Lazzarini Andrino	MDB
02. Antonio Sostene Peres Barros	MDB
03. Athaydes Rodrigues	MDB
04. Ayrton Lopes da Silva	MDB
05. Cândido Cozza Sobrinho	ARENA
06. Ciro Cardoso Lopes	MDB
07. Edes Silva da Cunha	ARENA
08. Érico Martins	ARENA
09. Hugo da Silva Machado	MDB
10. João Henrique Costa Romero	MDB
11. José Alberto Cáceres	ARENA
12. Josino Almir Dutra	ARENA
13. Juarez Monteiro Molinari	ARENA
14. Julio Rodrigues	MDB
15. Luiz Alberto Mordenell	MDB
16. Luiz Arthur Corrêa Domelles	ARENA
17. Renato Espíndola Albuquerque	ARENA
18. Renato Tubino Lempek	ARENA
19. Sérgio Satt	MDB
20. Valdomiro Rocha Lima	MDB
21. Walter Chaves Troina	MDB

9ª LEGISLATURA 1983 a 1988

01. Adélia Guidugli Lazzarini Andrino	PMDB
02. Alberto Amaral Alfaro	PDS
03. Antonio Edson Figueiredo dos Santos	PDS
04. Ayrton Lopes da Silva	PDT
05. Ciro Cardoso Lopes	PMDB
06. Delamar Corrêa Mirapalheta	PMDB
07. Dilmo Peres	PDS
08. Édes da Silva Cunha	PDS
09. Érico Martins	PDS
10. Hugo da Silva Machado	PDT
11. João Henrique Costa Romero	PMDB
12. José Orlando Pinho França	PDT
13. Juarez Monteiro Molinari	PDS
14. Julio Rodrigues	PMDB
15. Luiz Alberto Mordenell	PDT
16. Oscar Arejano Filho	PDS
17. Pedro Rodrigues Machado	PMDB
18. Renato Espindola Albuquerque	PDS
19. Sérgio Alt Silva	PDS
20. Sérgio Satt	PMDB
21. Vera Lúcia Barbosa da Silva	PDS

OBS:

Aristeu Moraes, assumiu no lugar de Érico Martins.

10ª LEGISLATURA 1989 a 1993

01. Adilson Troca	PSDB/PSB
02. Ayrton Lopes da Silva	PDT
03. Ciro Cardoso Lopes	PMDB
04. Clóvis Madureira Ramos	FP
05. Danúbio Soares	PDT
06. Flávio Vara dos Santos	PDT
07. Hélvio Castagnino Kunert	PFL
08. Jorge Guaracy Ravara	PMDB
09. José Gleí Santana	PDT
10. Juarez Monteiro Molinari	PDS
11. Júlio Rodrigues	PMDB
12. Lindomar Eboracy Rodrigues	PSP/PSDB
13. Luiz Alberto Modernell	PDT
14. Mario Luvielmo	PDT
15. Onedir Dias Lilha	PDT
16. Oscar Ferreiro de Campos Moraes	PMDB
17. Pedro Rodrigues Machado	PMDB
18. Sérgio Alt Silva	PDS
19. Sérgio Satt	PMDB
20. Vladimir Guimarães	FP
21. Wilson Batista Duarte Silva	PDS

OBS:

Pedro Enderle, assumiu no lugar de José Gleí Santana

1ª LEGISLATURA 1994 a 1996

01. Adilson Troca	PSDB
02. Arceni Machado de Ávila	PMDB
03. Ciro Cardoso Lopes	PMDB
04. Dante Lazzarini	PMDB
05. Danúbio Soares	PMDB
06. Dirceu Lopes	PT/PPS/PSB/PedoB
07. Édson Costa	PDT
08. Hélvio Castagnino Kunert	PFL
09. Jorge Guaracy Ravara	PMDB
10. Juarez Monteiro Molinari	PDS
11. Júlio César Jorge Martins	PT/PPS/PSB/PedoB
12. Lindomar Eboracy Rodrigues	PTB
13. Luiz Alberto Modernell	PDT
14. Onedir Dias Lilja	PDT
15. Oscar Ferreiro de Campos Moraes	PMDB
16. Paulo Lahire Preto de Oliveira	PSDB
17. Pedro Ernesto Enderle	PDT
18. Raimundo Vaz de Almeida	PTB
19. Sérgio Satt	PMDB
20. Wilson Batista Duarte Silva	PDS
21. Wilson Mattos Branco	PMDB

OBS:

Pedro Machado (PMDB), assumiu no lugar de Wilson Mattos Branco.

Ademir Pinho dos Santos, assumiu no lugar de Lindomar Eboracy Rodrigues falecido em 19/12/1996

12ª LEGISLATURA 1997 a 2000

01. Adilson Tróca	PSDB
02. Ciro Cardoso Lopes	PMDB
03. Dante Lazzarini	PMDB
04. Danúbio Soares	PMDB
05. Dirceu Lopes	PPS/PT/PSTU/PCB/PCdoB
06. Jair Rizzo Ferreira	PDT
07. Jorge Guaracy Ravara	PMDB
08. Juarez Monteiro Molinari	PPB
09. Júlio César Jorge Martins	PT/PPS/PCB/PCdoB/PSTU
10. Jurandy dos Santos	PL
11. Luiz Alberto Modernell	PSDB
12. Luiz Carlos Esperon	PPS
13. Maria de Lourdes Lose	PT/PSTU/PCB/PPS/PCdoB
14. Onedir Dias Lilja	PDT
15. Paulo Renato Mattos Gomes	PL
16. Paulo Roberto Machado dos Santos	PTB
17. Pedro Ernesto Enderle	PTB
18. Pedro Rodrigues Machado	PSDB
19. Ramona Pereira	PSB
20. Surama Ezedim Machado	PFL
21. Wilson Batista Duarte Silva	PPB

OBS:

Sérgio Satti(PMDB) assumiu no lugar de Jorge Guaracy Ravara.

Dacila Santos de Souza, assumiu no lugar de Dirceu Lopes.

13ª LEGISLATURA 2000 a 2004

01. Adilson Troca	PSDB
02. Ângelo Fernando Ribeiro	PPS/PSB
03. Arlindo Schimidt	PFL/PPB
04. Celso Krause	PFL/PPB
05. Ciro Cardoso Lopes	PMDB/PL/PTB
06. Charles Saraiva	PMDB/PL/PTB
07. Cláudio Costa	PT/PSTU/ PCdoB
08. Cláudio Diaz	PSDB
09. Jair Rizzo Ferreira	PDT
10. Júlio César Jorge Martins	PT/PCdoB/PSTU
11. Julio César	PMDB/PL/PTB
12. Jurandir Pereira	PMDB/PL/PTB
13. Luiz Carlos da Graça	PSDB
14. Maria de Lourdes Lose	PT/PSTU/PCdoB
15. Onedir Dias Lilja	PDT
16. Paulo Renato Mattos Gomes	PL/PMDB/PTB
17. Renato Tubino Lempek	PMDB/PL/PTB
18. Rudimar Marin	PMDB/PL/PTB
19. Sandro de Oliveira	PFL/PPB
20. Surama Ezedim Machado	PFL/PPB
21. Wilson Batista Duarte Silva	PTB/PMDB/PL

14ª LEGISLATURA 2005 a 2008

01. Carlos Patola	PPS
02. Charles Saraiva	PMDB
03. Cláudio Costa	PT
04. Cláudio Diaz	PSDB
05. Delamar Mirapalheta	PDT
06. Jair Rizzo Ferreira	PL
07. Júlio César Jorge Martins	PC doB
08. Julio César	PMDB
09. Jurandir Pereira	PTB
10. Paulo Renato Mattos Gomes	PPS
11. Sandro de Oliveira	PMDB
12. Surama Ezedim Machado	PSDB
13. Wilson Batista Duarte Silva	PMDB